

SEGURANÇA PÚBLICA EM DADOS: GUIA PRÁTICO PARA JORNALISTAS



FICHA TÉCNICA

Direção-executiva: Carolina Ricardo

Coordenação de projeto: Izabelle Mundim

Consultora de jornalismo de dados: Jamile Santana

Textos: Jamile Santana, Ingrid Passos, Cristina Neme e Izabelle Mundim

Edição de texto: Izabelle Mundim e Cristina Neme

Revisão técnica: Cristina Neme e Carolina Ricardo

Assistentes de projeto: Ingrid Passos e Jéssica Moura

Responsáveis pelo conteúdo programático do Programa de Jornalismo e Acesso a Dados de Segurança Pública: Cristina Neme, Rafael Rocha e Leonardo Carvalho

Revisão gramatical e ortográfica: Renato Barreto

Projeto gráfico e diagramação: Shake Conteúdo Visual | Alessandro Meiguins (coordenação), Giovana Castro, Walkyria Garotti, Danue Falcão, Natan Brecht e Thalita Rodrigues

Segurança pública em dados [livro eletrônico] :
guia prático para jornalistas / [Instituto
Sou da Paz]. -- 1. ed. -- São Paulo :
Instituto Sou da Paz : Agência Fiquem
Sabendo : Associação Brasileira de Jornalismo
Investigativo : Instituto Fogo Cruzado,
2023.
PDF

ISBN 978-65-89424-06-2

1. Acesso à informação 2. Dados abertos
3. Indicadores 4. Jornalismo - Manuais de estilo
5. Segurança pública 6. Transparência.
I. Instituto Sou da Paz.

23-160753

CDD-070

Fonte: Segurança Pública em Dados: Guia para Jornalistas - Instituto Sou da Paz
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Realização



Parcerias institucionais



Apoio



Organizações parceiras neste Guia:

Instituto Sou da Paz

O Instituto Sou da Paz é uma organização da sociedade civil de interesse público politicamente independente, fundada em 1999 na cidade de São Paulo com o objetivo de criar e promover soluções de segurança pública que sejam eficientes, viáveis e que respeitem os direitos humanos e a democracia. As ações são pautadas por três eixos: pesquisa na área de segurança pública, desenvolvimento de propostas de políticas públicas e mobilização do público amplo e tomadores de decisão estratégicos.

📷 [instituto.soudapaz](#) | 📘 [institutosoudapaz](#) | 🐦 [isoudapaz](#) | 🔗 [instituto-sou-da-paz](#) | 📺 [tvsoudapaz](#)

Instituto Fogo Cruzado

Organização sem fins lucrativos que desenvolveu uma metodologia própria e inovadora para monitorar tiroteios nos centros urbanos e seus impactos. O Instituto Fogo Cruzado já produziu mais de 20 indicadores inéditos sobre violência armada nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e do Recife. Através de um aplicativo de celular, recebe e disponibiliza informações sobre tiroteios e disparos de arma de fogo que estão disponíveis no primeiro banco de dados abertos sobre violência armada da América Latina, que pode ser acessado gratuitamente por meio de uma API.

📷 [fogocruzado.br](#) | 📘 [fogocruzado.br](#) | 🐦 [fogocruzado](#) | 🔗 [fogo-cruzado](#) | 📺 [fogocruzado](#)

Agência Fiquem Sabendo

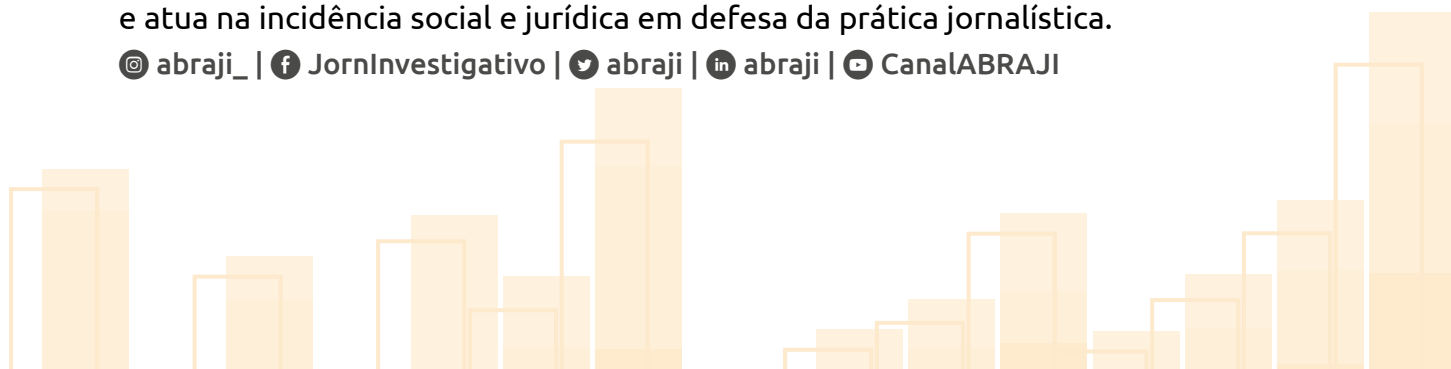
A Fiquem Sabendo é uma agência de dados independente e especializada na Lei de Acesso à Informação (LAI) fundada com a missão de revelar dados e documentos escondidos da sociedade. O trabalho também envolve formação de cidadãos capazes de exercer o controle dos recursos e serviços públicos.

📷 [_fiquemsabendo/](#) | 📘 [fiquemsabendo](#) | 🐦 [_fiquemsabendo](#) | 🔗 [agenciafiquemsabendo](#) | 📺 [fiquemsabendo](#)

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)

Organização criada em 2002 por 140 jornalistas brasileiros com o objetivo de promover o aprimoramento profissional dos jornalistas e a difusão dos conceitos e técnicas da reportagem investigativa. Além de organizar congressos, seminários e cursos, a Abraji também desenvolve ferramentas de investigação para uso jornalístico e atua na incidência social e jurídica em defesa da prática jornalística.

📷 [abraji_](#) | 📘 [JornInvestigativo](#) | 🐦 [abraji](#) | 🔗 [abraji](#) | 📺 [CanalABRAJI](#)



SEGURANÇA PÚBLICA EM DADOS: GUIA PRÁTICO PARA JORNALISTAS

1ª edição
São Paulo
2023

SUMÁRIO

Apresentação	08.
Agradecimentos	10.
SEÇÃO 1 - O ECOSSISTEMA DE DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	12.
Um chamado a gestores e jornalistas pela promoção da transparência em segurança pública, <i>por Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz</i>	13.
Capítulo 1 - Um panorama da produção de dados de segurança no Brasil	15.
1.1 Do nacional ao local: onde encontrar dados	18.
1.2 Pesquisas preenchem lacunas e subnotificações	20.
1.3 Principais publicações sobre segurança pública no Brasil	21.
1.4 Outras fontes oficiais de registros administrativos de segurança pública	23.
1.5 O que os dados brasileiros não respondem sobre segurança pública	25.
Capítulo 2 - Segurança e saúde: pilares do monitoramento de indicadores	27.
2.1 Sinesp: a principal fonte nacional da área de segurança pública	31.
2.2 Viva o Datasus: o que os dados da saúde revelam sobre a segurança brasileira?	34.
Capítulo 3 - Panorama dos dados publicados (e os não publicados) ativamente por cada estado	37.
3.1 Mapa da transparência ativa em segurança: uma visita aos portais das secretarias	37.
3.2 O que um portal de dados de segurança pública deve ter para ser considerado transparente?	57.

SEÇÃO 2 - COMO OBTER DADOS**59.**

A importância da LAI para libertar dados sobre segurança pública,
por Taís Seibt, da Agência Fiquem Sabendo

60.**Capítulo 4 - Sobre a Lei de Acesso à Informação****62.**

4.1 LAI a seu favor na cobertura de segurança: como fazer bons pedidos

67.

4.2 Iniciativas para inspirar novos pedidos e pautas

68.**Capítulo 5 - A LAI para investigar segurança pública nos estados****70.**

5.1 O mesmo pedido LAI para todas as UFs: o que e como cada estado
 respondeu

72.**SEÇÃO 3 - COMO ANALISAR DADOS****88.**

Boas reportagens nascem de uma boa análise de dados estatísticos,
por Cristina Neme, coordenadora de projetos do Instituto Sou da Paz

89.**Capítulo 6 - Os principais indicadores de segurança e como interpretá-los****91.**

6.1 Cuidados na hora de interpretar dados de segurança

95.

6.2 Boas práticas para o trabalho com dados estatísticos

97.

6.3 Crie seu próprio banco de dados

100.**SEÇÃO 4 - COMO COMUNICAR****109.**

Não basta saber o que dizer, é preciso aprender a falar, *por Yuri Eiras, jornalista e redator do Instituto Fogo Cruzado e Marianna Araujo, diretora de comunicação e inovação do Instituto Fogo Cruzado*

110.**Capítulo 7 - Responsabilidade e empatia são o segredo para uma boa reportagem de segurança pública****113.**

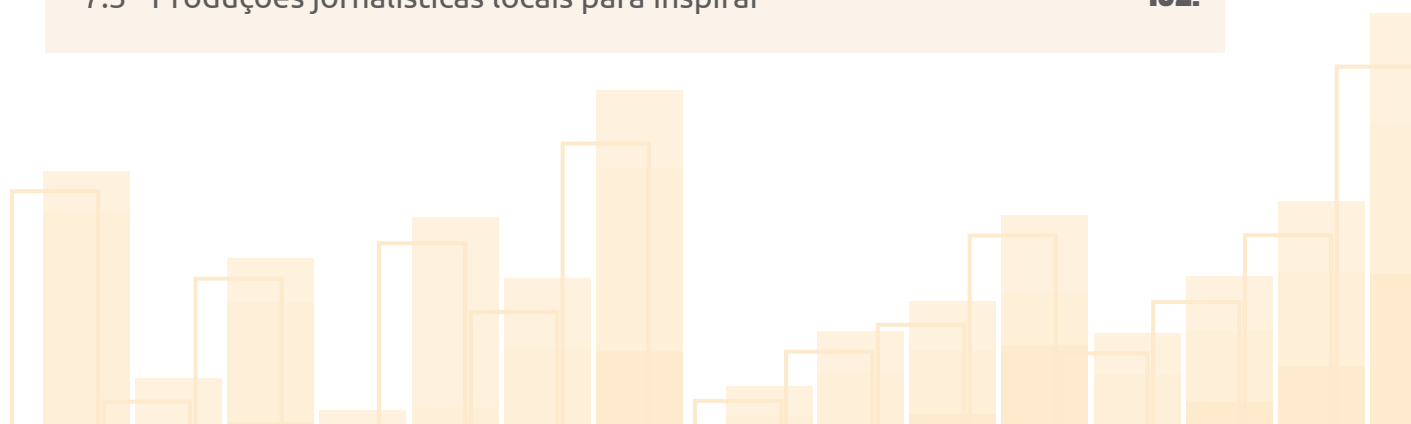
7.1 - Para inspirar: iniciativas de comunicação e jornalismo com dados
 sobre segurança

117.

7.2 - Para aprofundar análises, encontrar histórias e amplificar vozes

120.

7.3 - Produções jornalísticas locais para inspirar

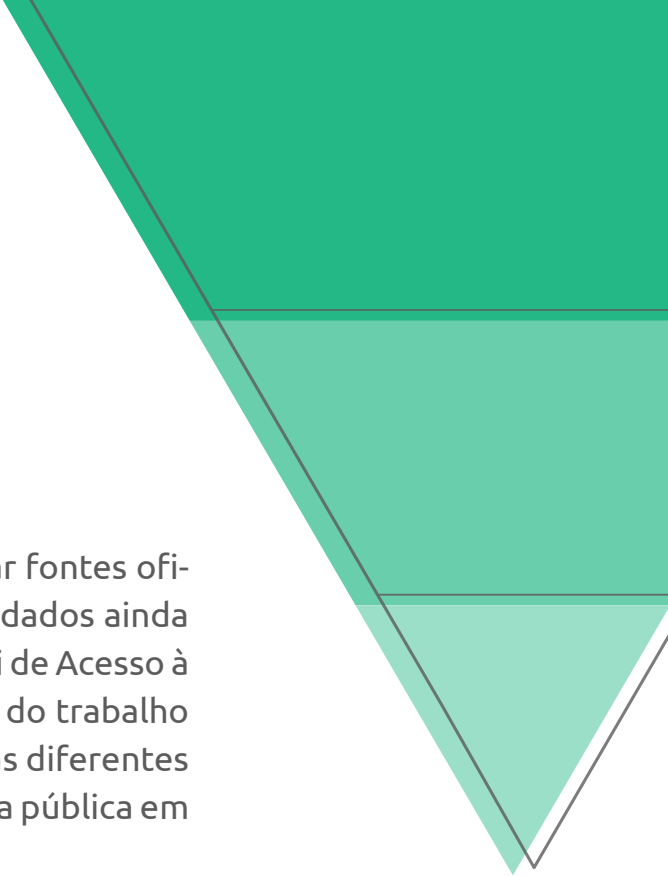
132.

APRESENTAÇÃO

O Instituto Sou da Paz nasceu da mobilização cívica para prevenir a violência no Brasil e rumo aos seus 25 anos defendendo o fortalecimento do engajamento da sociedade civil nos debates necessários para melhorar a segurança pública brasileira, envolvendo jornalistas, pesquisadores, ativistas, gestores públicos, agentes policiais, professores, cidadãos e cidadãos comuns, todos de alguma forma impactados pela insegurança pública. Acreditamos que ter cada vez mais brasileiras e brasileiros capazes de monitorar e cobrar boas políticas de segurança e exercer controle social é fundamental para garantir a preservação da vida, em especial de quem é mais afetado pela violência no país: pessoas negras, jovens, mulheres, população indígena, pessoas LGBTQIA+ vitimadas cotidianamente nos centros urbanos, no campo e nas periferias das grandes e pequenas cidades.

O papel de comunicadores e jornalistas de todo o país tem sido essencial não só para denunciar e prover transparência aos problemas de segurança, mas também dar visibilidade a boas práticas e amplificar as vozes da sociedade civil organizada em seus propósitos. Nesse sentido, uma das missões do Sou da Paz é aumentar a capacidade de jornalistas de transformar dados e informações em conhecimento que influencia decisões políticas que causam impacto positivo, denunciam e evitam retrocessos na segurança brasileira.

Com este mote, entre o início de 2021 e final de 2022, percorremos virtualmente, como foi comum em meio à pandemia de Covid-19, as cinco regiões do país com o Programa de Jornalismo e Acesso a Dados de Segurança Pública. Este projeto consistiu em um conjunto de oficinas *on-line* gratuitas e mentoria com foco em jornalistas atuantes em mídias independentes periféricas que pu-



deram ampliar seu conhecimento sobre como acessar fontes oficiais de dados de segurança pública e como solicitar dados ainda não disponibilizados pelos governos ao público via Lei de Acesso à Informação (LAI). Assim, buscou-se o fortalecimento do trabalho de cobertura local e construção de narrativas sobre as diferentes violações de direitos humanos no campo da segurança pública em seus territórios.

“Segurança Pública em Dados: Guia Prático para Jornalistas” sistematiza o conhecimento compartilhado - e aprendido - com esses potentes comunicadores, muitos dos quais se tornaram parceiros da organização. Para esta empreitada, o Instituto Sou da Paz convidou o Instituto Fogo Cruzado, a Fiquem Sabendo e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo para somar esforços a fim de fortalecer a iniciativa e amplificar seu alcance.

Este Guia nasce como um produto feito *com* jornalistas *para* jornalistas, mas é um convite também a pesquisadores, ativistas, gestores públicos e qualquer pessoa que queira aprender desde como monitorar os diferentes índices de violência que afetam seus bairros até a comparar o nível de transparência exercido pelos governos de seus estados em relação ao resto do país.

Esperamos que este Guia desmistifique a ideia de que apenas especialistas e operadores dos sistemas de justiça e segurança pública devem debater os rumos das políticas públicas do campo. Se a segurança é um direito de todas as pessoas, o fácil acesso a informações sobre sua garantia ou violação também pertence a cada brasileira e brasileiro.

Boa leitura!

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas que se inscreveram nas cinco edições do Programa sobre Jornalismo e Acesso a Dados de Segurança Pública. A cada abertura de inscrições, com foco em jornalistas e comunicadores com origem e atuação nas periferias, muitas eram as pessoas de outras áreas e também jornalistas da grande imprensa que buscavam nossa proposta, nos mostrando que há muita gente interessada em dialogar sobre como gerar transparência por melhores políticas de segurança.

Agradecemos também aos repórteres e comunicadores que participaram das oficinas de formação com tanto brilho nos olhos. Parte do conteúdo deste Guia traz as experiências compartilhadas conosco ao longo de dois anos e que seguem sendo trocadas na rede formada pelo projeto.

Nosso muito obrigado também aos jornalistas Leo Arcoverde, Ricardo Moura, Thays Lavor, Jéssica Botelho e Renato Dornelles e também a Flávio Marcos Gonçalves, da Comissão Pastoral da Terra, aceitaram o convite do Sou da Paz para ministrar oficinas e dividiram suas ricas experiências de trabalho em cada uma das regiões do país.

Às jornalistas Cecília Olliveira, do Instituto Fogo Cruzado, organização que ocupa a mesma trincheira ao lado do Instituto Sou da Paz no *advocacy* e na mobilização pela reconstrução da segurança pública de base democrática; Taís Seibt, da Fiquem Sabendo, agência especializada em Lei de Acesso à Informação que tanto contribui na democratização da LAI e com suas bases de dados abertas para quem monitora segurança pública; e Maria Esperidião, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que abriu as portas para apresentarmos este Guia no maior congresso de jornalismo do país: nossos agradecimentos por aceitarem a parceria institucional proposta pelo Sou da Paz e fortalecerem mais ainda este projeto.

Agradecemos também aos profissionais que compartilharam conosco dicas valiosas sobre obtenção de dados para cobertura de segurança pública que distribuímos ao longo do texto: Cindy Damasceno, Fábio Leon, Gisele Alexandre, Jeniffer Mendonça, Laís Mar-

tins, Maria Carolina Santos, Rafael Soares, Ricardo Moura, Thalys Alcântara e Thays Lavor. Assim como o ótimo trabalho de todos os jornalistas que cobrem segurança, a atuação de vocês é essencial e contribui para preservar a vida em uma terra tão violenta quanto é o nosso país.

Por fim, agradecemos a nossos apoiadores - National Endowment for Democracy (NED) e Fundação Friedrich Ebert Brasil (FES), que apoiam diferentes etapas deste projeto - e também a toda a equipe do Instituto Sou da Paz: um lindo grupo multidisciplinar de pessoas engajadas diariamente em contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção da violência, missão do Instituto, em especial Cristina Neme, Ingrid Passos, Jéssica Moura e Rafael Rocha, que contribuíram diretamente neste projeto, além de ex-colaboradores, como Leonardo Carvalho, e equipe de prestadores de serviço e consultores, como Jamile Santana, jornalista de dados convidada para contribuir na concepção e escrita do Guia.

São muitas as mãos que construíram este material e muitas outras que irão contribuir na sua disseminação para fazê-lo chegar a quem dele possa se beneficiar - jornalistas, comunicadores, pesquisadores, gestores públicos e cidadãos e cidadãs de todo o país. A todos e a você, nossos agradecimentos!

CAROLINA RICARDO
diretora-executiva
Instituto Sou da Paz

IZABELLE MUNDIM
coordenadora de projetos
Instituto Sou da Paz

SEÇÃO

1.

O ECOSSISTEMA
de dados de
Segurança Pública

Um chamado a gestores e jornalistas pela promoção da transparência em segurança pública

Por Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz

É com alegria e um sentido de missão que desenvolvemos este Guia prático de acesso a dados de segurança pública para jornalistas. Embora tenhamos avançado nos últimos anos, boa parte do debate nessa área ainda é movido pelo noticiário factual e pelos casos mais impactantes, ou seja, pela reação às urgências que a comoção popular inevitavelmente pede diante dos episódios mais ruidosos. É um espírito reativo e, por que não, populista, em busca de resultados imediatos diante da sensação de insegurança e necessidade de respostas que uma política ancorada em casos de violência gera na população. Quando isso acontece, perdemos todos – governos, sociedade, especialistas.

A produção e o monitoramento de dados de segurança pública são fundamentais para que o Brasil promova um debate mais qualificado em busca das melhores soluções. Essa é uma das razões pelas quais este Guia é tão importante: subsidiar jornalistas sobre como acessar, utilizar e analisar dados de segurança pública,

algo essencial para fortalecer o papel relevante que a imprensa desempenha no controle social sobre as políticas públicas.

A área da segurança pública é extremamente técnica e seus operadores - via de regra, oriundos de carreiras jurídicas ou policiais - criam uma redoma difícil de transpor por quem não é da área. Por isso, saber como acessar e comunicar dados é ferramenta essencial para que atores de fora do campo, como jornalistas e sociedade civil, possam rompê-la, seja para promover um diálogo mais equânime, seja para cobrar melhores políticas ou para reconhecer aquelas bem implementadas.

A melhor tradução dos dados existentes resultará na produção de reportagens mais qualificadas sobre segurança pública e na promoção de debates com menos achismos e mais evidências – da chamada grande imprensa de âmbito nacional à mídia de circulação regional e local, das novas plataformas e canais digitais de mídia ao jornalismo das periferias.

Para colaborar nisso, a primeira seção apresenta inicialmente conceitos gerais sobre a produção de dados em segurança pública no Brasil, sobre o ecossistema de dados essencial para entender de forma mais geral quais são as bases de dados disponíveis nacionalmente, suas diferenças básicas e as diferentes publicações relevantes baseadas nelas.

Usar as duas grandes fontes de dados apresentadas - aquela produzida pelas instituições de segurança pública e outra sob responsabilidade da área da saúde - é essencial para conhecer como é possível produzir informações sobre fenômenos semelhantes de formas diferentes e como um dado pode ser usado para controlar o outro, garantindo maior fidedignidade à informação coletada e à análise realizada.

A proposta de uma visita guiada aos portais de transparência das secretarias de segurança pública das 27 unidades federativas permite perceber que a estrutura dos dados estaduais na área não é padronizada e que cada estado possui uma metodologia diferente para coletá-los - o que dificulta muito a transparência de dados a nível nacional, como ilustramos no mapa.

Esse exercício de analisar e comparar como os diferentes estados adotam ou não uma cultura de transparência é fun-

damental para jogar luz sobre as boas práticas e avanços significativos em que a publicização de dados por iniciativa de secretarias de segurança pública precisa ser comemorada e incentivada.

Por outro lado, expor quais são os estados que não disponibilizam seus dados é uma maneira de ajudar jornalistas e demais interessados a pedirem esses dados via Lei de Acesso à Informação, como é aprofundado nos capítulos seguintes, a fim de garantir à sociedade o direito a informações de interesse público. Acreditamos também que cobrar estados menos transparentes a tornarem disponíveis seus índices de segurança a partir da comparação com aqueles mais avançados é uma forma de mostrar que é possível promover transparência.

Esperamos que este Guia sensibilize tomadores de decisão nos estados menos transparentes a revelarem ou qualificarem a publicação de seus dados e contribua com o trabalho de jornalistas, comunicadores, pesquisadores e cidadãos de todo o Brasil de dar visibilidade a boas práticas, a informações de interesse público disponibilizadas ativamente pelas secretarias e a continuarem cobrando por mais transparência na segurança pública.

CAPÍTULO

1

Um panorama da produção de dados de segurança no Brasil

A produção de dados oficiais sobre segurança é um processo complexo que envolve diferentes fontes e metodologias. No Brasil, essa produção parte de duas áreas principais: os próprios órgãos de segurança pública e os órgãos de saúde.

As principais fontes de dados públicos nesta área são os **registros administrativos** gerados a partir do atendimento prestado aos cidadãos pelos órgãos públicos ou privados, como o registro de Boletins de Ocorrência numa delegacia ou de fichas de atendimento ao público em um posto de saúde, por exemplo. Vale ressaltar que este tipo de registro não foi concebido inicialmente para produzir indicadores estatísticos, mas, a partir deles, **é possível estruturar, analisar e gerar estatísticas** sobre determinados acontecimentos, como homicídios, acidentes de trânsito e roubos, entre outros.

Essas informações são divulgadas pela maioria dos órgãos já consolidados de **maneira agregada**, ou seja, apresentadas em planilhas, boletins ou relatórios com o número total de ocorrências em determinado local em um período de tempo específico.

A disponibilização dos dados de forma agregada, como é feito pela maioria dos órgãos, deixa pouca ou nenhuma margem para outros cruzamentos e descobertas sobre o contexto das ocorrências.

Veja este exemplo de reportagem, publicada no G1, produzida por meio de registros administrativos¹:



A partir dos dados consolidados/agregados de encarceramento, foi possível estabelecer uma taxa por 100 mil habitantes, verificar qual é a situação em diferentes regiões do país, além de comparar a situação do Brasil em relação a outros países e até traçar um histórico ao longo do tempo. No entanto, os dados não detalham o perfil da população encarcerada. Por meio da obtenção de dados desagregados, seria possível saber, por exemplo, o gênero e a raça das pessoas encarceradas ou os tipos de crime mais cometidos. Nos capítulos seguintes, você vai aprender como obter dados desagregados para conseguir explorar informações como essas.

São exemplos de registros administrativos:

- Boletins de Ocorrência da Polícia Civil
- Registros de ocorrência da Polícia Militar e das Guardas Municipais
- Inquéritos policiais
- Denúncias do Ministério Público
- Processos judiciais
- Notificações dos serviços de saúde

A análise dos microdados podem gerar informações que permitem avaliar a eficácia de políticas públicas de segurança, identificar padrões criminais e planejar estratégias de prevenção e combate à criminalidade. E, claro, revelar pautas valiosas!

¹ Rodrigues da Silva, Camila; Grandin, Felipe; Reis, Thiago. Com 322 encarcerados a cada 100 mil habitantes, o Brasil se mantém na 26ª posição em ranking de países que mais prendem no mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/com-322-encarcerados-a-cada-100-mil-habitantes-brasil-se-mantem-na-26a-posicao-em-ranking-dos-paises-que-mais-prendem-no-mundo.ghtml>

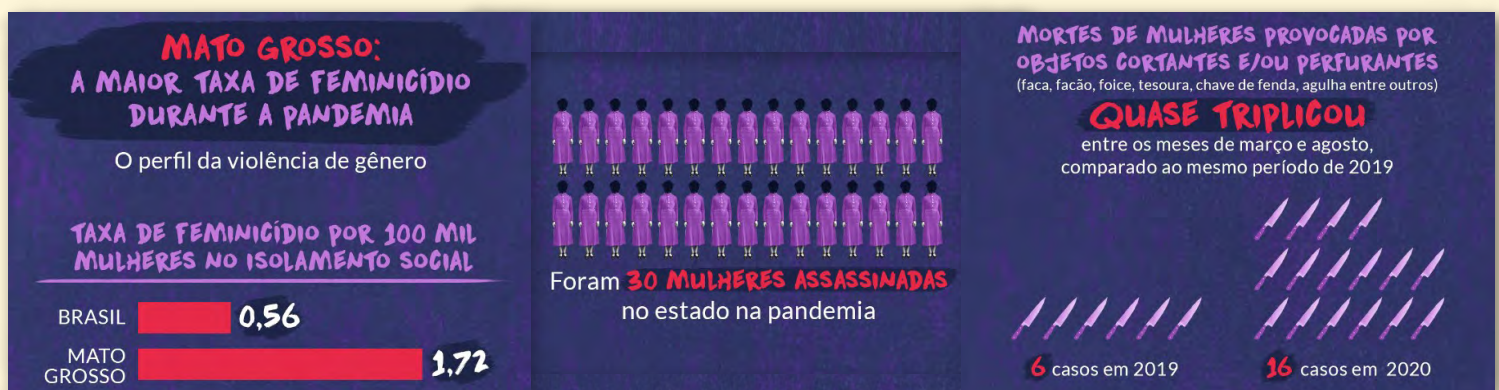


Microdados: queremos!

Os dados também podem ser apresentados em bases de microdados, ou seja, a menor unidade que estamos analisando em um banco de dados. Elas são apresentadas de maneira desagregada de modo que, no caso de dados de um Boletim de Ocorrência, as informações de cada indivíduo envolvido no caso — a vítima, o suspeito, testemunhas e os policiais que atenderam — são destrinchadas e viram uma linha por ocorrência ou por indivíduo no banco de dados.

Apesar de sua importância, nem todos os órgãos públicos divulgam ativamente as informações em formato de **microdados**. Muitas vezes, essas informações são restritas ao uso interno dos órgãos, o que dificulta sua análise e utilização. No entanto, essas informações podem ser solicitadas via **Lei de Acesso à Informação**, como veremos adiante.

Exemplo de reportagem produzida a partir de microdados²:



Nesta reportagem da Revista AzMina sobre a taxa de feminicídio no primeiro ano da pandemia de Covid-19, o acesso aos microdados dos casos permitiu notar fenômenos sociais que impactaram no número de casos, além do dado geral, que coloca o Mato Grosso como o esta-

do com a maior taxa deste crime. Como vemos no infográfico, o isolamento deixou as mulheres moradoras de áreas rurais ainda mais expostas à violência, e o uso de objetos cortantes nesses crimes, como facas, tesouras e agulhas, cresceu durante a pandemia.

² Mato Grosso é o Estado com maior taxa de feminicídio na pandemia. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mato-grosso-e-o-estado-com-a-maior-taxa-de-feminicidio-na-pandemia/>



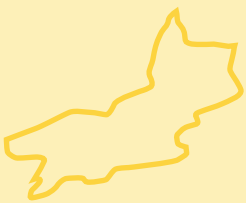
Saiba quais dados são publicados com frequência. Entre no site da secretaria estadual de segurança e se familiarize com eles. Depois, tente fazer planilhas com comparações, para encontrar mudanças e/ou platôs. Discutir o resultado desses achados com especialistas em segurança pode ajudar a formatar a pauta.

MARIA CAROLINA SANTOS
repórter do Marco Zero
Conteúdo

1.1 Do nacional ao local: onde encontrar dados

Dados sobre segurança pública podem ser encontrados principalmente em duas grandes áreas de referência: a própria segurança e na saúde, como veremos adiante. Os registros se dividem em diferentes níveis de abrangência geográfica e são produzidos por diferentes órgãos. Na relação abaixo, é possível identificar alguns órgãos diretamente ligados à área de segurança pública e o nível de abrangência dos seus registros que geram dados.

Os sistemas estaduais não seguem um padrão, fazendo com que cada estado divulgue (ou não) suas informações em períodos, formatos e até nomenclaturas diferentes. O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), sobre o qual falaremos no capítulo 2, congrega periodicamente as informações das unidades da federação, mas a informação mais ágil é a publicada pelos estados, o que inviabiliza uma análise nacional frequente e uniforme. A forma como os dados são coletados, tratados e disponibilizados é diferente inclusive em níveis locais. **Por isso, recomenda-se que jornalistas criem suas próprias bases de dados a partir de pedidos de informação, conforme abordaremos no capítulo 6.**

Abrangência	Órgão produtor de informação
 NACIONAL	Ministério da Justiça e da Segurança Pública Ministério da Saúde Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania Ministério da Mulher Polícia Federal Corregedorias e Ouvidorias de órgãos nacionais Conselho Nacional de Justiça Ministério Público Federal Conselho Nacional do Ministério Público
 ESTADUAL	Secretarias de Segurança Pública estaduais Polícias Civis Polícias Militares Polícias Técnico-Científicas Defensoria Pública Ministérios Públicos Estaduais Corregedorias e Ouvidorias
 MUNICIPAL	Secretarias Municipais de Segurança e pastas relacionadas Guardas Municipais Corregedorias e Ouvidorias



Acompanhe sistematicamente os dados disponibilizados ativamente pelos governos, pois só assim você adquire experiência para entender as nuances e estabelecer tendências: é importante que isso seja feito ao longo do tempo.

RAFAEL SOARES
repórter do jornal O Globo

1.2 Pesquisas preenchem lacunas e subnotificações

Também existem outras fontes valiosas para reportagens de segurança, como as pesquisas de vitimização e diversos outros estudos produzidos por organizações da sociedade civil - traremos alguns deles no capítulo 6.

As pesquisas de vitimização buscam **mapear subnotificações**, ou seja, coletar informações de pessoas que foram vítimas de algum tipo de crime, mas que, por algum motivo, não o comunicaram aos órgãos oficiais. A partir dessa investigação, é possível identificar perfis populacionais e fatores sociais que interferiram na decisão de não comunicar o crime.

Já as investigações quantitativas, chamadas de *surveys*, são pesquisas de opinião ou vitimização aplicadas para identificar a percepção de segurança ou insegurança de determinada população, a dinâmica de violências e crimes, além da avaliação dos serviços públicos de saúde e segurança (como o nível de confiança na polícia, por exemplo). Também são capazes de revelar aspectos sensíveis da relação sociedade e segurança pública, trazendo à tona pontos de maior vulnerabilidade e contextos socioeconômicos que podem estar relacionados com a violência.

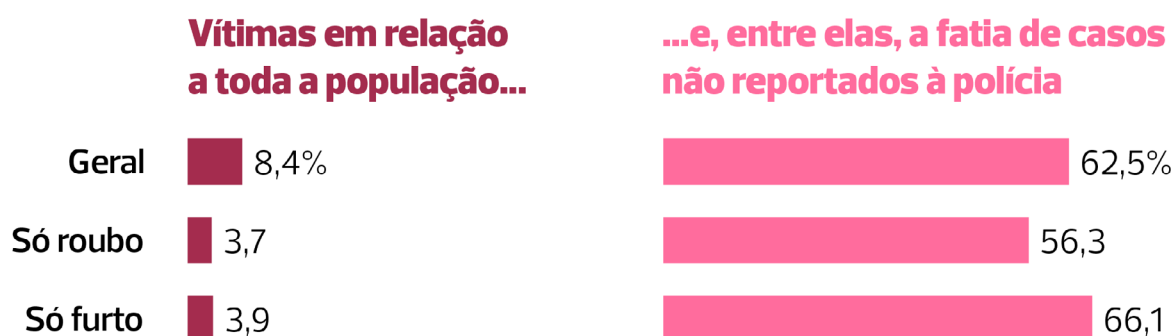
Exemplo de reportagem produzida a partir de pesquisa de vitimização³:

A cada 10 agressões, 6 não são informadas à polícia

Quanto menor a renda da vítima, maior a chance de o crime ficar oculto

07/12/2020

Cifras de vitimização e de crimes ocultos no Brasil, em %



³ A cada 10 agressões, 6 são informadas à Polícia. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/conhecimento/direito/a-cada-10-agresoes-6-nao-sao-informadas-a-policia/>

Essa matéria traz o resultado de uma pesquisa de vitimização conduzida por pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas, da Universidade Católica de Pelotas e do Insper, e revela que, quanto menor a renda da vítima, maior a chance de o crime permanecer oculto nas estatísticas oficiais. O estudo também mostra a proporção de crimes sem conhecimento das autoridades a partir de recortes de raça, idade e tipo de crime.

Como podemos perceber, **coletar, analisar e publicar dados sobre segurança é fundamental para qualificar o debate sobre o tema e pautar políticas públicas eficientes**. Os dados também são fontes inesgotáveis de pautas. É importante lembrar que eles devem ser

analisados com cuidado, considerando a metodologia e o contexto em que foram gerados, a fim de evitar interpretações equivocadas e garantir que sejam utilizados de forma ética e responsável.

1.3 Principais publicações sobre segurança pública no Brasil

Dados geram informação e informação produz conhecimento. Algumas organizações publicam, periodicamente, dados a partir de estudos relacionados ao tema. Essas publicações colaboram diretamente com o ecossistema de dados de segurança pública, uma vez que dão transparência e divulgam análises inéditas a partir de coleta e cruzamento de dados de diferentes órgãos oficiais.



É importante ter leitura sobre o assunto e se apropriar do conhecimento científico em segurança, acessando sites de organizações como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a Rede Observatórios de Segurança. É importante familiarizar-se com pesquisas porque isso vai ajudar a entender como são produzidas e isso pode inspirar levantamentos de autoria própria.

RICARDO MOURA

jornalista, pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), articulador regional da Rede de Observatórios da Segurança e editor do [escrevaninha.blog](https://www.escrevaninha.blog)

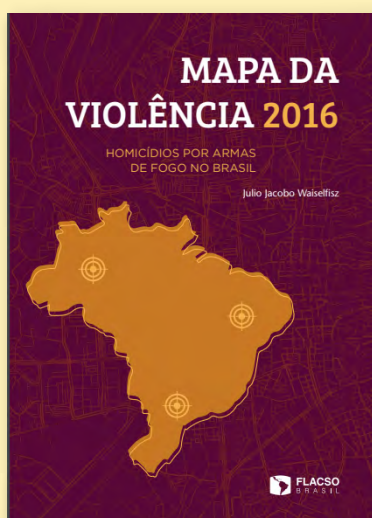
A seguir, algumas das publicações mais relevantes:



Atlas da Violência

Análise que sistematiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil a partir de dados da saúde, bem como reúne publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre violência e segurança pública. Foi criado em 2016 e é gerido pelo Ipea com a colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). São informações sobre homicídios analisadas à luz da perspectiva de gênero, raça e faixa etária, entre outras.

Acesse em: bit.ly/atlas-da-violencia.



Mapa da Violência

O Mapa da Violência foi uma série de estudos sobre homicídios com abordagens temáticas como juventude, mulher, acidentes de trânsito, infância e armas de fogo, entre outras. Produzido pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e organizações parceiras, conta com a série histórica de 1998 a 2016. Apesar de encerrado o ciclo de publicações, quem cumpre atualmente o mesmo papel é o Atlas da Violência.

Acesse em: bit.ly/mapa-da-violencia.



Anuário Brasileiro de Segurança Pública

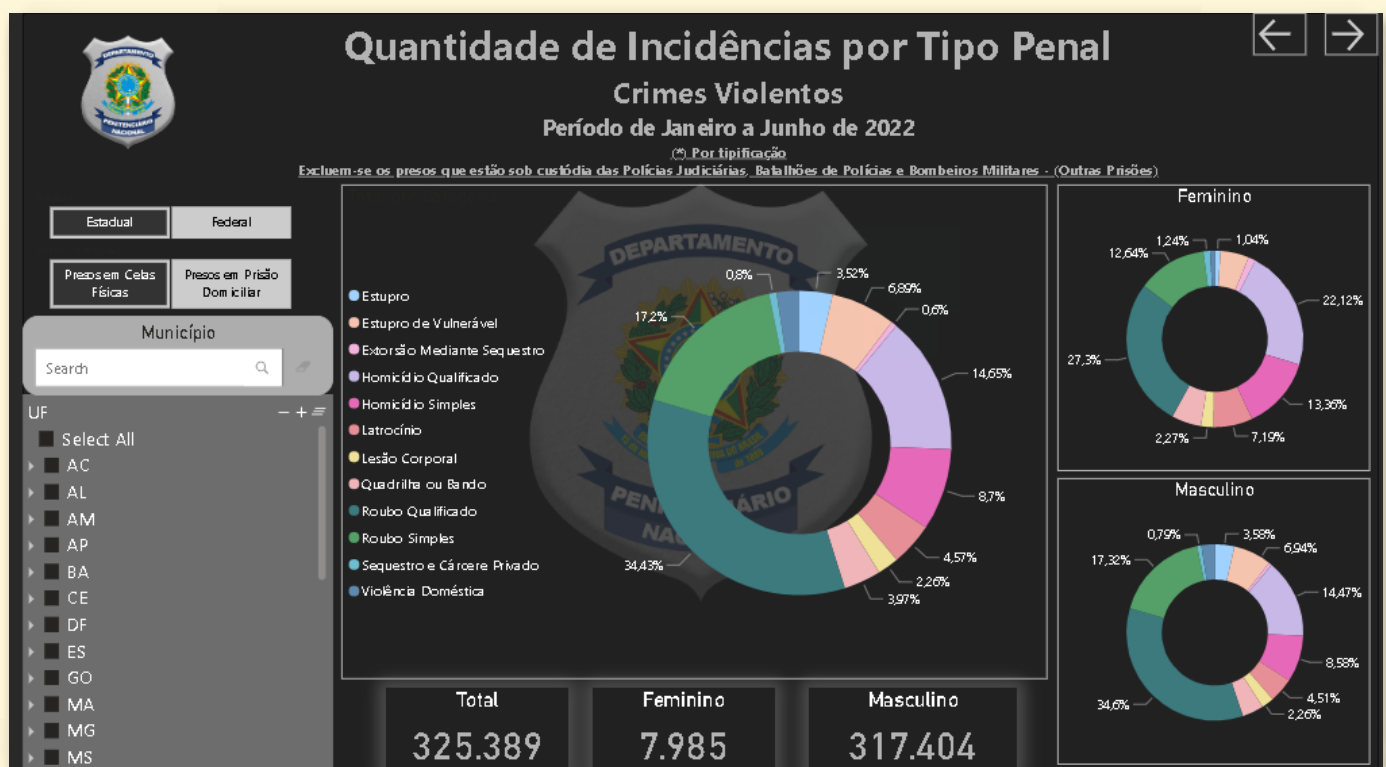
O Anuário tem como fontes as secretarias estaduais, polícias e outras instituições e é uma das principais iniciativas de promoção da transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melhoria da qualidade dos dados. É produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Traz dados sobre mortes violentas, crimes contra o patrimônio, letalidade e vitimização policial, crimes sexuais e vários outros índices.

Acesse em: bit.ly/anuario-seguranca-publica.

1.4 Outras fontes oficiais de registros administrativos de segurança pública

Os registros administrativos de outras fontes oficiais também embasam estudos, pesquisas e publicações sobre segurança. Aqui listamos algumas das principais fontes. Importante ressaltar que nem todas possuem dados atualizados, mas são publicações relevantes para mostrar o retrato da segurança do Brasil por temas específicos.

Sistema prisional



Sisdepen

O portal de Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário traz informações sobre os estabelecimentos penais (condições estruturais) e população carcerária. Os dados estão disponíveis para consulta em *dashboards* de PowerBI, sendo possível filtrar informações até o nível de desagregação de município. No entanto,

não é possível fazer *download* das bases originais ou filtradas. As bases de dados são publicadas e atualizadas duas vezes ao ano. Por meio dele é possível acessar dados do **antigo Infopen**; basta clicar em Painéis anteriores.

Acesse em: bit.ly/sisdepen

Sistema de Justiça



Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

O Justiça em Números é a principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário, como informações de processos relacionados à violência doméstica, questões socioambientais, entre outros temas da atuação judicial. Gerido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os dados são atualizados anualmente, mas limitados a indicadores de esforço, ou seja, referem-se à estrutura judiciária e não ao resultado das ações judiciais julgadas. No site, é possível fazer *download* das bases de dados utilizadas nas publicações.

Acesse em: bit.ly/justicaemnumeros

IMPORTANTE:

Dentro do painel Justiça em Números, há uma aba dedicada a dados sobre a estrutura nacional judiciária de enfrentamento à violência contra as mulheres, onde é possível acompanhar, por exemplo, a quantidade de novos casos desse tipo de violência, julgados no Judiciário a cada 100 mil mulheres (por estado), ou o número de casos em que houve o reconhecimento de feminicídio, após a tramitação como homicídio simples, por exemplo.

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

Apresenta painéis interativos com dados sobre a estrutura de funcionamento do Ministério Público. Há publicações temáticas, com dados desagregados sobre o perfil de vítimas de violência doméstica, população carcerária e condições de atendimento, além de dados sobre prisões militares. Acesse em: bit.ly/sistema-prisional-em-numeros

Observatório da Mulher contra a Violência

É um dos conjuntos de dados disponíveis dentro do DataSenado. No painel, é possível acompanhar dados sobre violência política de gênero e pesquisas de vitimização sobre violência doméstica e familiar. Acesse em: bit.ly/observatorio-da-mulher-contra-violencia

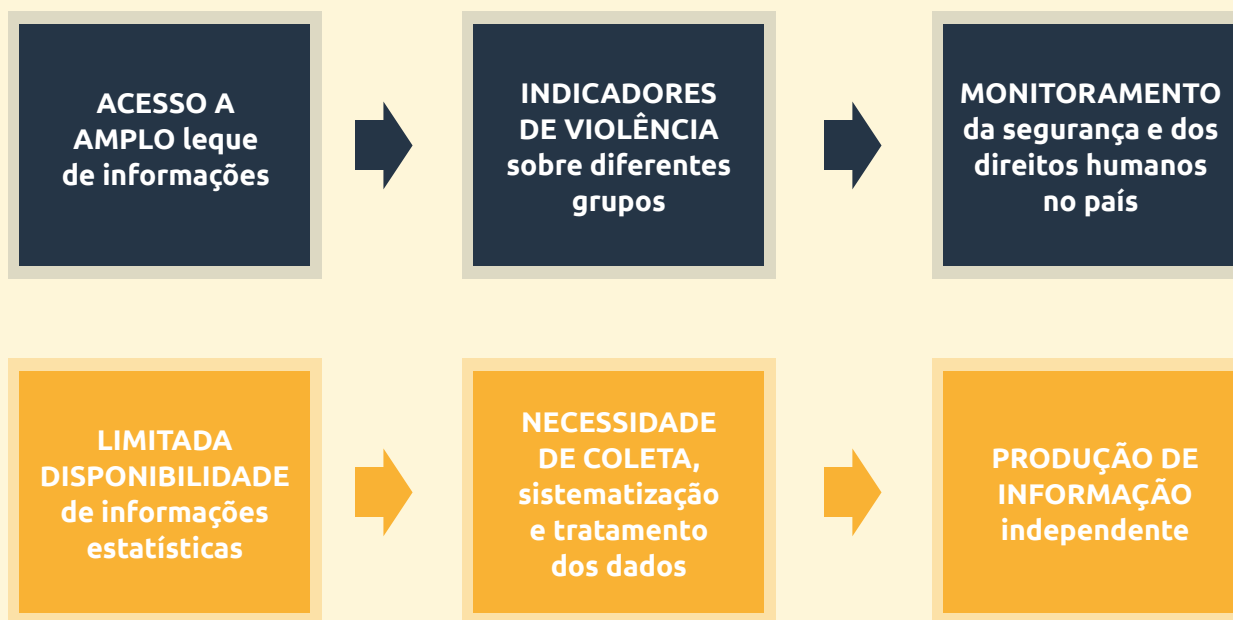
1.5 O que os dados brasileiros ainda não respondem sobre segurança pública

“Qual é o percentual de homicídios esclarecidos em todo o país?”; “quanto tempo dura uma investigação/processamento de crimes?”; ou, ainda, “quantas mortes são decorrentes do tráfico/da guerra às drogas no Brasil?”. Para muitas das perguntas fundamentais sobre segurança pública que o poder público

precisa responder não existem dados de fácil acesso ou os dados necessários nem mesmo foram produzidos.

Outro desafio é a padronização dos sistemas de coleta e metodologias desses dados. Por isso, responder questões como as anteriores pode ser uma tarefa complexa que requer uma metodologia bem estruturada, conhecimento sobre a estrutura das organizações de segurança e produção de dados, tratamento, cruzamento e análises técnicas. A implementação de uma Política de Abertura de Dados, que deve ser regulamentada pelos governos nos âmbitos federal, estadual e municipal, também é uma iniciativa importante para promover o compartilhamento de dados, pois ela é construída com base em documentos normativos, planejamento e orientações. Este processo também contribui para a melhoria da qualidade dos dados públicos oferecidos e o engajamento das cidadãs e dos cidadãos na construção de políticas públicas.

Apesar de sabermos que ter amplo acesso à informação é fundamental para diagnosticar e monitorar a segurança pública e os direitos humanos no país, a realidade brasileira é que **o acesso às estatísticas da área ainda é limitado e impreciso, exigindo um esforço técnico para a produção de informações relevantes.**

EXPECTATIVA X REALIDADE**sobre o monitoramento de dados de segurança pública no Brasil****ONDE MORA A IMPUNIDADE?**

Na tentativa de responder à pergunta “Qual o percentual de homicídios esclarecidos no país?”, o Instituto Sou da Paz produz desde 2017 o relatório “Onde mora a impunidade?”, em que consulta os ministérios públicos estaduais e tribunais de justiça das 27 unidades da federação e propõe um indicador nacional a partir dos dados dos estados que possuem tal informação. A pergunta ainda não foi respondida pois **nem todos os estados enviam dados com a qualidade necessária para compor o índice**. O estudo, portanto, dá visibilidade à falta de padronização e de transparência sobre este dado.

A partir do cálculo de 19 estados que enviaram dados completos na última edição, vimos que apenas 37% dos homicídios praticados em 2019 geraram denúncias à Justiça até o final de 2020, sendo o RJ o estado que menos esclarece homicídios, com taxa de 16%; Rondônia é o que mais esclarece, com taxa de 90%.

Acesse em: soudapaz.org/ondemora2022

CAPÍTULO

2

Segurança e saúde: pilares do monitoramento de indicadores

Dentro das áreas de saúde e segurança, o monitoramento de diferentes indicadores pode nos ajudar a entender o cenário da segurança pública brasileira. A área da saúde possui maior tradição e consistência na produção de dados porque possui políticas públicas mais definidas, com processos padronizados e consolidados em nível nacional. A título de exemplo, a área da saúde realiza coleta e consolidação de dados nacionais desde a década de 1940, ao passo que na área da segurança os dados começaram a ser desenvolvidos a partir dos anos 1990.

As duas fontes operam com metodologias próprias. Na **saúde** os dados são produzidos para fins epidemiológicos, ou seja, para **identificar e controlar os eventos externos que causam impacto na saúde pública**, e geram informações que permitem análises relacionadas a esse aspecto, enquanto na **segurança** os dados são produzidos para **fins jurídi-**

cos, conforme a lógica do direito penal, e geram, assim, informações criminais.

Os dados de mortalidade do Ministério da Saúde, cuja **fonte são os atestados de óbito**, informam as mortes violentas intencionais a partir das categorias da saúde: mortes por agressão, que podem ser subdivididas em diversos tipos, e mortes por intervenção legal. É denominado agressão o conjunto de mortes

A disponibilização dos dados de forma agregada, como é feito pela maioria dos órgãos, deixa pouca ou nenhuma margem para outros cruzamentos e descobertas sobre o contexto das ocorrências.

violentas intencionais provocadas por terceiros, que podem incluir diferentes categorias jurídicas como o homicídio e outras que resultam em morte não acidental provocada por terceiros. Além das agressões, a saúde contabiliza também as mortes por intervenção legal, mas estes registros tendem à **subnotificação** no sistema da saúde, ou seja, não são registrados oficialmente, e em boa parte já estão incluídos no conjunto das mortes por agressão. As análises do Atlas da Violência, citado no capítulo anterior, por exemplo, baseiam-se nas estatísticas da saúde.

A partir dos dados da **segurança pública**, cuja **fonte são os registros policiais**, as estatísticas criminais são produzidas pelos estados - e, como vimos, sistematizadas e publicadas pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Abrangem os diferentes tipos penais, como homicídio, roubo e lesão corporal seguidos de morte, além de mortes provocadas pelas polícias e de policiais vitimados.

Ambas são fontes importantes para monitorar a magnitude e a evolução das mortes violentas intencionais no país. A comparação da **tendência** dos casos nas duas fontes permite monitorar a qualidade da informação, de modo que uma grande discrepância entre os resultados da saúde e da segurança em determinada unidade da federação é indicativo de problemas na produção do dado por uma ou outra fonte.

Como vimos anteriormente, um mesmo evento pode ter diferentes interpretações e formas de ser registrado, dependendo da área em que consultamos suas informações. No caso de uma morte violenta (como um assassinato ou um acidente de carro, por exemplo), é necessário registrar um Boletim de Ocorrência na delegacia de polícia. Neste caso, o Instituto Médico Legal (IML) também deve fazer um laudo e emitir uma declaração de óbito atestando a causa da morte. O laudo será enviado para o cartório, que vai emitir a certidão de óbito, e também para a Polícia Civil e para a Secretaria Municipal de Saúde.

VOCÊ SABIA?

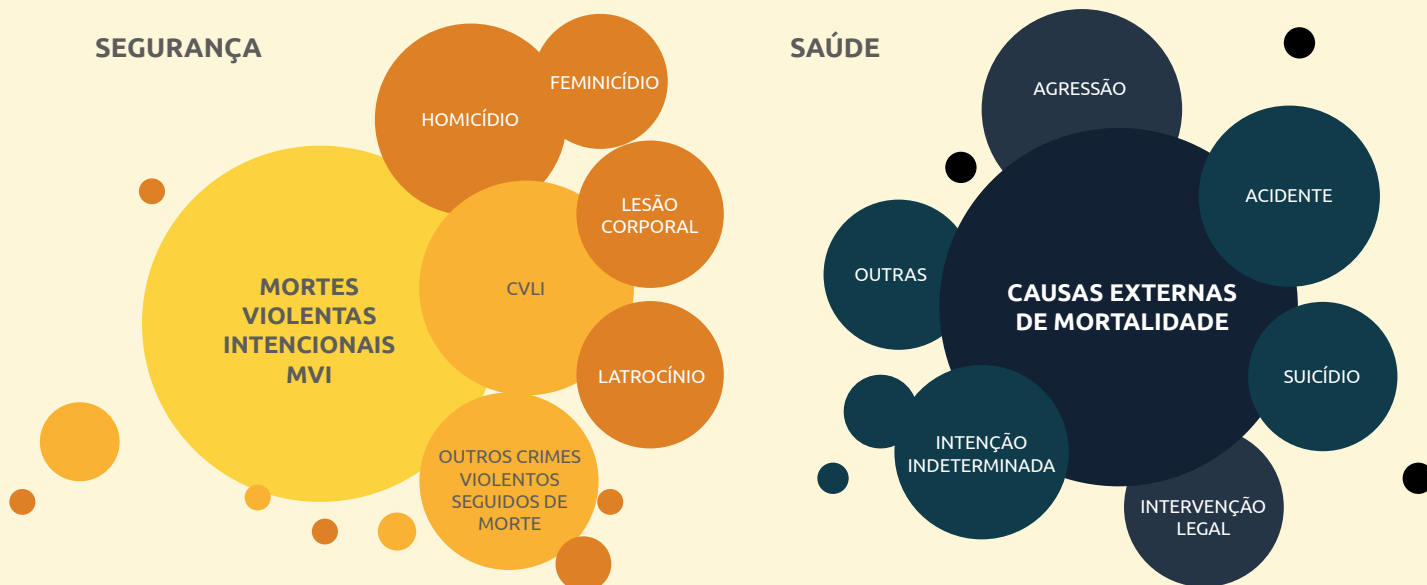
O tempo de processamento entre o registro de uma informação no banco de dados do Ministério da Saúde, sua tramitação interna e a divulgação pública é de pelo menos **um ano**. É por isso que dados do Datasus, que apresentaremos adiante, são publicados em geral com um *gap* temporal de cerca de um ano e meio seguinte ao ano base - e já chegaram a demorar dois anos para serem divulgados. O processo envolve etapas de conferência e validação dos dados em um fluxo que vai das secretarias municipais e estaduais da saúde até o Ministério da Saúde para garantir a qualidade da informação publicada.

Na saúde, o fluxo de registro da informação tem início com a organização dos dados no nível local, isto é, por meio da inserção nos sistemas municipais de saúde que, por sua vez, alimentam o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, responsável pela consolidação e publicação dos dados estatísticos.

Na segurança, o fluxo se inicia com o registro do Boletim de Ocorrência nas delegacias de polícia e geralmente segue em etapas de validação e consolidação nos departamentos policiais superiores até a secretaria estadual de segurança pública, que publica as estatísticas oficiais.

As duas áreas geram indicadores específicos, de acordo com as lógicas jurídico-penal ou epidemiológica que lhes são próprias. Nos órgãos de segurança, as estatísticas relativas a mortes violentas intencionais se dividem de acordo com os tipos penais, por exemplo, estatísticas de homicídio, de roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte ou mesmo homicídio decorrente de intervenção policial. Desse modo, são indicadores de crimes violentos letais. Já na área da saúde, o evento de morte intencional (provocada por terceiros) é agregado principalmente no tipo “mortes por agressão”, que constitui, então, o indicador para monitorar esses casos do ponto de vista da epidemiologia.

Conjuntos de indicadores produzidos a partir de categorias da Segurança e da Saúde para morte violenta



Como mencionamos anteriormente, as fontes e o tipo de registro histórico sobre determinada ocorrência vão depender do tipo de documento que estamos consultando. Importante mencionar que há sempre uma diferença em relação aos números apresentados pela segurança pública e pela saúde, sendo, em geral, os primeiros menores que os segundos, já que registram o dado pela ocorrência

(que pode ter mais de uma vítima), e não por cada vítima, como faz a saúde. Daí resulta a recomendação para monitorar e comparar as tendências, já que um dado pode ser usado para controlar o outro. Aqui um exemplo do que seria possível obter de **informação sobre um mesmo caso de morte violenta**, a partir dos dados da segurança pública e da saúde:

Tipo de registro	Segurança pública	Saúde
Fonte da informação	SSP/Anuário de Violência Pública/ Sinesp (Ministério da Justiça)	Ministério da Saúde (Datasus)
Tipificação/Classificação	Homicídio/ Morte Violenta Intencional/ Crimes Violentos Letais Intencionais/ Mortes Decorrentes de Intervenções Policiais	Morte por agressão/ intervenção legal
Metodologia/Critério	Jurídica/ Legal	Epidemiológica/ Cadastro Internacional de Doenças (CID 10)
Documento de registro	Boletim de Ocorrência	Declaração de óbito
Periodicidade	Mensal (ou a depender do estado)	Anual
Unidade de análise/ medida	Número de ocorrência ou de vítimas (ou ambos)	Número de óbitos (vítimas)
Abrangência	Estadual, municipal, distrital (depende da UF)	Nacional, estadual, municipal
Níveis de desagregação	Depende da UF	Variáveis socioeconômicas
Local	Local da ocorrência	Local da ocorrência do óbito e da residência da vítima
Séries disponíveis	Anuário 2006-2022; Sinesp 2015-2022	CID-10 Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) - 1996-2021

O esforço de gerenciamento nacional e de informações dessas fontes depende de articulação com os estados e municípios. Isso porque **a vivência social acontece em nível local**. Então, os dados devem ser coletados em nível local, repassados aos estados e posteriormente aos entes federais. Além disso, devido à estrutura federativa do Brasil, policiais estaduais respondem pela principal atividade de segurança pública.



2.1 Sinesp: a principal fonte nacional da área de segurança pública e outros sistemas

O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) é uma plataforma do Ministério da Justiça e Segurança Pública que possui bases de dados sobre diferentes temas da segurança nacional.

Em 2022, a plataforma completou 10 anos de funcionamento e tem passado por aprimoramento desde então. Entre as melhorias está a inclusão de outras bases de dados e novas ferramentas de tecnologia, adotadas para agilizar o trabalho das forças de segurança, órgãos de fiscalização e controle e justiça em todo o país. Após ganhar um sistema de busca sobre dados criminais e cadastrais, o serviço passou a ser chamado de **Sistema Nacional**



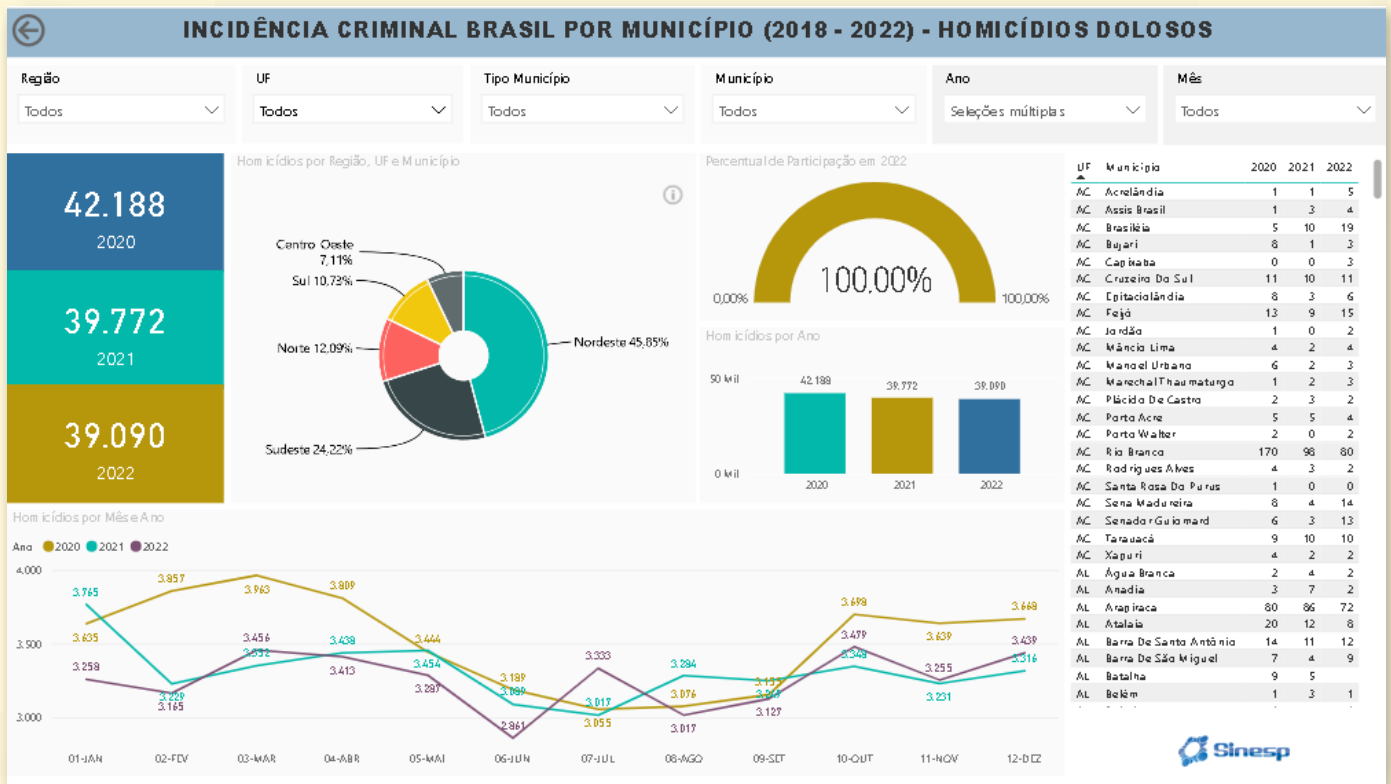
No jornalismo local, atuamos com pautas que se relacionam diretamente com a vida dos moradores dos territórios. Dessa forma, quando temos acesso a dados oficiais de Segurança Pública, procuramos fazer uma escuta com o nosso público, para entender de que maneira aquele número impacta em suas vidas. E, a partir disso, nos aprofundamos na apuração com apoio dos dados recebidos.

GISELE ALEXANDRE

repórter e fundadora do podcast Manda Notícias

de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp).

Ao centralizar as informações sobre segurança em um único lugar, o governo passou a trabalhar em duas frentes: a primeira subsidia o planejamento estratégico e sistêmico de segurança pública e a segunda colabora na divulgação de informações que facilitam o trabalho dos órgãos de segurança e que dão mais autonomia aos cidadãos.



As bases de dados disponíveis no Sinesp trazem informações sobre número de homicídios, roubos, furtos e estupro, entre outros crimes. É possível fazer consultas por tipo de crime, período, localidade e outras variáveis.

É possível acessar grupos de dados por estado (vítimas por homicídio doloso, lesão corporal e gênero) e municípios (incidência criminal, estupro, roubo, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, roubo à instituição financeira, roubo de carga e veículo e número de vítimas). Os dados são atualizados até o dia 15 de cada mês e cabe aos gestores estaduais a consolidação das informações para alimentar o sistema.

Acesse o Sinesp em:

bit.ly/multiplataforma-sinesp

IMPORTANTE

Para acessar ou solicitar dados ao Sinesp, é necessário ter o selo de confiabilidade, além da conta básica na plataforma GOV.BR.

Isso implica em fornecer ao governo dados pessoais sensíveis que incluem desde informações previdenciárias, reconhecimento facial, integração com dados bancários e até comparação biométrica com dados da Justiça Eleitoral.

Sinarm e Sigma: importantes sistemas de informação para monitorar a circulação de armas

O **Sistema Nacional de Armas (Sinarm)**, de responsabilidade da Polícia Federal, é responsável pelo controle de armas em poder da população. Por meio do Sinarm, a Polícia Federal registra as informações sobre posse e porte de **armas de fogo** no país, assim como gera as autorizações de compra e venda.

Já o **Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma)**, de responsabilidade do Exército Brasileiro, controla as armas de uso de militares das Forças Armadas e policiais e também registra e fiscaliza as armas de fogo adquiridas e mantidas pelos CACs (caçadores, atiradores desportivos e colecionadores).

Juntos, os dois sistemas são responsáveis pelo controle dos dados sobre o total de armas legais em circulação em todo o território nacional e **só é possível obter dados de suas bases via Lei de Acesso à Informação**, sobre a qual falaremos mais adiante. A agência de jornalismo de dados Fiquem Sabendo, especializada em LAI, reúne exemplos de bases abertas com uso da Lei de Acesso à Informação e modelos de pedidos (que podem ser atualizados por você!) na plataforma WikiLAI: wikilai.fiquemsabendo.com.br/wiki/Armas_de_fogo

A reportagem a seguir, publicada por meio de parceria entre os Institutos Sou da Paz e Igarapé e o jornal O Globo⁴, apresenta a soma dos dados dos sistemas Sinarm e Sigma para revelar o total de armas registradas nas mãos de particulares em todo o país.

O GLOBO | Brasil

Total de armas particulares no Brasil chega a quase 3 milhões, mais do que o dobro de cinco anos atrás

Levantamento de institutos Sou da Paz e Igarapé mostra que caçadores, atiradores desportivos e colecionadores tornaram-se os maiores detentores de artigos do tipo no país



Mantenha um registro próprio organizado de pedidos que você fez e tenha ali um resumo das respostas. Com dados de armas que eu solicitava ao Exército, isso me facilitou muito porque me permitiu acompanhar, em detalhes, o crescimento no número de registros.

LAÍS MARTINS
repórter independente

⁴ Total de armas particulares no Brasil chega a quase 3 milhões, mais do que o dobro de cinco anos atrás. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/brasil-chega-a-quase-3-milhoes-de-armas-em-acervos-particulares.ghtml>

A INTEGRAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS SINARM E SIGMA foi determinada em um decreto de 2004, que dava prazo de um ano para a sua implementação, mas até hoje não foi cumprida pelo Exército. A Polícia Federal publicou portaria em 2019 que autoriza o Exército a acessar o Sinarm, sob o seu controle, mas somente no Governo Lula é que foram iniciados passos para que o Exército passe a permitir acesso a seu sistema. Isso ocorreu com a publicação de uma portaria⁵ em abril de 2023 que trata da integração do Sigma a sistemas do Ministério da Justiça. Com a portaria, as armas de CACs, que antes pertenciam apenas ao Sigma, poderão ser acessadas por meio do Sinarm - o que foi possível com o recadastramento das armas determinado pelo governo. Este processo deve conferir mais transparência à política de armas, facilitar o rastreamento de armas e munições no país e ajudará na resolução de crimes praticados com armas legais.



2.2 Viva o Datasus: o que os dados da Saúde revelam sobre a segurança brasileira?

Como mencionamos, a **área da saúde é um dos pilares de geração de dados para a área da segurança pública**, a partir de seus registros administrativos e microdados.

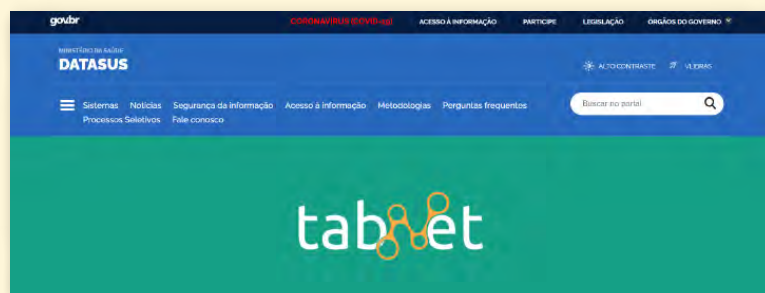
Por isso, ao analisar dados de atendimentos médicos relacionados a lesões causadas por violência, é possível identificar padrões de ocorrência em determinadas regiões ou grupos populacionais. Essas informações podem auxiliar na compreensão de áreas mais vulneráveis ou na identificação de problemas de segurança específicos que exigem atenção e intervenção.

O **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)** surgiu em 1991 com a função de controle e processamento das contas referentes à saúde. Com o tempo, o órgão tornou-se referência no desenvolvimento de sistema de gestão de dados de saúde para órgãos estaduais e municipais. Ao longo do tempo, o órgão também incorporou novas tecnologias e revisões técnicas que norteiam o armazenamento dos dados.

Apesar de contemplar uma ampla variedade de dados, as **estatísticas de mortalidade por causas externas**, que incluem homicídios, suicídios, acidentes e outras formas de violência são a base que mais pode interessar a quem cobre segurança pública.

⁵ Instituto Sou da Paz. Integração entre sistemas do Exército e MJ é avanço histórico no combate ao tráfico de armas e à violência armada. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/integracao-entre-sistemas-do-exercito-e-mj-e-avanco-historico-no-combate-ao-trafico-de-armas-e-a-violencia-armada/>

Além de ser possível filtrar por localização geográfica (chegando à desagregação por município), a base fornece dados sobre o tipo de morte, instrumento utilizado - permitindo levantar informações sobre agressões fatais ou não com armas de fogo, por exemplo - e outros dados de contexto (como local da morte), além de recortes sociais (como gênero, raça, idade e escolaridade) que podem basear investigações de fenômenos específicos. Acesse em: bit.ly/tabnet



É preciso criatividade para trabalhar com os dados. A imprensa peca em não explorar todos os recortes possíveis: geográficos, temporais, de horário, característica das vítimas. Isso é algo que tenho feito no jornal e pedido para que outros repórteres também façam.

RAFAEL SOARES
repórter do jornal O Globo

NO TABNET, PARA CONSULTAR DADOS SOBRE:

- Homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, escolha **“X85-Y09 - Agressões”**.
- Acidentes fatais com armas de fogo, selecione **“W00-X59 - Outras causas externas de lesões acidentais”**.
- Suicídios, selecione **“X60-X84 - Lesões autoprovocadas voluntariamente”**.

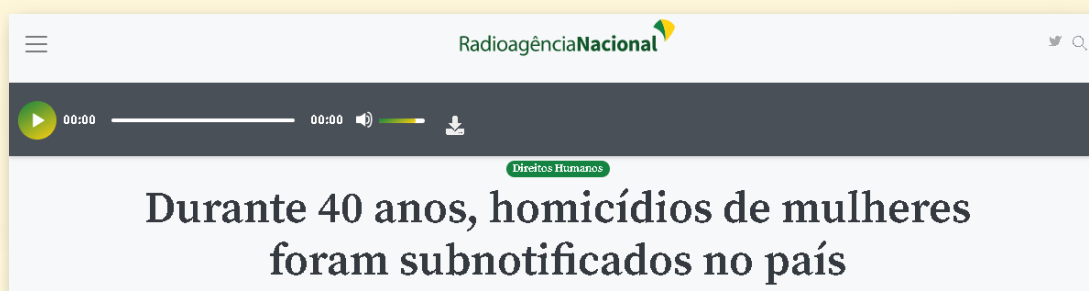
Importante: o grupo **“Y35-Y36 - Intervenções legais e operações de guerra”** inclui mortes cometidas por agentes policiais em atuação, mas os números relatados são pouco fidedignos, pois a informação sobre essa circunstância tem baixo preenchimento. Em sua maioria, esses casos são contabilizados no grupo de mortes por agressão.

São exemplos de reportagens produzidas a partir de dados coletados no Datasus:

Número de homicídios aumenta na Bahia e reduz na maioria dos estados, aponta DataSUS

No país, houve redução de 11% dos casos em 2021 comparado a 2020, enquanto o estado registrou crescimento

6



7



8



Vá além das balas e corpos, busque relacionar essas estatísticas de segurança pública a indicadores socioeconômicos, de saúde e demográficos. Qual a raça, escolaridade, onde ocorre e qual o gênero dessas vítimas?

THAYS LAVOR

jornalista, pesquisadora e coordenadora de Dados na InfoAmazonia e diretora da Abraji

⁶ Número de homicídios aumenta na Bahia e reduz na maioria dos estados, aponta DataSUS. Correio 24 horas, Bahia. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/numero-de-homicidios-aumenta-na-bahia-e-reduz-na-maioria-dos-estados-aponta-datasus/>

⁷ Pessoa, Carolina. Durante 40 anos, homicídios de mulheres foram subnotificados no país. Rádio Agência Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-03/durante-40-anos-homicidios-de-mulheres-foram-subnotificadas-no-brasil>

⁸ Madeiro, Carlos. Mortes de negros por violência física crescem 59% em 8 anos no Brasil. Uol, Alagoas. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/21/morte-de-pessoas-negras-por-violencia-fisica-cresce-59-em-8-anos-no-brasil.htm?cmpid=copiaecola>

Panorama dos dados de segurança publicados (e os não publicados) ativamente por cada estado

Quando se trata de dados de segurança pública disponibilizados ativamente pelas secretarias, cada estado possui autonomia para adotar a metodologia, periodicidade de divulgação e formatos de dados de acordo com sua própria estrutura. Por isso, ao buscarmos cada portal da transparência estadual, deparamo-nos com informações apresentadas em formatos muito distintos e com diferentes níveis de abrangência e detalhamento. Como vimos no capítulo 1, geralmente, esses dados são produzidos com base nos registros policiais (Boletins de Ocorrência e Inquéritos Policiais) e são organizados segundo uma estrutura de classificação baseada nos marcos jurídicos, como o Código Penal, que define os tipos de crimes. Cada estado, porém, tem seu próprio sistema de processamento dos dados e consolidação das estatísticas que são publicadas. Por isso, é importante buscar compreender **a metodologia** utilizada na coleta de cada dado, a depender do seu estado de origem.

É importante destacar que, historicamente, prevalece **a perspectiva do sigilo no campo da segurança pública**. Em comparação com as áreas da saúde

e da educação, as políticas públicas e os sistemas de gestão da informação das organizações da segurança são mais recentes e menos abrangentes.

Por outro lado, ainda que não tenhamos uma cultura de transparência, nos últimos anos houve avanços significativos nesse campo, com os estados disponibilizando cada vez mais acesso aos dados por iniciativa própria (transparência ativa) ou por meio de pedidos de acesso à informação (transparência passiva), sobre os quais falaremos no capítulo 4. Ainda assim, **outro fator que pode contribuir diretamente para a maior ou menor transparência é o político**. A depender de quem está à frente do governo estadual ou da secretaria, há mais - ou menos - disposição para construir uma política de dados abertos e o compartilhamento das informações de forma ativa e em formatos amigáveis.

3.1 Uma visita aos portais estaduais de segurança pública

Enfrentamos três grandes problemas quando trabalhamos com dados provenientes das secretarias estaduais de segu-

rança pública. A primeira, como veremos mais detalhadamente, é a falta de padronização das metodologias de coleta e disponibilização das informações. Enquanto estados como Pernambuco oferecem dados desagregados sobre os **Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), grupo que contempla casos de homicídio doloso, feminicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte ou letalidade policial**, outros divulgam apenas a soma destes casos ou não disponibilizam, mesmo que de forma agregada, os dados de todos os crimes que compõem a lista de CVLIs, o que inviabiliza uma análise nacional sistemática. Na Paraíba, os dados de roubo e furto de veículos estão agregados no indicador chamado SIVA (Subtração Ilegal de Veículos Automotivos), enquanto em São Paulo os dados de roubo e furto são divulgados separadamente.

O segundo grande problema tem a ver com a divulgação dos dados. Cada unidade da federação atualiza o seu dado em um período diferente, ainda que a maioria das informações seja disponi-

bilizada mês a mês. Por fim, o terceiro maior desafio no trabalho com dados estaduais está relacionado ao formato dos documentos. A maioria dos estados - como Alagoas - divulga os dados mensais apenas em boletins no formato PDF. Além de trazer um dado agregado e sem detalhamento sobre raça, gênero, localização geográfica da ocorrência e perfil das demais pessoas envolvidas no fato além da vítima, o formato não permite a extração e manejo dos dados para a análise de forma sistemática. **Apresentaremos ferramentas para lidar com essa dificuldade na próxima seção.**

A seguir elencamos os principais destaques - positivos e negativos - sobre os dados de segurança de todos os estados brasileiros, separados pelas regiões. Vale salientar que as plataformas podem ter passado por mudanças no período entre a produção deste Guia e a data em que você está lendo essas informações. Por isso, recomendamos que você visite e explore a plataforma dos estados do seu interesse regularmente.

VOCÊ SABIA?

Os dados da área da saúde sempre apontaram mais vítimas de homicídios do que os dados coletados pelas secretarias de segurança pública. No entanto, nos últimos anos, já é possível encontrar números muito próximos no comparativo entre as duas fontes, muito por conta da melhoria dos sistemas de coletas estaduais.

Mapa da transparência ativa em segurança pública



Região Centro-oeste



Tipo de dado	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Dados criminais (com nº de casos e/ ou nº de vítimas)	✓	✓	✓	✓
Letalidade e/ou vitimização policial	✗	✓	✗	✓
Outros indicadores	✓	✗	✗	✓
Desagregação territorial	✓	✗	✓	✓
Dados atualizados (até 2023)	✓	✓	✗	✓
Atividade policial (indicadores de esforço, operacionais)	✗	✓	✗	✓
Análises disponíveis e informações desagregadas	✓	✓	✓	✓

Como os dados de segurança no Centro-Oeste são estruturados?

No **Distrito Federal** a Secretaria de Estado da Segurança Pública disponibiliza diferentes conjuntos de indicadores criminais agregados e detalhados por regiões administrativas. Os dados são disponibilizados em planilhas ou arquivos PDF, assim como metodologia detalhada sobre os indicadores. Outro destaque vai para os dados sobre pessoas desaparecidas (série histórica a partir de 2016), e casos de injúria racial e racismo (apenas em PDF).

Indicadores: Violência contra a mulher; homicídios e feminicídios; desaparecidos; injúria racial e racismo; violência contra pessoas idosas, latrocínios, lesão corporal seguida de morte, roubo (diferentes tipos).

Acesse em: ssp.df.gov.br/estatisticas.

Já em **Goiás**, os dados são divulgados no site mensalmente, com um atraso de pelo menos 60 dias, indicado como período de consolidação estatística para publicação. A secretaria disponibiliza indicadores de CVLI, crimes contra o patrimônio, violência contra a mulher e produtividade policial para o estado.



MS oferece dados desagregados de todos os municípios

O ponto negativo é que as informações estão disponibilizadas em PDF. O estado também divulga análises sobre ocorrências no trânsito com informações gerais sobre o tipo de ocorrência, dados sobre as vítimas, as condições do ambiente e do veículo.

Indicadores: CVLI (homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte); crimes contra o patrimônio (roubo a transeunte, veículo, transporte público, comércio, residência, furto de veículo); crimes tentados (homicídio, latrocínio); violência doméstica contra a mulher (feminicídio, estupro, ameaça, lesão corporal, crimes contra a honra). Sobre produtividade policial, divulga dados de apreensão de drogas; armas apreendidas; abordagem policial; prisões em flagrante; e veículos recuperados.

Acesse em:

seguranca.go.gov.br/estatisticas.

O **Mato Grosso** publica indicadores por região - as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs). Os dados são publicados diretamente no site, não sendo possível fazer download em nenhum formato. Outro problema é que os dados só estão atualizados até 2022, com detalhamento por mês. Em PDF, a secretaria publica o seu Anuário de Segurança, disponível de 2019 a 2022, com dados de indicadores de criminalidade, populacional e produtividade.

Indicadores: Homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, furto e roubo.

Acesse em: sesp.mt.gov.br/estatisticas-mato-grosso.

RISP	NATUREZA			HOMICÍDIO DOLOSO						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CUIABÁ	216	256	243	213	144	125	104	90	55	67
VÁRZEA GRANDE	172	248	185	154	91	109	90	77	52	67
SINOP	93	140	104	103	134	119	100	82	86	126
RONDONÓPOLIS	133	163	143	125	113	69	70	67	74	88
BARRA DO GARÇAS	10	10	17	16	10	12	13	9	13	12
CÁCERES	43	33	44	49	45	42	42	32	42	71
TANGARÁ DA SERRA	58	62	58	58	57	63	53	48	53	79
JUÍNA	57	47	39	62	69	51	68	86	99	93
ALTA FLORESTA	57	58	54	46	49	48	28	32	27	38
VILA RICA	26	33	31	40	48	31	33	46	30	25
PRIMAVERA DO LESTE	61	57	49	58	54	57	39	32	35	41
PONTES E LACERDA	28	34	27	32	31	44	30	39	28	42
ÁGUA BOA	22	29	29	19	29	32	29	35	33	38
NOVA MUTUM	25	62	46	56	73	73	94	96	84	93
GUARANTÃ DO NORTE		44	52	55	38	41	50	39	38	43
TOTAL	1001	1276	1121	1086	985	916	843	810	749	923

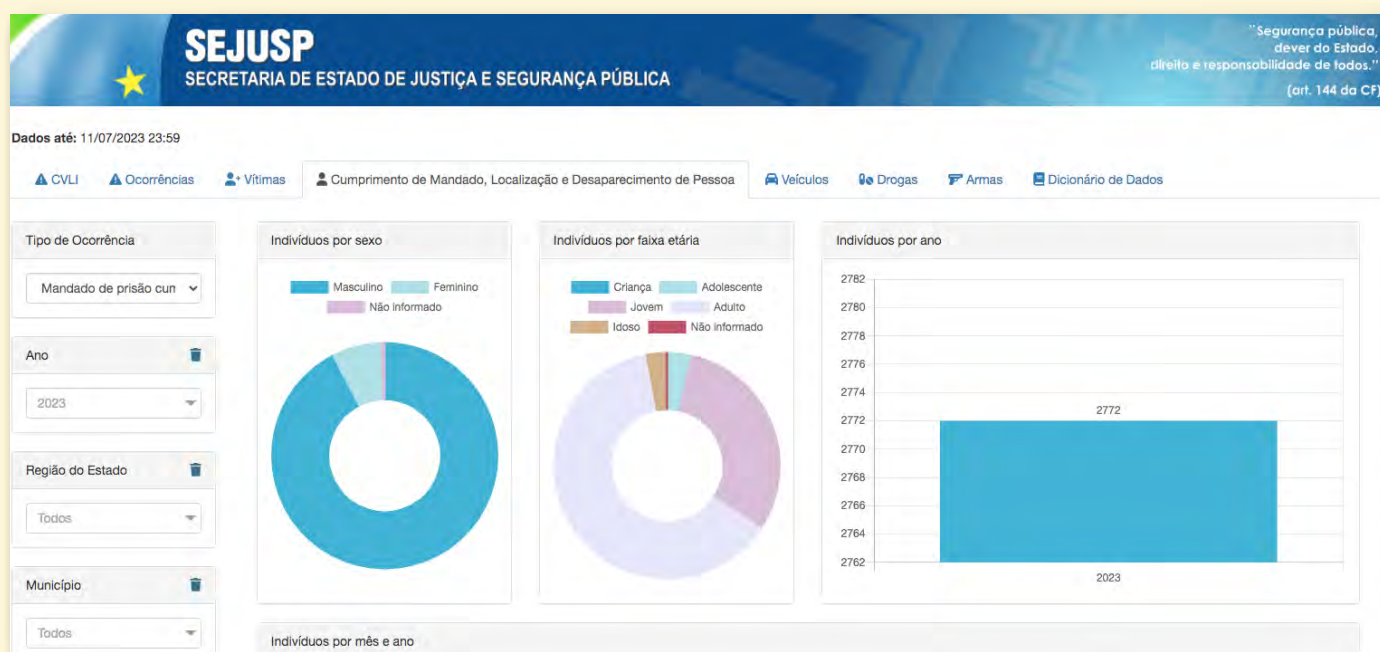
Fonte: SINESP_PIC

O estado do **Mato Grosso do Sul** publica mensalmente um conjunto de indicadores desagregados segundo todos os municípios do estado, o que é uma ótima prática. O ponto negativo é que os dados são divulgados em um painel/dashboard no qual não é possível baixar/exportar as informações para uma

planilha. As análises dos dados de criminalidade são publicadas em formato de notícias.

Indicadores: Vão desde os CVLIs, até desaparecimento e localização de pessoa, mortes no trânsito, suicídio, contrabando, drogas e armas.

Acesse em: estatistica.sigo.ms.gov.br.

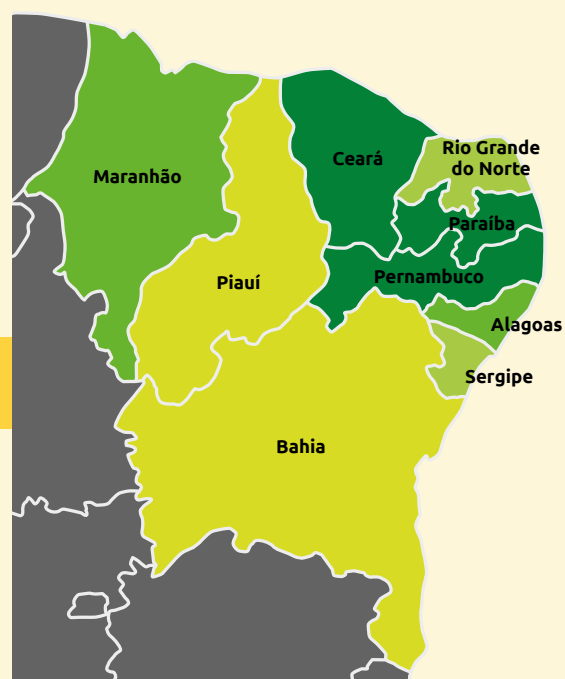




Região Nordeste

Tipo de dado	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba
Dados criminais (com nº de casos e/ ou nº de vítimas)	✓	✓	✓	✓	✓
Letalidade e/ou vitimização policial	✓	✗	✓	✓	✓
Outros indicadores	✗	✗	✓	✓	✓
Desagregação territorial	✓	✓	✓	✓	✓
Dados atualizados (até 2023)	✓	✗	✓	✓	✓
Atividade policial (indicadores de esforço, operacionais)	✗	✓	✓	✗	✓
Análises disponíveis e informações desagregadas	✓	✗	✓	✗	✓

Região Nordeste



Tipo de dado	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe
Dados criminais (com nº de casos e/ ou nº de vítimas)	✓	✓	✓	✓
Letalidade e/ou vitimização policial	✓	✗	✓	✓
Outros indicadores	✓	✗	✗	✗
Desagregação territorial	✓	✓	✓	✓
Dados atualizados (até 2023)	✓	✓	✗	✗
Atividade policial (indicadores de esforço, operacionais)	✓	✗	✗	✗
Análises disponíveis e informações desagregadas	✓	✗	✓	✓

Como os dados de segurança dos estados do Nordeste são estruturados?

Em **Alagoas**, a Secretaria de Estado de Segurança Pública atualiza as informações mensalmente em série histórica desde 2012. Os dados são apresentados em relatório estatístico bem elaborado sobre o perfil dos crimes violentos letais. O ponto negativo é que os dados são apresentados em boletins em formato PDF, portanto, sem microdados. A secretaria também disponibiliza dados sobre mortes no trânsito (atualizados somente até 2020, em PDF).

Indicadores: CVLI (homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte).

Acesse em: seguranca.al.gov.br/estatisticas.

Na **Bahia**, os dados são divulgados pela Corregedoria da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Entre os pontos positivos, destacam-se as informações sobre tentativas de homicídios e homicídios cometidos em prisões, informação inédita entre os indicadores publicados ativamente por secretarias dos estados. Outro destaque está no boletim diário com as principais ocorrências do dia, que pode ser consultado e contém informações interessantes (sexo, idade, local e às vezes até nome da vítima; no caso de roubo de veículos, marca, modelo, placa, cor, local, data e hora). Um ponto de atenção é que o estado prevê o indicador "homicídio doloso com indício de excludente de ilicitude", mas não de mortes decorrentes em intervenção policial,

cujos números elevados foram divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública para o último ano (2022).

Indicadores: feminicídio, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio, roubo (diversos tipos), letalidade policial.

Acesse em: bit.ly/sspbahia

DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL e o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro o tema "excludente de ilicitude" ganhou destaque. Entre 2019 e 2022 o governo federal enviou duas propostas que propunham mudanças nos casos onde há previsão constitucional "exclusão da culpa" em determinados crimes. As alterações visavam beneficiar policiais, isentando-os de responder criminalmente sobre mortes, autorizando, por exemplo, a legalização da "legítima defesa". Para saber mais detalhes sobre o tema e por que ele é tão polêmico, acesse o conteúdo da Politize em: politize.com.br/excludente-de-ilicitude/

No **Ceará**, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social divulga os dados em três formatos: boletins em PDF, planilhas e painel dinâmico. Nos arquivos de planilhas, é possível obter dados desagregados segundo gênero, raça, escolaridade das vítimas e tipo de arma empregada nos CVLI, por exemplo. Não são todos os indicadores criminais que possuem esse detalhamento. O estado divulga dados de mortes em intervenção policial mas não de vitimização policial.

Indicadores: CVLI (incluindo número de vítimas), mortes em decorrência da intervenção policial, mortes em presídios, apreensão de drogas e armas, furto e crimes sexuais.

Acesse em: sspds.ce.gov.br/estatisticas-2-3

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	Município	AlS	Natureza	Data	Hora	Dia da Semana	Tipo de Arma	Gênero	Idade da Vítima	Escolaridade da Vítima	Raça da Vítima	
2	Caucaia	AlS 11	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	0:20	Domingo	Arma de fogo	Masculino	31	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	
3	Fortaleza	AlS 06	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	0:25	Domingo	Arma de fogo	Masculino	24	Alfabetizado	Parda	
4	Fortaleza	AlS 03	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	1:45	Domingo	Arma de fogo	Masculino	33	Ensino Fundamental Incompleto	Não Informada	
5	Missão Velha	AlS 19	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	3:37	Domingo	Arma de fogo	Masculino	42	Não Alfabetizado	Parda	
6	Maracanaú	AlS 12	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	6:00	Domingo	Arma de fogo	Masculino	27	Alfabetizado	Não Informada	
7	Pentecoste	AlS 17	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	6:00	Domingo	Arma de fogo	Masculino	31	Alfabetizado	Não Informada	
8	Caucaia	AlS 11	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	6:19	Domingo	Arma de fogo	Masculino	40	Superior Completo	Branca	
9	Aquiraz	AlS 13	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	12:00	Domingo	Arma branca	Masculino	49	Alfabetizado	Não Informada	
10	Fortaleza	AlS 07	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	12:10	Domingo	Arma de fogo	Masculino	20	Ensino Médio Incompleto	Não Informada	
11	Pacajus	AlS 25	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	14:00	Domingo	Arma branca	Masculino	53	Alfabetizado	Parda	
12	Itarema	AlS 17	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	15:00	Domingo	Arma de fogo	Masculino	22	Ensino Fundamental Completo	Não Informada	
13	Paracuru	AlS 23	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	15:20	Domingo	Arma de fogo	Feminino	16	Ensino Fundamental Incompleto	Não Informada	
14	Paracuru	AlS 23	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	15:20	Domingo	Arma de fogo	Feminino	24	Ensino Fundamental Completo	Não Informada	
15	Aquiraz	AlS 13	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	16:30	Domingo	Arma de fogo	Masculino	41	Ensino Fundamental Completo	Não Informada	
16	Crato	AlS 19	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	17:35	Domingo	Arma de fogo	Masculino	26	Alfabetizado	Não Informada	
17	Jaguaribe	AlS 18	FEMINICÍDIO	01/jan/23	18:00	Domingo	Arma branca	Feminino	27	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	
18	Fortaleza	AlS 02	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	18:00	Domingo	Arma de fogo	Masculino	21	Não Informada	Não Informada	
19	Barbalha	AlS 19	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	20:30	Domingo	Arma branca	Masculino	48	Não Alfabetizado	Não Informada	
20	Aracati	AlS 18	HOMICÍDIO DOLOSO	01/jan/23	21:23	Domingo	Arma de fogo	Masculino	38	Alfabetizado	Não Informada	
21	Fortaleza	AlS 08	HOMICÍDIO DOLOSO	02/jan/23	0:48	Segunda	Arma de fogo	Masculino	28	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	

No **Maranhão**, a Secretaria de Segurança Pública do estado disponibiliza dados sobre CVLI, além de um painel comparativo sobre homicídios com série histórica a partir de 2014. Outro destaque são os dados sobre morte de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, a única unidade federativa a divulgar a informação ativamente. Em contraponto, não há dados sobre o interior do estado e as informações são fornecidas em formato PDF. Há microdados sobre as ocorrências de CVLI, mas não em formato de planilha. Os dados são apresentados em gráficos e tabelas comparativas entre o mês vigente e o

mês anterior, o mês no ano vigente e no ano anterior.

Indicadores: homicídio, lesão corporal seguida de morte, pessoas mortas em delegacias, homicídios dolosos no trânsito, suicídio.

Acesse em: ssp.ma.gov.br/estatisticas-da-grande-sao-luis

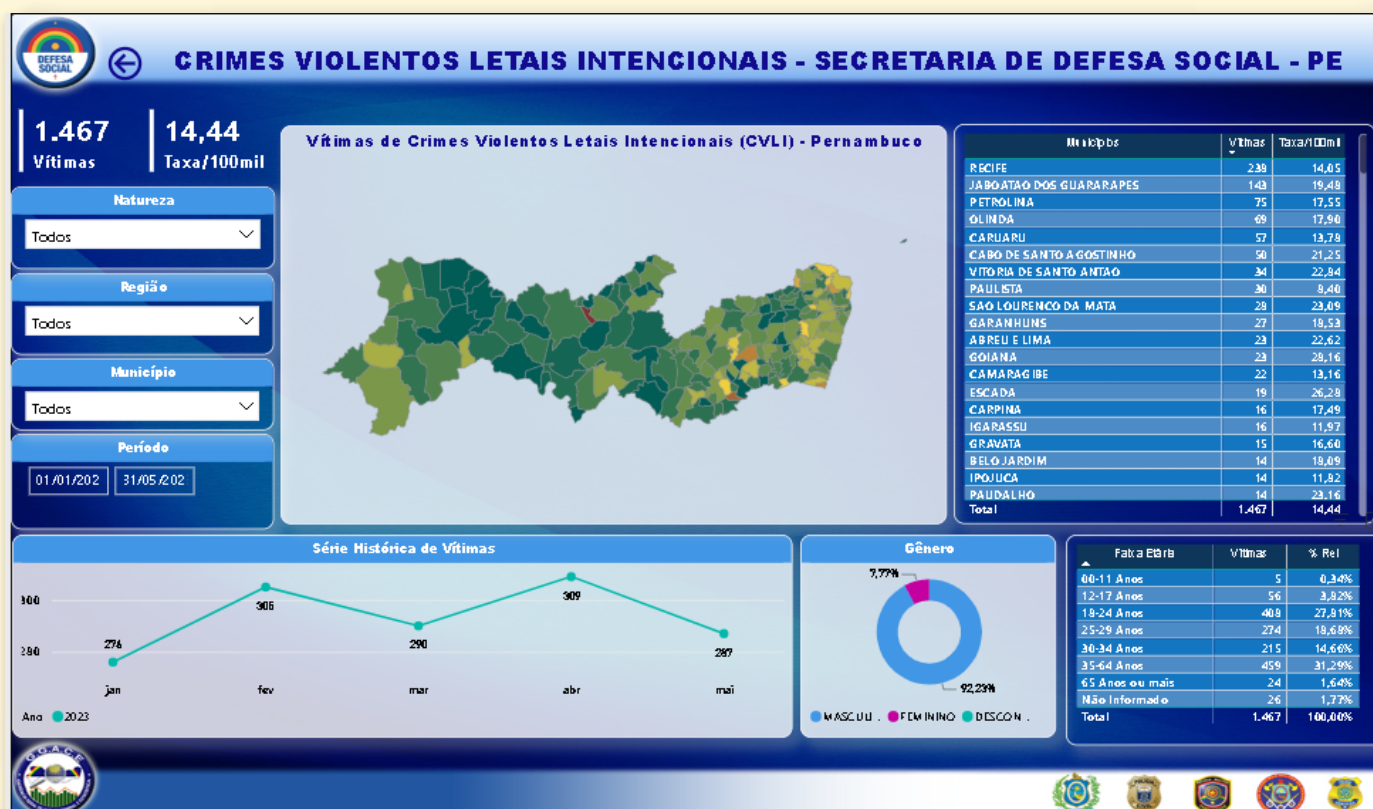
Em **Pernambuco**, a Secretaria de Defesa Social é a responsável por divulgar os dados. O estado é um exemplo interessante sobre a qualidade dos dados em relação às demais unidades da federação localizadas no Nordeste. Sobre os crimes violentos letais intencionais

(CVLI), o estado mostra quantas ocorrências foram submetidas ao sistema de justiça, ou seja, a quantidade destes casos em que o suspeito tornou-se acusado após investigação policial, informação que poucas secretarias disponibilizam. O ponto de destaque fica com a divulgação dos microdados dos CVLIs, que contempla uma longa série histórica (a partir de 2004) para diferentes tipos de crime, como violência contra a mu-

lher. Indicadores de crimes contra o patrimônio são publicados de forma agregada no indicador de crimes violentos patrimoniais. O estado também divulga dados atualizados de servidores da segurança pública afastados e o motivo, informação raríssima entre os estados.

Indicadores: CVLI, crimes sexuais, crimes contra o patrimônio, ocorrências de trânsito, violência doméstica.

Acesse em: sds.pe.gov.br/estatisticas



PE é exemplo de qualidade dos dados e traz informações que outras secretarias não divulgam

No estado do **Piauí**, há uma página dedicada à divulgação dos indicadores de criminalidade, em formato de painel de dados atualizado todo mês. No entanto, embora o painel apresente a possibilidade de fazer consultas e exportar os dados, o download não funciona. Os indicadores são agregados e apresentados segundo as regiões (estado, capital e interior) e os microdados não estão disponíveis.

Indicadores: Roubos em geral e de veículos, mortes violentas intencionais, crimes sexuais, violência doméstica e feminicídio.

Acesse em: ssp.pi.gov.br/estatisticas

Na **Paraíba**, a Secretaria de Segurança e Defesa Social disponibiliza as metodologias de coleta dos indicadores criminais divulgados e disponibiliza dados sobre CVLI com desagregação por município. Outro destaque é a divulgação do número de casos elucidados. O estado também divulga ativamente dados sobre apreensão de armas, incluindo tipo, em série histórica desde 2010 e por regiões administrativas com maior incidência da ocorrência. O ponto negativo vai para a falta de disponibilidade dos dados em formato aberto.

Indicadores: CVLI, crimes contra o patrimônio, elucidação de inquéritos policiais, apreensões de armas de fogo e drogas, recuperação de veículos roubados/furtados, acidentes de trânsito.

Acesse em: bit.ly/ssds-pb

O **Rio Grande do Norte** atualiza seu site mensalmente por meio da Coordenadoria de Informações Estatísticas e

Análises Criminais. O problema é que as informações estão dispersas no site: seja no formato de relatórios de análise criminal que estão desatualizados (disponíveis até 2021), seja em planilhas com um amplo leque de indicadores que estão atualizadas porém praticamente "escondidas" no site. O estado também disponibiliza uma lista de óbitos, que é atualizada diariamente e contém informações como endereço da ocorrência, idade da vítima, informação preliminar da causa morte e gênero. Não é possível fazer download dos dados. A localização no site da "aba" ou "acesso" para as informações estatísticas também é difícil.

Indicadores: Homicídio, doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, feminicídio e morte por intervenção policial, considerando os relatórios estatísticos analíticos acessíveis no site, porém desatualizados.

Acesse em: defesasocial.rn.gov.br/Index.asp

Em **Sergipe**, a página de estatísticas criminais é simples. O estado só disponibiliza ativamente dados de 2020 para frente, em formato de relatório de dados em PDF sobre mortes violentas intencionais (MVI). As publicações são feitas uma vez ao ano e apresentam a análise mensal dos indicadores que compõem as MVIs.

Indicadores: homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio, feminicídio, mortes decorrentes de intervenção policial e policiais mortos.

Acesse em: ssp.se.gov.br/Transparencias

Região Norte



Tipo de dado	Acre	Amapá	Amazonas	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins
Dados criminais (com nº de casos e/ ou nº de vítimas)	✗	✓	✓	✓	✓	✗	✓
Letalidade e/ ou vitimização policial	✗	✓	✗	✓	✗	✗	✓
Outros indicadores	✗	✓	✓	✓	✓	✗	✗
Desagregação territorial	✗	✓	✓	✓	✓	✗	✓
Dados atualizados (até 2023)	✗	✓	✓	✓	✓	✗	✓
Atividade policial (indicadores de esforço, operacionais)	✗	✗	✓	✓	✓	✗	✓
Análises disponíveis e informações desagregadas	✗	✓	✓	✓	✓	✗	✓

Como os dados de segurança dos estados do Norte são estruturados?

Na lista entre os estados com menor transparência, o governo do **Acre** não disponibiliza portal ou página dedicada a publicar os indicadores criminais produzidos pela Secretaria de Estado da Justiça e Segurança. As informações são divulgadas mensalmente, de forma já consolidada e sem possibilidade de download para análise no site da Agência de Notícias do Governo do Acre, na página dedicada à Segurança Pública.

Indicadores: feminicídio

Acesse em: sejusp.acre.gov.br e agencia.ac.gov.br

Roraima também não disponibiliza uma página para dados sobre segurança e se encontra entre os estados menos transparentes. Todas as informações são publicadas pela agência de notícias estadual ou respondidas por meio da Lei de Acesso à Informação.

Indicadores: nenhum é disponibilizado ativamente pelo estado.

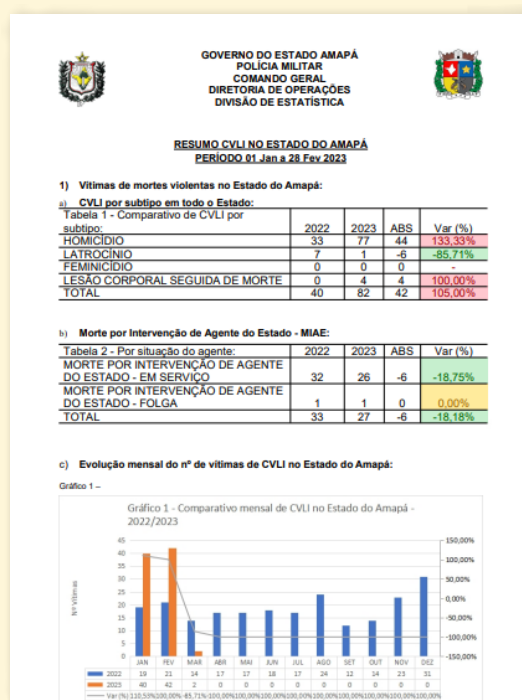
Acesse em: portal.rr.gov.br

No **Amapá**, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública publica mensalmente o relatório sobre CVLI em formato PDF. Destaca-se que, de forma descentralizada, a secretaria também divulga informações sobre sistema prisional (no site do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá), sendo possível acessar informações organizacionais e sobre os custodiados detalhadas e atualizadas, como regime de prisão, capacidade, gênero, raça e faixa etária, entre outras. No site da Polícia Civil do estado também é possível encontrar dados sobre produtividade policial e mortes cometidas por

policiais em serviço ou fora de serviço, ambos divulgados mensalmente.

Indicadores: CVLI, incluindo homicídio, latrocínio, feminicídio e lesão corporal seguida de morte, e Morte por intervenção de agente do estado.

Acesse em: portaldaseguranca.portal.ap.gov.br. Para informações prisionais: sites.google.com/view/seipiapen



O **Amazonas** dispõe de uma página dedicada às estatísticas criminais do estado, no site da Secretaria de Segurança Pública. No painel/*dashboard* é possível consultar dados atualizados sobre crimes contra a vida, patrimônio, crianças e adolescentes, idosos, além de indicadores de produtividade policial. Os dados



Nenhum indicador é disponibilizado ativamente por Roraima

são divulgados mensalmente e desagregados por municípios. O ponto negativo é a impossibilidade de fazer download dos dados em qualquer formato.

Indicadores: homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, roubo, furto, feminicídio, estupro, roubo de veículos, furto de veículos, recuperação de veículos, violência doméstica, violência contra a criança e o adolescente, violência contra idosos e pessoas desaparecidas.

Acesse em: ssp.am.gov.br/ssp-dados.

O governo do **Pará** também disponibiliza um painel/*dashboard* com as informações criminais. Em sua maioria, os dados são desagregados por município e bairro, e o painel apresenta as taxas de alguns indicadores e detalhes das ocorrências como meio empregado, e sobre o perfil da vítima.

Indicadores: Homicídio, latrocínio, feminicídio, morte decorrente de intervenção policial e outros crimes resultantes em morte, roubos e furtos, lesões, estupro, tráfico de drogas, drogas apreendidas e ocorrências no trânsito.

Acesse em: sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/dashboard

Rondônia tem um Observatório Estadual de Segurança Pública, além de ser pos-

sível consultar as informações filtrando os infográficos no site, também é possível baixar as planilhas no computador, com dados desagregados por município. O site também dá a opção de configurar um período comparativo de dados específicos e baixar o documento já estruturado com as informações personalizadas. Os dados também são desagregados por gênero, raça, idade e escolaridade.

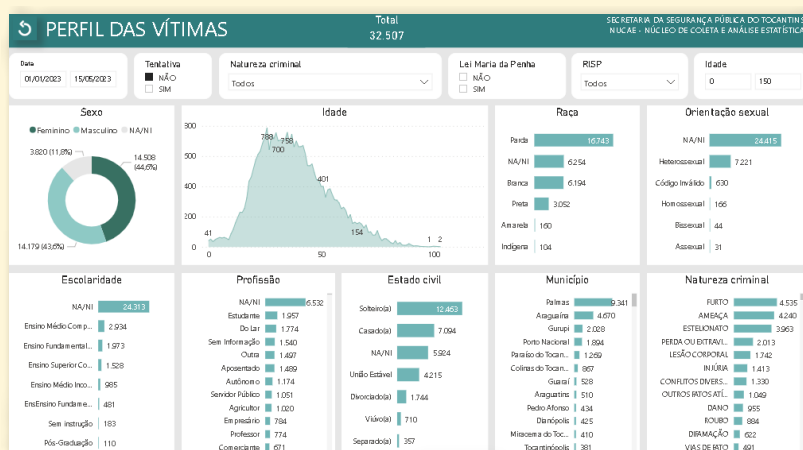
Indicadores: Furto, homicídio, roubo, tráfico de drogas e violência doméstica, crimes ambientais e de trânsito, entre outros.

Acesse em: observatorio.sepog.ro.gov.br/segurancapublica/indicadores

Em **Tocantins**, os dados ficam disponíveis nos boletins com balanços trimestrais, mas as estatísticas criminais são divulgadas pelo Núcleo de Coleta e Análise Estatística. Os dados têm um nível de desagregação considerável — incluem até orientação sexual das vítimas, um dado raramente coletado pela polícia no Brasil. O ponto negativo é não ser possível acessar a base de dados, que pode ser solicitada via pedido de informação.

Indicadores: CVLIs, crimes contra o patrimônio e produtividade das forças policiais por instituição (PM e PC).

Acesse em: to.gov.br/ssp e bit.ly/estatistica-tocantins



Região Sudeste



Tipo de dado	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo
Dados criminais (com nº de casos e/ ou nº de vítimas)	✓	✓	✓	✓
Letalidade e/ou vitimização policial	✓	✗	✓	✓
Outros indicadores	✗	✗	✓	✓
Desagregação territorial	✓	✓	✓	✓
Dados atualizados (até 2023)	✓	✓	✓	✓
Atividade policial (indicadores de esforço, operacionais)	✗	✗	✓	✓
Análises disponíveis e informações desagregadas	✓	✓	✓	✓

Como os dados de segurança dos estados do Sudeste são estruturados?

No **Rio de Janeiro**, há uma autarquia vinculada à Secretaria de Segurança Pública chamada Instituto de Segurança Pública (ISP). O ISP é responsável por consolidar os dados, gerar estatísticas e realizar estudos na área de segurança. Eles disponibilizam tabelas em formato aberto, plataformas de visualização (via Tableau) e estudos e relatórios com base nos Boletins de Ocorrência da Polícia Civil. O ISP dispõe de longa e atualizada série histórica de indicadores, uma das mais completas do Brasil na comparação com os outros estados. O destaque vai para a divulgação ativa de dados sobre intolerância religiosa e a base de dados sobre armas.

Indicadores: letalidade violenta, crimes contra patrimônio, ocorrência de trânsito, intolerância religiosa, letalidade policial, racismo, LGBTQIfobia, violência contra a mulher, apreensão de armas de fogo, de fuzis, de drogas, prisões em flagrante, auto de apreensão de adolescente, registros de ocorrência.

Acesse em: bit.ly/ISP-RJ

Em **São Paulo**, a Coordenadoria de Análise e Planejamento, que faz parte da Secretaria de Segurança Pública, tem como atribuição consolidar e divulgar as estatísticas criminais do estado de São Paulo. Os dados são atualizados mensalmente e estão disponíveis em painel que permite consulta de um conjunto de indicadores criminais e de produtividade policial desagregados por regiões do estado, municípios e distritos policiais. Dispõe também de tabelas consolidadas trimestralmente e publicadas no site com os principais grupos de indicadores criminais e de produtividade

policial segundo as instituições. E oferece uma série mensal de estatísticas sobre violência contra a mulher, desagregadas por grandes áreas do estado (capital, região metropolitana e interior) e em formato de tabela, assim como sobre o perfil de roubos (atualizado até 2022). Por sua vez, as bases de microdados para download em planilha contam com variáveis de caracterização das ocorrências criminais e das partes envolvidas para indicadores de crimes contra a vida, mortes decorrentes de intervenção policial, veículos, celulares e outros objetos subtraídos, entre outros.

Indicadores (em diferentes formatos): homicídio, feminicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, morte decorrente de intervenção policial, morte suspeita e registro de óbitos, estupro, estupro de vulnerável, roubo, furto, roubo de veículo, furto de veículo, furto e roubo de celular, extorsão mediante sequestro, porte, tráfico e apreensão de entorpecentes, porte ilegal de armas e armas apreendidas, apreensão de infratores e prisões efetuadas, flagrantes, inquéritos instaurados e veículos recuperados, letalidade policial e vitimização de policiais, além de indicadores de atividade da polícia técnico científica.

Acesse em: bit.ly/SSP-SP

Minas Gerais conta com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, que disponibiliza uma seção de “Dados Abertos” com planilhas de dados em séries históricas sobre crimes violentos, patrimoniais, violência doméstica e familiar contra a mulher e crimes presumidamente motivados por LGBTQIA+fobia.

Indicadores: conjunto de crimes violentos,

entre os quais estupro, extorsão, homicídio, feminicídio, roubo e sequestro, entre outros, crimes de furto, crimes contra a mulher e presumidamente relacionados à LGBTQIA+fobia.

Acesse em: bit.ly/SEJUSP-MG

No **Espírito Santo**, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social disponibiliza estatísticas sobre crimes letais e microdados. Além disso, o estado possui o Instituto Jones dos Santos Neves, um órgão responsável por consolidar e disponibilizar dados estaduais de várias áreas, incluindo segurança pública, por meio de painéis interativos. Assim, na aba das Estatísticas do site da secretaria é possível acessar o link "Observatório da Segurança Cidadã", que redirecionará para o painel interativo das ocorrências letais que está alocado do site do IJSN. O painel gera as informações sobre o perfil dos eventos e das vítimas de ocorrências letais

Indicadores: homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, homicídio de mulheres, feminicídio, ocorrências de trânsito, crimes contra o patrimônio.

Acesse em: bit.ly/SESP-ES e bit.ly/IJSN-ES

O SOU DA PAZ CRIOU A PLATAFORMA “Sou da Paz

[Analisa - dados online](#)”, atualizada mensalmente com os dados da SSP-SP, apresentados de maneira mais amigável e de mais fácil manipulação. Além dos indicadores da secretaria, é possível acessar também dados de letalidade e mortalidade policial do estado, publicados mensalmente pela Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP) e pelas Corregedorias das Polícias Civil e Militar do Estado, permitindo acesso em um único ambiente a informações que são disponibilizadas em diferentes sites oficiais. **Acesse em:** soudapaz.org/dadosonline



RJ e SP são exemplos de boas práticas de transparência ativa



Tenho o costume de ler o Diário Oficial do Estado [de São Paulo], seções I e II, na parte de Segurança Pública. É no DOE que os dados de policiais mortos e feridos, por exemplo, sempre são publicados pelas Corregedorias das Polícias Civil e Militar todo o final de mês e onde também são indicadas as retificações desses dados, caso ocorram. No DOE, também são publicadas informações de contratos e atos voltados a policiais, como prisões e expulsões.

JENIFFER MENDONÇA
repórter da Ponte Jornalismo

Região Sul



Tipo de dado	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
Dados criminais (com nº de casos e/ ou nº de vítimas)	✓	✓	✓
Letalidade e/ou vitimização policial	✗	✓	✓
Outros indicadores	✓	✓	✗
Desagregação territorial	✓	✓	✓
Dados atualizados (até 2023)	✓	✓	✓
Atividade policial (indicadores de esforço, operacionais)	✓	✓	✗
Análises disponíveis e informações desagregadas	✓	✓	✓

Como os dados de segurança dos estados do Sul são estruturados?

No **Paraná** a divulgação é feita pela Secretaria de Segurança Pública. Mensalmente, é possível acessar informações sobre crimes ao patrimônio (roubos e furtos gerais, de comércio, residências e de veículos), além de microdados disponíveis entre 2018 e 2022. Há também informações sobre violência contra a mulher, como ocorrências de violência doméstica, estupro e estupro de vulnerável, e também microdados de 2018 a 2022. Uma das limitações dos dados deste estado é que parte dos relatórios trimestrais são divulgados no formato PDF, dificultando análises. Outro ponto negativo é a falta de dados sobre letalidade policial, que passaram a ser divulgados pelo Ministério Público do Paraná: site.mppr.mp.br/criminal/Pagina/Letalidade-Policial.

Indicadores: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, veículos recuperados, violência doméstica, feminicídio, apreensão de drogas, população carcerária.

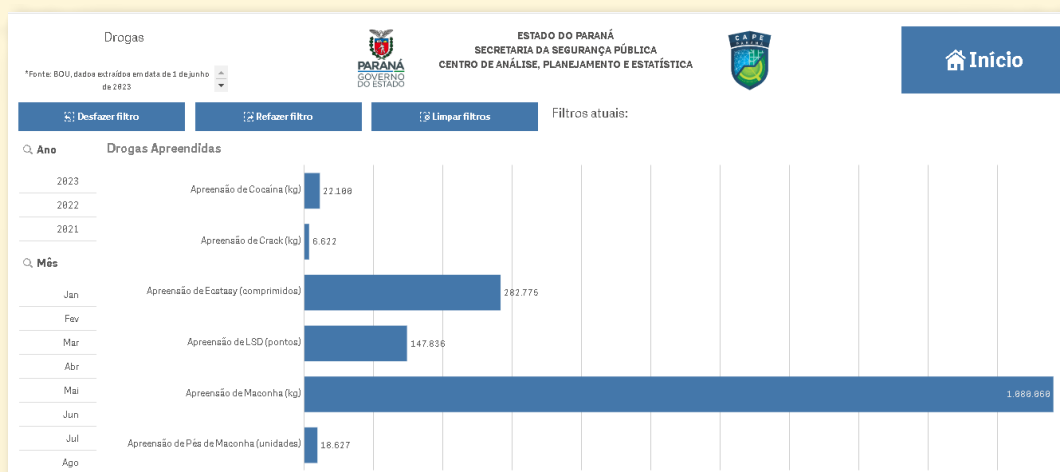
Acesse em: bit.ly/estatisticas-ssp-pr. Também é possível encontrar informações sobre população prisional no estado em: bit.ly/mapa-carcerario-pr.

No **Rio de Grande do Sul**, a Secretaria de Segurança Pública fornece um amplo

leque de indicadores. Por meio de planilhas de dados são divulgadas as estatísticas mensais de CVLI, crimes patrimoniais como roubo e furto (incluindo ocorrências de abigeato, que é o furto de gado ou outros animais do campo), tráfico e posse de entorpecentes e delitos relacionados a armas e munições e de violência contra as mulheres. Os dados são desagregados por municípios. Estão disponíveis também indicadores da atividade policial, de modo detalhado para as polícias Civil e Militar. Por fim, de acordo com a lei estadual da transparência, disponibiliza informações de registros criminais de diversas naturezas, de forma desagregada, em planilha no formato de dados abertos (microdados), incluindo os casos de “homicídio decorrente de oposição a intervenção policial”.

Indicadores: homicídio doloso, homicídio doloso de trânsito, furto (todos e veículo), roubo (todos e veículo), latrocínio, abigeato, estelionato, extorsão, extorsão mediante sequestro, delitos relacionados à corrupção / armas e munições, tráfico (porte e posse), lesão corporal seguida de morte, latrocínio, violência contra a mulher, estupro, ameaça, feminicídio.

Acesse em: ssp.rs.gov.br/estatisticas



Já em **Santa Catarina**, os dados são divulgados pelo Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial de Santa Catarina. Da região Sul, SC é o estado com menos estrutura para transparência ativa. Os boletins mensais dos indicadores criminais só estão disponíveis em PDF a partir de 2019 e com baixo grau de desagregação das informações sobre os indicadores disponíveis (apenas para os homicídios os dados são desagregados por municípios). Já o boletim de violência doméstica, que é semestral e em formato de planilha, discrimina as ocorrências por tipo, mês e município.

Indicadores: roubo, furto, homicídio, mortes cometidas por policiais, feminicídios e



SC é o estado do Sul com menos transparência ativa em segurança

ocorrências de violência doméstica.

Acesse em: www.ssp.sc.gov.br/.

3.2 O que um portal de dados de segurança pública deve ter para ser considerado transparente?

Como vimos anteriormente, a estrutura dos dados estaduais de segurança pública não é padronizada no Brasil e cada unidade da federação possui uma metodologia diferente para o manejo dos dados sobre segurança pública. A seguir elencamos alguns atributos importantes que os portais de segurança e bases de dados divulgadas devem ter para serem conside-



Leia os requerimentos de informação das casas legislativas; geralmente parlamentares fazem pedidos de dados e recebem respostas mais rápido. Achei assim a relação de batalhões quando o governo [em São Paulo] começou a implementar a política de câmeras nos uniformes policiais.

JENIFFER MENDONÇA

repórter da Ponte Jornalismo

rados transparentes. Vale ressaltar que a ausência de qualquer um dos itens pode ser cobrada dos gestores por meio de pedidos de Lei de Acesso à Informação — estratégia que conheceremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Documentação detalhada: O portal deve fornecer uma documentação completa que descreva os procedimentos utilizados para coletar, processar e apresentar os dados. Isso inclui explicar as fontes dos dados, as metodologias de cálculo, siglas e nomenclaturas e quaisquer ajustes ou correções aplicados.

Metadados: São informações adicionais sobre os conjuntos de dados, como a data da última atualização, a origem dos dados, o período de cobertura e quais-

quer limitações conhecidas. Fornecer metadados claros ajuda na compreensão da qualidade e da relevância dos dados.

Dados abertos: Segundo a *Open Definition*, dados abertos são aqueles que podem ser livremente utilizados, reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa — sujeitos, no máximo, à exigência de atribuição à fonte original e ao compartilhamento pelas mesmas licenças em que as informações foram apresentadas.¹

A estrutura dos dados estaduais de segurança pública não é padronizada no Brasil e cada unidade da federação possui uma metodologia diferente para o manejo dos dados sobre segurança pública

Não ao PDF, e sim ao CSV: Além de disponibilizar relatórios e visualizações de dados, o portal deve permitir o acesso aos dados brutos em formatos abertos, como CSV ou JSON, que permitem análises por meio de linguagens de programação, como R e Python.

Histórico de revisões: Se houver alterações nos dados ou nas metodologias ao longo do tempo, o portal deve registrar e disponibilizar um histórico de revisões para que os usuários possam acompanhar as mudanças e entender como elas afetam a interpretação dos dados.

Feedback e suporte: O portal deve fornecer um canal para que os usuários possam enviar feedback, fazer perguntas ou relatar problemas técnicos. Ter um suporte responsivo ajuda a fortalecer a confiança e a qualidade dos dados disponibilizados.



A cobertura jornalística hoje está muito impessoal e online, e isso fortalece a informação oficial, na medida em que os órgãos passam a ter mais controle das informações que publicam. É importante que o repórter saia do mundo virtual, de sites de transparência e aplicativos de comunicação e que ele possa travar conversas pessoais com os atores envolvidos no caso, como moradores e os trabalhadores da segurança pública. Com essas conversas, a confiança aumenta e algumas reflexões de campo emergem e podem ser aproveitadas na cobertura.

RICARDO MOURA, jornalista, pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência - LEV, articulador regional da Rede de Observatórios de Segurança e editor do escrivantina.blog

⁸ Isotani, Seiji, Bittencourt, Ig Ibert; Bittencourt, Ig Ibert (2015). Dados Abertos Conectados. São Paulo: Novatec. 176 páginas. ISBN 978-85-7522-449-6. Disponível em: <http://ceweb.br/publicacao/livro-dados-abertos/>



SEÇÃO

2.

COMO

obter dados

A importância da LAI para libertar dados sobre segurança pública

Por Taís Seibt, diretora de operações da Agência Fiquem Sabendo

Quando um órgão público não publica dados por iniciativa própria, a visibilidade de certas informações depende do quanto a sociedade civil está vigilante e preparada para fazer as perguntas necessárias para expor lacunas e abusos, principalmente em matéria de segurança. Com a Lei de Acesso à Informação (LAI), temos os meios para perguntar, com prazo para resposta e regras para o agente público justificar negativas, que devem ser exceção. Na prática, porém, o desafio é bem mais complexo, por duas razões principais: a ausência de dados e a “cultura de sigilo”, que ainda persiste nas estruturas de segurança, mesmo após 11 anos de LAI.

Começando pela falta de dados, muitos órgãos de segurança não dispõem de métodos e critérios para sistematizar informações que permitam lidar com problemas sociais relevantes que envolvem a área e afetam diretamente a vida dos cidadãos, como a violência policial e crimes contra grupos sociais sub-representados.

Poucos estados brasileiros produzem, por exemplo, dados estruturados sobre ocorrências de transfobia e homofobia. Mesmo a tipificação do crime de feminicídio, que é uma demanda consolidada há mais tempo, não está presente em todas as unidades da federação. Com isso, agentes públicos de segurança promovem a subnotificação e dificultam um debate sério e informado sobre o tema, perpetuando a violação de direitos humanos nas ruas, nas casas, nos locais de trabalho e onde quer que a vida insista em tentar acontecer.

Uma saída para isso seria ter uma política nacional para a abertura de dados de segurança pública que padronizasse os parâmetros mínimos de registro que cada estado deve manter sobre as ações, serviços e políticas públicas de segurança.

Quando a LAI completou 10 anos, em maio de 2022, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), autor do projeto que deu origem à LAI, defendeu a aprovação de uma legislação exclusiva para a seguran-

ça pública e lembrou o PL 4894/16, que prevê a produção de relatórios contendo informações mais específicas para a atuação de policiais, como número de disparos de armas letais e não letais efetuados por unidade; número de ocorrências envolvendo mortes decorrentes de intervenção policial; número de policiais mortos em ações; e outros indicadores de criminalidade. O projeto está pronto para entrar na pauta desde 2018, e parou por aí.

Quanto ao segundo desafio, a “cultura do sigilo” herdada dos quartéis, é a própria LAI quem nos dá a munição, mas é preciso perseverar no combate. Quando a divulgação não convém à corporação, alega-se risco à segurança pessoal ou pública, proteção de dados pessoais ou o entendimento de que o pedido é genérico e gera trabalho adicional para ser atendido. Trata-se de previsões contidas na legislação para negar o acesso a dados, desde que haja uma justificativa clara. Sem contar que o uso desses jargões denota uma prática de afastamento do poder público em relação ao cidadão, que fica muitas vezes sem entender o real motivo da negativa. Por isso, é preciso aprimorar o conhecimento da sociedade civil sobre os termos da LAI, as etapas de acesso e os recursos disponíveis para ir até a última instância.

Na Fiquem Sabendo, agência de dados especializada na LAI, tivemos êxito recente na libertação de dados sobre registros de armas, com recorte de gênero, localidade, tipo de registro e tipo de armamento

a partir de um pedido de informação ao Exército, mas foi necessário recorrer em duas instâncias, até que a Controladoria-Geral da União (CGU) desse parecer favorável à divulgação. No caso das pensões pagas pelo governo federal a dependentes de militares, divulgadas pela primeira vez na história em 2021, foi necessário apresentar uma denúncia ao Tribunal de Contas da União (TCU) e cobrar constantemente as Forças Armadas para fazer cumprir a decisão, um trabalho que se estendeu por mais de três anos.

Organizações especializadas no tema, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realizam anualmente levantamentos nacionais, com uso da LAI; e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) realizou recentemente uma avaliação de transparência das Polícias Militares em todo o país utilizando essa legislação. Quanto mais essa ferramenta for usada para expor lacunas e denunciar abusos, mais chances teremos de pressionar por mudanças para mais transparência na segurança pública.

Guias como este são importantes nesse processo para facilitar os caminhos de quem deseja aprender os macetes de redação para obter mais sucesso nas respostas; entender quais são as instâncias de recurso e como utilizá-las; conhecer casos concretos em que o controle social fez a diferença e até motivou mudanças em políticas públicas; e, principalmente, colocar tudo isso em prática para os propósitos que façam sentido nas suas comunidades.

CAPÍTULO

4

Sobre a Lei de Acesso à Informação

A Lei Nº 12.527/11⁹, conhecida como **Lei de Acesso à Informação, ou LAI**, é uma das principais legislações que temos atualmente para a garantia da transparência. Além de ser uma grande conquista da sociedade civil - uma vez que o processo de estruturação do texto partiu de um movimento social, com destaque para a participação de jornalistas -, é a única lei que determina que **a transparência é uma regra e o sigilo é uma exceção** quando falamos em informações públicas.

A lei destaca, portanto, que todas as informações **produzidas ou armazenadas pelos governos são públicas**, uma regra que abrange todo o território nacional em diferentes níveis e estruturas de poder, como veremos adiante.

VOCÊ SABIA?

O Brasil tornou-se o 91º país no mundo e o 13º na América Latina a adotar uma Lei de Acesso à Informação Pública.

Outras leis já falavam em acesso à informação antes da LAI. A própria Constituição Federal de 1988, em seu inciso XXXIII do Artigo 5º dizia:

“Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.”

⁹ Brasília. Lei Nº 12.527/11, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm

Só por este trecho já é possível compreender a importância da LAI, pois ela regulamenta um direito constitucional.

Em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101)¹⁰ definiu quais informações deveriam ser publicadas pelos órgãos públicos sem que eles fossem provocados, o que chamamos de **transparência ativa**.

No entanto, **a LAI é a única lei que dá definições mais claras do que é transparência ativa e amplia o leque de informações que devem ser publicadas pelos órgãos**, de dar prazos e consequências mais claras a quem descumprir **a transparência passiva**, ou seja, que tipo de informação os órgãos devem responder ao serem questionados por qualquer pessoa ou empresa.

A lei deve ser regulamentada nos estados e municípios, pois é na regulamentação que cada poder ou órgão define que percurso interno um pedido de acesso percorre até ser respondido, quem faz o controle de prazos e qualidade das respostas, além de estabelecer instâncias de recursos, canais de comunicação e quem pode decretar sigilo de documentos.

Em resumo, a lei prevê que tudo sobre a atividade do órgão público e destinação dos recursos deve ser publicado. Outro ponto fortíssimo dessa lei é que ela prevê

que este serviço **não deve ser cobrado**. No artigo 12, a LAI até menciona situações excepcionais em que poderá haver cobrança (como no caso de cópia dos documentos), mas **a sua consulta é gratuita**. Então, na prática, um órgão até pode cobrar pelas cópias uma taxa do solicitante em casos específicos, mas também deve dar a opção de o solicitante consultar o documento pessoalmente, sem custo. **Quem não puder arcar com o custo fica isento da cobrança desde que comprove a falta de condições financeiras**.

TRANSPARÊNCIA ATIVA:

É a **ordem de publicar**. Refere-se às informações que devem ser publicadas pelos órgãos de forma ativa e espontânea.

Exemplos de informações: estrutura organizacional, transferências de recursos, acompanhamento de programas e projetos.

TRANSPARÊNCIA PASSIVA:

É a **obrigação de responder**. Refere-se às informações que devem ser respondidas pelos órgãos após provocação (pedido de acesso).

Exemplos de informações: base com dados sobre multas de trânsito, resultados de operações, estrutura organizacional penitenciária e lotação das unidades.

¹⁰ Brasília. Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

A FALTA DE REGULAMENTAÇÃO LOCAL DA LAI dificulta a vida do cidadão, porque não há, nestes casos, definições claras sobre o fluxo dos pedidos de acesso ou instâncias de recurso, por exemplo. No entanto, a ausência de regulamentação não livra o órgão de cumprir a lei federal em sua integridade.



A LAI pode ser uma ótima aliada na cobertura local de casos de relevância. Muitos jornalistas acreditam que a LAI é o fim, mas ela pode ser usada de uma forma complementar a alguma operação que você está fazendo sobre o caso. Por exemplo, para entender se determinado batalhão aumentou ou diminuiu o consumo de munição na época de determinado crime, se o helicóptero da polícia civil está sendo mais ou menos usado em determinada época, fazendo da resposta do pedido LAI um complemento à cobertura local, tornando-a mais rica.

RAFAEL SOARES
repórter do jornal O Globo

Quais órgãos devem respeitar a LAI

QUEM?	QUANDO?	ONDE?
• Executivo, Judiciário, Legislativo • Sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo governo • Entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos	Prazo de resposta: 20 dias + 10 prorrogáveis • Você tem 10 dias para recorrer • Governo tem 5 dias para responder recurso #1 • Você tem 10 dias para recorrer • Governo tem 5 dias para responder recurso #2	• União: e-SIC Federal • Estados: e-SICs secretarias • Municípios: e-SICs municipais • Autarquias*: e-SICs próprios • Legislativo e Judiciário: e-SICs próprios, por Estado • TSE, STF: e-SICs próprios • Universidades**: e-SICs próprios

*Autarquias federais utilizam e-SIC da União

** Universidades federais usam e-SIC da união

Como visto no esquema anterior, elaborado pela Fiquem Sabendo, todos os órgãos públicos devem cumprir a Lei de Acesso à Informação. Portanto, toda a estrutura integrante diretamente dos poderes **Executivo** (governos federal, estadual e municipal, bem como órgãos ligados a eles, como secretarias de segurança e guardas municipais), **Legislativo** (Câmara, Senado e Assembleias estaduais) e **Judiciário** (Tribunais, Ministérios Públicos e Defensoria Pública), nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, está sujeita à legislação.

A Lei também prevê que todas as entidades sem fins lucrativos, como ONGs, OSCIPs e **entidades filantrópicas, além de empresas privadas ou pessoas físicas que recebam recursos públicos**, seja por meio de convênio ou contrato de prestação de serviço, também estão sujeitas a prestarem informações. Nestes casos a prestação de contas refere-se apenas ao recurso ou contrato público, especificamente. O mesmo acontece com organizações de sociedades de economia mista ou controladas direta ou indiretamente pelo governo (autarquias, fundações, Correios e universidades públicas, por exemplo).

Direitos e deveres de quem pede e do órgão que responde

Qualquer pessoa física pode fazer um pedido de acesso à informação, que também pode ser feito por meio de CNPJ. Canais de atendimento presencial e virtual, como o modelo de Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), por exemplo, são obrigatórios, mas a lei reconhece que telefone, carta, fax, e-mail ou qualquer outro canal de comunicação que

o órgão tenha com o público são válidos para receber pedidos de acesso.

Quem solicita informação precisa: informar nome completo, pelo menos um documento de identificação, um endereço físico ou eletrônico (para receber a resposta solicitada) e a descrição das informações que deseja obter.

A lei determina que **o órgão não pode:**

- Exigir justificativa: Você não é obrigado a informar por que deseja determinada informação ou o que irá fazer com ela;
- Recusar-se a dar a informação solicitada sem justificativa plausível;
- Exigir informações pessoais que impeçam a solicitação de informação, como: nome do pai, data de expedição do RG, número do título de eleitor;
- Roubar, destruir, inutilizar ou desviar documentos e informações;
- Analisar pedidos de informação usando de má-fé;
- Divulgar ou permitir divulgação de dados sigilosos;
- Colocar informação sob sigilo para esconder ato ilícito ou obter vantagem
- Impedir a revisão do grau de sigilo de documentos;
- Esconder ou destruir documentos relativos a violações de direitos humanos cometidos por agentes de Estado.

Prazos e respostas

A Lei de Acesso à Informação prevê que os pedidos devem ser respondidos em até 20 dias (corridos) com a possibilidade de prorrogação por mais 10. O órgão deve **informar com antecedência que haverá prorrogação do prazo**, além de apresentar uma justificativa para fazê-lo.

Não é incomum em municípios, por exemplo, um pedido de acesso ser ignorado, ou ter um prazo prorrogado por um período muito maior do que o previsto em lei ou, ainda, sem justificativa. Nesses casos, o órgão pode ser denunciado em meios como Ou-

vidoria, Promotoria de Justiça, Tribunal de Contas, Câmara de Vereadores e imprensa.

Quando você receber sua resposta, é provável que venha:

- Link onde a informação está publicada; ou
- A informação que você pediu, em formato legível por máquina, ou seja, em um formato que pode ser processado por programas de banco de dados; ou
- Indicação do local e horário para você consultar a informação; ou
- Acesso parcialmente negado (com tarjas); ou
- Negativa do acesso (precisa existir fundamento legal para que essa negativa ocorra).



Seja objetivo, conciso e específico nos pedidos. No corpo do texto reforce o seu direito ao acesso à informação com parágrafos da LAI e da LGPD. Isso evidencia o seu conhecimento da norma e direitos. Se receber um negativa e a justificativa for genérica, entre com recurso e fundamente seu direito à informação com a legislação e precedentes de acesso.

THAYS LAVOR,
jornalista, pesquisadora,
coordenadora de Dados
na InfoAmazonia e diretora
da Abraji

DICA

Consulte a seção “Etapas do acesso à Informação” na WikLAI da Fiquem Sabendo para obter dicas importantes de redação de pedidos, além de formas de recorrer das negativas mais comuns. Basta acessar os verbetes “pedido de informação” e “verbetes recurso”. Na seção também é possível ver como denunciar órgãos públicos que descumprem a LAI.

Acesse em: <https://bit.ly/wikiLAI-etapasdeacesso>

4.1 LAI a seu favor na cobertura de segurança: como fazer bons pedidos

Apesar de a LAI existir há uma década, conseguir uma resposta satisfatória logo no primeiro retorno não é algo comum. Se pedidos de informação em órgãos já estruturados, como os pertencentes ao Governo Federal, por exemplo, exigem muito planejamento e paciência, quando nos referimos a portais municipais o cenário é bem mais desanimador. Por isso, é necessário que você tome alguns cuidados antes de fazer o seu pedido a fim de evitar omissões, respostas incompletas ou negativas de acesso. Aqui vão algumas dicas direcionadas a pedidos de segurança pública:

Peça a “maior série histórica possível” (ou num intervalo “de 3 a 5 anos”, o que possibilita análises interessantes)	Você deve indicar um período para os seus dados, mas acrescente a frase ao lado. Assim, você diminui as chances de não ter a sua resposta inteira negada só porque o órgão ainda não tem o dado atualizado do último mês, por exemplo.
Especifique o local	Definir uma abrangência geográfica para a sua informação também ajuda. Quanto mais específico, maior a chance de ser respondido com eficiência. Exemplo: “Solicito os dados sobre furto de veículos de janeiro de 2018 a dezembro de 2022, na cidade de X (ou bairro XX).”
Especifique programa ou serviço	Faça uma pesquisa no Portal da Transparência ou no site do órgão responsável e descubra se a informação que você quer faz parte de um programa, serviço ou operação específica.
Saiba quem detém a informação que você precisa e qual departamento	Numa pesquisa rápida você pode descobrir qual é o setor que produz determinada informação. Exemplo: Em Mogi das Cruzes, quem detém microdados sobre violência doméstica é a Vigilância Epidemiológica, porque uma determinação municipal prevê a notificação compulsória de casos suspeitos de violência nos postos de saúde.
Se não for possível saber com antecedência quem detém a informação, inclua no seu pedido: “Solicito redirecionamento de pedido ao órgão competente.	O órgão é obrigado a direcionar automaticamente o seu pedido de acesso a quem tem a resposta, mas é sempre bom reforçar.
Peça dados anonimizados	Se o que você pediu inclui informações consideradas sensíveis, solicite ao órgão que censure as informações identificáveis e forneça a você acesso ao restante do documento. Muitos órgãos, de forma inapropriada, têm usado a LGPD para negar pedidos de acesso.



Muito do trabalho se dá antes do pedido. Eu passo um bom tempo olhando quais órgãos estão envolvidos em determinado assunto que estou apurando e faço isso até chegar nos menos óbvios. Dessa forma, posso registrar diversos pedidos para esses diferentes órgãos e ter respostas para comparar e cruzar. Às vezes um órgão nega a abertura de alguns dados, mas outro abre.

LAÍS MARTINS,
jornalista independente

4.2 Iniciativas para inspirar novos pedidos e pautas

O Brasil tem iniciativas muito importantes em defesa da transparência pública e do acesso à informação. Todas elas partem do princípio de colaboração no compartilhamento do conhecimento sobre o uso da LAI e das informações adquiridas por meio da lei. Aqui estão as principais iniciativas e por que você deve segui-las:



**TRANSPARÊNCIA
BRASIL**

[Transparência Brasil](#) A Transparência Brasil é uma entidade não governamental de combate à corrupção. Como representante da sociedade civil, faz parte dos conselhos de Transparência da Controladoria-Geral da União, do Senado Federal e do governo do Estado de São Paulo.



[Fiquem Sabendo](#) é uma agência de dados independente e especializada na Lei de Acesso à Informação (LAI) que se dispõe a solicitar e divulgar bases de dados inéditas. Só na [categoria Segurança](#) são 168 bases de dados divulgadas até maio de 2023. Entre os destaques está a mais completa base de dados sobre armas já divulgada pelo Exército brasileiro. É deles a [WikiLAI](#), que reúne informações sobre a lei e uma [lista de verbetes](#) que permite explorar dados já levantados via LAI por temas como [violência nas escolas](#) e [armas de fogo](#).



Achados e Pedidos é uma plataforma que reúne milhares de pedidos de acesso à informação de cidadãos e as respostas da administração pública feitas via Lei de Acesso à Informação (LAI). O projeto é realizado pela ONG Transparência Brasil e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). No portal é possível consultar pedidos de acesso, recursos e respostas.

Outro trabalho inspirador da Abraji é o **Mapa de Acesso a Informações Públicas**, que na edição de 2023 trata sobre dados das polícias militares obtidos por meio da LAI. No estudo é possível comparar a estrutura de dados com relação a 2014, quando a primeira edição foi feita. Também é possível encontrar com mais facilidade ferramentas essenciais à transparência, como Portais da Transparência e e-SICs. Acesse em: www.abraji.org.br/publicacoes/mapa-de-acesso-2023.

Queremos Saber é um projeto sem fins lucrativos desenvolvido por cidadãos que tem como objetivo preservar a identidade de solicitantes de acesso à informação. Na plataforma você pode cadastrar um pedido e indicar para qual órgão ele é destinado. O projeto faz o pedido no órgão, preservando a sua identidade. Pode ser um grande aliado de repórteres investigativos e/ou que trabalham com cobertura de segurança pública.

O Busca LAI, iniciativa da Controladoria-Geral da União, permite que qualquer pessoa consulte os pedidos de informação feitos com base na Lei de Acesso à Informação e direcionados aos órgãos e às entidades do Poder Executivo Federal e as respectivas respostas fornecidas. Estão disponibilizados os pedidos que foram cadastrados a partir de 1º de julho de 2015. Acesse em: <https://busca-lai.cgu.gov.br/>.



Eu tenho o costume de buscar por palavras-chave de temas que interessam à minha cobertura em bancos de pedidos de LAI, como o Achados e Pedidos e o banco de pedidos da CGU. Ali talvez tenham dados que não foram usados em reportagens ou você pode se inspirar para registrar novos pedidos. Em bases de dados abertas, acho que um caminho é pensar em recortes específicos que às vezes não cabem nas “grandes notícias”.

LAÍS MARTINS
jornalista independente

CAPÍTULO

5

A LAI para investigar segurança pública nos estados

Como vimos, a LAI prevê a criação de plataformas de **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)** em todos os órgãos do poder público em território nacional. É por meio do SIC que os estados disponibilizam informações de forma ativa (com relatórios de prestação de contas, por exemplo) e passiva (disponibilização de dados e informações mediante solicitação).

A forma de acesso virtual às plataformas varia de acordo com cada UF: algumas pedem que seja feito um cadastro, enquanto outras utilizam a plataforma federal Fala.BR ou, ainda, solicitam o preenchimento das informações via Ouvidoria.

Para encontrar rapidamente a página do seu estado, digite no buscador “e-SIC” e o nome do estado e aparecerá o link para acesso.

É comum nos depararmos com instabilidades de acesso, ou até mesmo erros sistêmicos - que podem levar dias para serem solucionados - que acabam com-

prometendo prazos. O Sou da Paz se vale dessa plataforma há alguns anos e, ao longo do tempo, foram constatadas melhorias no e-SIC de alguns estados, enquanto outros seguem em processo de aprimoramento de suas plataformas.

Para retratar este processo, realizamos o mesmo pedido via LAI para as secretarias de segurança pública dos 27 estados do país. Tal pedido havia sido feito anteriormente para alguns estados no período em que o Sou da Paz realizou as oficinas do programa sobre acesso a dados para jornalistas independentes, entre 2021 e 2022. Para este Guia, foi feito novamente **entre os meses de abril e maio de 2023** o seguinte pedido:

Prezados, solicitamos, por meio desta, os dados sobre mortes violentas intencionais ocorridos no período de janeiro a dezembro de 2022, em todo o estado, segundo

as variáveis disponíveis sobre os eventos e sobre as vítimas, tais como especificados a seguir.

Solicitamos que as informações sejam disponibilizadas em formato de base de dados abertos.

Para caracterizar o perfil do fato e da vítima, sem expor a identificação pessoal de qualquer das partes, solicitamos incluir os dados sobre as seguintes variáveis, quando disponíveis:

1. Sobre o Fato:

- a) Número do Boletim de Ocorrência e/ou ID da ocorrência;*
- b) Município;*
- c) Delegacia de Circunscrição do fato (onde o fato ocorreu);*
- d) Data da ocorrência;*
- e) Hora da ocorrência;*
- f) Bairro da ocorrência;*
- g) Dados de georreferenciamento (latitude e longitude da ocorrência);*
- h) Tipo de local da ocorrência (via pública, residência, estabelecimento comercial, escola etc.);*
- i) Natureza do crime (homicídio, feminicídio, latrocínio, morte por intervenção policial ou outras mortes violentas intencionais);*
- j) Instrumento utilizado no cometimento do crime, se aplicável.*

2. Sobre a Vítima:

- a) Idade;*
- b) Sexo;*
- c) Raça/cor;*
- d) Bairro de residência;*
- e) Profissão ou ocupação.*

Em parte, esses dados solicitados podem estar disponíveis de forma ativa ou passiva, a depender do estado. Os mais comuns de serem solicitados via LAI, já que não são disponibilizados pelas secretarias de forma ativa, são: **número do Boletim de Ocorrência, georreferenciamento, tipo de local, instrumento utilizado no crime, bairro de residência e ocupação da vítima.**

Esse tipo de pedido pode ser encaminhado à Secretaria de Segurança Pública de cada estado, para as Ouvidorias das secretarias ou diretamente à Polícia Civil. Todavia, é comum que, quando direcionado à Secretaria, o próprio órgão redirecione o pedido para o órgão competente para que essa requisição seja respondida da forma mais adequada possível. Porém, em duas das solicitações, para os estados de Goiás e Minas Gerais, o pedido não foi redirecionado automaticamente.

A seguir, trataremos das experiências de acesso e as respostas que obtivemos de acordo com cada região do país. É importante mencionar que os dados sobre raça/cor da vítima nem sempre são preenchidos em todos os casos registrados, fator que pode comprometer as análises de vitimização segundo o perfil racial, por exemplo. Desta forma, consideramos a qualidade do preenchimento como **baixa/prejudicada** quando a base não dispõe de informação sobre raça/cor para mais da metade dos casos; **satisfatória** quando o preenchimento contempla entre 50% e 70% dos casos e

muito boa quando mais de 70% da base conta com essa informação preenchida.

Como vimos no capítulo 3, cada órgão disponibiliza os dados à sua maneira. O mais usual é em formato aberto (csv), em planilha (.xlsx), mas também ocorre de os dados serem enviados no formato .pdf. É comum que os órgãos encaminhem ofícios e outros documentos protocolares formalizando a resposta. Trouxemos, também, um breve descritivo da qualidade das respostas, seguido de um quadro apresentando quais elementos do pedido foram respondidos.



Às vezes, o dado que você está procurando já foi alvo de pedido de outra pessoa e é uma possibilidade de poder “treinar” como fazer pedidos de LAI.

JENIFFER MENDONÇA
repórter da Ponte Jornalismo

5.1 O mesmo pedido LAI para todas as UF: o que e como cada estado respondeu

[Acesse aqui as bases de respostas dos pedidos](#)

Centro-Oeste

Na região do Centro-Oeste, o Mato Grosso foi o estado de maior agilidade na resposta, retornando em apenas quatro dias. Já o Distrito Federal retornou em 21 dias, tomando todo o prazo previsto na LAI. A secretaria de segurança do Mato Grosso do Sul redirecionou o pedido para a Ouvidoria, que reiniciou o prazo para resposta, **a qual não havia chegado até o fechamento deste texto**. Goiás foi um estado que exigiu maior atenção na hora de realizar o pedido, pois seu site tem páginas e textos de interpretações controversas. Na página de Transparência do estado, é possível encontrar os acessos para “Acesso à Informação”, “Ouvidoria”, “SIC” e “e-SIC”. Ao cli-

car em “e-SIC”, a página redireciona para o formulário de preenchimento do pedido, sem a necessidade de criar nenhum tipo de cadastro. Desta forma, preenchamos o formulário (que tem um limite de caracteres e um campo para anexar arquivos) e registramos a manifestação. Porém, apenas quando o prazo expirou, obtivemos o retorno de que a manifestação estava incompleta e não havia nenhuma forma de recorrer ou responder à observação. Assim, o caminho mais sensato que encontramos foi o de realizar um novo pedido, mas desta vez via conta do gov.br, canal que redireciona ao Fala.BR e possibilita solicitações e recursos de maneira simplificada. Assim, obtivemos retorno após 15 dias da realização do novo pedido

	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Acesso via	e-SIC	e-SIC	Ouvidoria	Fala.BR
Link	https://www.participa.df.gov.br/pages/auth	http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/	https://ouvidoria.controladoria.mt.gov.br/falecidadao/servlet/cadastrardemanda?8	https://falabr.cgu.gov.br/Principal.aspx
Necessidade de cadastro	✓	✗	✗	✓
Protocolo	LAI-006572/2023	2023.0515.155558-6	349232	Não consta
Código de acesso	Não consta	CPF do solicitante	678110	Não consta
Disponibilizado no formato	.xlsx	.xlsx	.xlsx	Não respondeu
Solicitado em	24/04/2023	15/05/2023	24/04/2023	24/04/2023
Respondido em	15/05/2023	30/05/2023	28/04/2023	Não respondeu

Análise da qualidade das respostas recebidas

A secretaria do Distrito Federal encaminhou uma planilha aberta, com duas abas: uma para vítimas e outra para o fato. De todos os dados solicitados no pedido, o único não disponibilizado foi o bairro de residência da vítima. A base apresenta baixo preenchimento da raça/cor das vítimas, já que há o campo, mas a informação não é preenchida em mais da metade dos casos.

Em relação ao formato apresentado, a base do DF precisaria de uma breve adequação para uso em uma tabela dinâmica (recurso do Excel que permite cruzamentos de informações), como desmembrar células mescladas.

Goiás respondeu em 15 dias, com uma planilha apropriada para análises. A base disponibiliza dados sobre o tipo de crime (tentado ou consumado), faixa horária (e não horário específico) da ocorrência, faixa etária (e não idade) da vítima e raça/cor da vítima, cujo preenchimento é satisfatório. Já a planilha encaminhada pelo Mato Grosso estava numa estrutura adequada para análises em tabela dinâmica e a maioria dos dados deste estado



MT foi o estado de maior agilidade na resposta

foi disponibilizada (com exceção apenas de BO e Delegacia). A base apresenta colunas de latitude e longitude que indicam georreferenciamento, mas o preenchimento consta como “prejudicado” em todas as linhas. O preenchimento de raça/cor das vítimas se mostra satisfatório.

	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Sobre o fato				
Identificação do BO	✓	✓	✗	✗
Município	✓	✓	✓	✗
Delegacia de circunscrição	✓	✗	✗	✗
Data da ocorrência	✓	✓	✓	✗
Hora da ocorrência	✓	✗	✓	✗
Bairro da ocorrência	✓	✗	✓	✗
Georreferenciamento	✓	✗	✗	✗
Tipo de local da ocorrência	✓	✓	✓	✗
Natureza do crime	✓	✓	✓	✗
Instrumento utilizado	✓	✗	✓	✗
Sobre a vítima				
Idade	✓	✗	✓	✗
Sexo	✓	✓	✓	✗
Raça/cor	✓	✓	✓	✗
Bairro de residência	✗	✗	✓	✗
Profissão/ocupação	✓	✓	✓	✗



Seja preciso e pesquise sobre como o órgão público denomina as informações que você quer. Use a opção de recurso sugerida pela Fiquem Sabendo para quando alegam trabalho desproporcional, sempre acontece. Use um vocabulário rebuscado. É estranho falar isso, mas funciona.

THALYS ALCÂNTARA
repórter do jornal Metrôpoles

Nordeste

O e-SIC de Alagoas é um dos mais simples de acessar e prático para realizar pedidos, e levou 14 dias para responder. O Maranhão também tem acessos simples e respondeu o pedido no último dia do prazo. O pedido para a secretaria de Pernambuco havia sido direcionado para a Ouvidoria, entretanto, o órgão respondeu direcionando para o formulário correto e, após solicitação por meio deste, o pedido foi respondido em cinco dias. O e-SIC do Piauí não deu retorno no tempo previsto pela LAI e o serviço não dispõe de número de protocolo das solicitações, o que compromete a agilidade na identificação e acompanhamento do pedido.

Com a Ouvidoria de Sergipe enfrentamos alguns empecilhos de login e recuperação de senha, mas, após a criação de uma nova conta, realizamos o pedido, que foi respondido em cinco dias. O site da Ouvidoria da Bahia não é tão intuitivo. A partir do pedido feito, a Secretaria de Segurança encaminhou à Polícia Civil, que postergou o prazo para 30 dias após o recebimento, mas a resposta não foi satisfatória.

Dois dias após a realização do pedido, a Gerência de Estatística e Geoprocessamento da Secretaria de Segurança do Ceará negou a disponibilização dos dados, alegando que comprometeriam as restrições de acesso a dados pessoais, com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todavia, os dados so-

	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão
Acesso via	e-SIC	Ouvidoria	Ouvidoria	e-SIC
Necessidade de cadastro	✓	✗	✓	✓
Protocolo	664/2023	2798724 2023.0515.155558-6	6368426	00001.000807/ 2023-37
Código de acesso	Não consta	tqqm0691	e7xy	Não consta
Disponibilizado no formato	.xlsx	.pdf	.xlsx	.xlsx
Solicitado em	24/04/2023	24/04/2023	24/04/2023	24/04/2023
Respondido em	08/05/2023	25/05/2023	29/05/2023	15/05/2023

licitados não configuram como dados pessoais sensíveis. A solicitação foi reaberta, com elaboração de argumentos devidamente embasados nas leis e após 19 dias obtivemos retorno. Neste caso, é importante ressaltar que o mesmo pedido havia sido feito para a realização da edição Nordeste do Programa de Jornalismo e Acesso a Dados, realizado pelo Sou da Paz em agosto de 2021, e os mesmos dados haviam sido disponibilizados rapidamente na ocasião.



BA responde com dados de outros índices; PI não responde

Análise da qualidade das respostas recebidas

A secretaria de Alagoas apresentou a maioria dos dados solicitados (exceto Delegacia de circunscrição e georreferenciamento) numa planilha apropriada para análises. Todos os elementos solicitados apresentam bom preenchimento, inclusive o dado de raça/cor da vítima. A Polícia Civil da Bahia apresentou uma resposta incompatível com o pedido, dispondo de informações totalmente alheias às solicitadas em um arquivo em formato PDF contendo dados de casos de maus-tratos e tortura cometidos pelas Polícias Civil e Militar do estado. As informações solicitadas, no entanto, não foram enviadas.

	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe
Acesso via	e-SIC	Ouvidoria	e-SIC	e-SIC	Ouvidoria
Necessidade de cadastro	✓	✓	✓	✗	✓
Protocolo	00099.000653/2023-5	202341948	Não consta	10052023121930886	23617/23-3
Código de acesso	Não consta	372	Não consta	Não consta	Não consta
Disponibilizado no formato	.pdf	.xlsx	Não respondeu	.xlsx	.xlsx
Solicitado em	24/04/2023	10/05/2023	24/04/2023	10/05/2023	27/04/2023
Respondido em	04/05/2023	15/05/2023	Não respondeu	15/05/2023	02/05/2023

A resposta do Maranhão supriu parcialmente o solicitado. Foram disponibilizados apenas os dados de município, data, hora e bairro da ocorrência, natureza do crime, instrumento utilizado e, das vítimas, somente idade e sexo.

Após os entraves na solicitação, a secretaria de segurança do Ceará respondeu em 19 dias com uma planilha que correspondeu a parte do que foi pedido. Informações simples como tipo de local e bairro da ocorrência não foram disponibilizadas, ainda alegando-se possível infração à LGPD. Entretanto, há uma coluna informando em qual Área Integrada de Segurança do estado ocorreu o fato, o que possibilita regionalizar a análise. A base apresenta o dia da semana e a escolaridade da vítima, e os dados de raça têm baixa qualidade no preenchimento.

A Paraíba encaminhou um arquivo em PDF, com tabelas e gráficos que apresentam as quantidades de casos conforme algumas das variáveis solicitadas (CVLI — Crimes Violentos Letais Intencionais — por município e por faixa etária; tipo de instrumento utilizado por município;

CVLI por sexo e por faixa etária; gráfico com raça/cor das vítimas; distribuição de CVLI mensal por município). Porém, a resposta não atende ao pedido de acesso aos microdados dessas ocorrências.

Pernambuco enviou uma planilha, satisfatoriamente estruturada, com duas abas: uma de mortes violentas intencionais e outra com mortes em enfrentamento com agente de segurança. Ambas com dados de data, município, tipo de local, instrumento utilizado, sexo, idade e raça da vítima. A base não apresenta horário específico, mas o turno da ocorrência. Os dados de raça da vítima apresentam um bom preenchimento.

O pedido realizado à secretaria do Piauí não apresentou movimentações, de modo que não obtivemos nenhum tipo de retorno. Até o fechamento deste texto, o prazo já havia estourado em nove dias.

A planilha encaminhada pela secretaria do Rio Grande do Norte apresenta as respostas de maneira qualificada e bem estruturada, exceto dados sobre hora da ocorrência e georreferenciamento.

Já a planilha encaminhada por Sergipe trouxe a maioria dos elementos solicitados, exceto identificação do BO, delegacia de circunscrição e georreferenciamento. Além da informação sobre hora do fato, a base apresenta também a informação agregada por “faixa horária”. Os dados sobre raça têm preenchimento satisfatório.



A resposta do Maranhão supriu parcialmente o solicitado

	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
Sobre o fato									
Identificação do BO	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✓	✗
Município	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✗	✓	✓
Delegacia de circunscrição	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✓	✗
Data da ocorrência	✓	✗	✓	✓	✗	✓	✗	✓	✓
Hora da ocorrência	✓	✗	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✓
Bairro da ocorrência	✓	✗	✗	✓	✗	✗	✗	✓	✓
Georreferenciamento	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Tipo de local da ocorrência	✓	✗	✗	✗	✗	✓	✗	✓	✓
Natureza do crime	✓	✗	✓	✓	✗	✓	✗	✓	✓
Instrumento utilizado	✓	✗	✓	✓	✗	✓	✗	✓	✓
Sobre a vítima									
Idade	✓	✗	✓	✓	✗	✓	✗	✓	✓
Sexo	✓	✗	✓	✓	✗	✓	✗	✓	✓
Raça/cor	✓	✗	✓	✗	✗	✓	✗	✓	✓
Bairro de residência	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✓	✓
Profissão/ocupação	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✓	✓

Norte

A plataforma do e-SIC do Acre tem um erro de sistema que não permite a identificação e o acompanhamento do pedido. Apenas por meio do link apresentado no protocolo enviado por e-mail foi possível visualizar a solicitação. Tal falha sistêmica pode comprometer o acesso de terceiros à consulta protocolar em casos de pedidos realizados por organizações em que mais de uma pessoa acompanhe as tramitações, por exemplo. Sete dias após a realização do pedido, a Secretaria de Segurança do estado o encaminhou para a Polícia Civil, a qual não respondeu ao pedido até a publicação do Guia.

O e-SIC do Amapá retornou em 17 dias, porém o acesso à plataforma estava comprometido por bloqueios de antivírus. Obtivemos acesso à planilha de resposta via e-mail após contatar a equipe, que se mos-

trou bastante prestativa tanto no envio do material quanto na resolução do problema.

Nos e-SIC do Amazonas, Rondônia, Roraima, Tocantins e Pará foi possível realizar os pedidos com facilidade. Os retornos mais céleres foram do Tocantins e Pará, com resposta em apenas dois dias, seguidos do Amazonas (retorno em sete dias), Roraima (retorno em 17 dias) e Rondônia (retorno em 20 dias).

Análise da qualidade das respostas recebidas

O Amapá enviou uma planilha com duas abas: uma de CVLI e uma de Morte Decorrente de Intervenção Policial (MDIP). Em ambas, há uma nota explicativa informando que os dados disponibilizados tratam dos casos ocorridos e registrados no estado, excluindo aqueles que foram registrados em delegacias amapaenses, mas que de fato ocorreram em outros estados.

	Acre	Amapá	Amazonas
Acesso via	e-SIC	e-SIC	e-SIC
Cadastro	✓	✓	✓
Protocolo	Não consta	229224 24042023	641/2023
Código de acesso	Não consta	Não consta	Não consta
Disponibilizado no formato	Não respondeu	.xlsx	.xlsx
Solicitado em	10/05/2023	25/04/2023	25/04/2023
Respondido em	Não respondeu	11/05/2023	02/05/2023

A base exige tratamento dos dados para realizar análises, visto que cada caso pode conter mais de uma vítima. Além das variáveis data, hora e dia da semana, a base tem como diferencial os dados do infrator - exceto para os casos de MDIP, em que aparece somente a indicação "PM", em referência ao autor do homicídio. Os dados de raça têm preenchimento prejudicado.

Da região Norte, o Amazonas foi o estado que respondeu o pedido de modo mais completo. A planilha encaminhada contemplou todos os dados solicitados e a base pronta para a realização de análises. Além da data do fato, a base apresenta também a data de registro do BO

e a data do óbito da vítima, além de uma coluna específica para o mês. O preenchimento de dados de raça é satisfatório.

A base encaminhada por Rondônia é satisfatória e pronta para análises. Além da data do fato, data de registro, mês e período, tem como diferencial a informação sobre local segundo a zona (rural, interior, central, norte, sul, leste e oeste). O preenchimento de raça da vítima é muito bom.

Roraima encaminhou uma planilha que exige poucos ajustes de formatação para realização de análises. Apesar de a base não contemplar todos os dados solicitados, há alguns diferenciais relevantes: local de remoção do corpo, circunstância em que o corpo foi encontrado, nacionalidade e naturalidade da vítima, causa da morte e tipo do meio/instrumento utilizado. Os dados de raça apresentam um preenchimento muito bom.



Pedido ao Acre não aparece no sistema e não foi respondido

	Rondônia	Roraima	Tocantins	Pará
Acesso via	e-SIC	Fala.BR	Fala.BR	e-SIC
Cadastro	✓	✓	✓	✓
Protocolo	2023042521 4406722	02407.2023. 000037-77	02336.2023. 000073-11	1285/2023
Código de acesso	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Disponibilizado no formato	.xlsx	.xlsx	.xlsx	.xlsx
Solicitado em	25/04/2023	25/04/2023	25/04/2023	25/04/2023
Respondido em	15/05/2023	12/05/2023	27/04/2023	27/04/2023

Tocantins encaminhou uma planilha com duas abas: uma de CVLI e outra de Lesão Seguida de Morte. Há uma observação informando que não foi possível disponibilizar os dados de “Instrumento utilizado”, pois o sistema de registro de ocorrências não possibilita a extração do dado. No mais, a base é adequada para análises, com detalhamento de BOs com linhas repetidas (para os casos com mais de uma vítima). O preenchimento de raça é muito bom.

Os dados encaminhados pelo Pará foram divididos em quatro abas de uma plani-

lha: uma com informações da estrutura da base, uma com tabelas de análise rápida (quantidade de delitos por mês), um banco de CVLI e um banco de feminicídio. Apesar de conter imagens, os bancos se apresentam adequados para análise, necessitando apenas de ajustes simples. A base apresenta distinção entre delegacia de origem e delegacia responsável pelo caso, além das variáveis data, dia da semana, faixa de horário, mês e ano do fato. Do perfil da vítima, há também o grau de instrução, mas os dados de raça têm preenchimento prejudicado.

	AC	AP	AM	RO	RR	TO	PA
Sobre o fato							
Identificação do BO	✗	✗	✓	✓	✗	✓	✗
Município	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Delegacia de circunscrição	✗	✓	✓	✓	✓	✗	✓
Data da ocorrência	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Hora da ocorrência	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Bairro da ocorrência	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Georreferenciamento	✗	✗	✓	✗	✗	✓	✓
Tipo de local da ocorrência	✗	✓	✓	✓	✗	✓	✓
Natureza do crime	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Instrumento utilizado	✗	✓	✓	✓	✓	✗	✓
Sobre a vítima							
Idade	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sexo	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Raça/cor	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Bairro de residência	✗	✗	✓	✗	✗	✗	✗
Profissão/ocupação	✗	✓	✓	✓	✗	✓	✓

Sudeste

Na região do Sudeste, São Paulo é o único estado que já disponibiliza de forma ativa no site da Secretaria de Segurança Pública, em formato aberto, a maioria dos dados solicitados (exceto raça, bairro de residência e ocupação da vítima) e, por conta disso, negou o envio do pedido. Rio de Janeiro e Espírito Santo responderam aos pedidos dentro do prazo estipulado pela LAI. Com o e-SIC de Minas Gerais tivemos que realizar mais de uma solicitação, pois ocorreu um movimento semelhante ao ocorrido em Goiás: a Secretaria de Segurança não redirecionou o pedido ao órgão competente e orientou que um pedido direto fosse realizado novamente na plataforma.

Análise da qualidade das respostas recebidas

A base encaminhada pelo Espírito Santo é satisfatória, necessitando de ajustes pontuais para análises. Atende todos os requisitos solicitados e o preenchimento de dados sobre raça é muito bom.

Minas Gerais respondeu em 19 dias, dentro do prazo previsto pela LAI. A planilha apresenta boa estrutura e atende a maioria dos dados solicitados (exceto georreferenciamento e bairro de residência da vítima), com muito bom preenchimento da raça da vítima. De diferencial, apresenta o campo "LGBTQIA+" para identificação ("sim" ou "não") da orientação sexual e/ou identidade de gênero da vítima. É uma iniciativa interessante da secretaria, mas é um indicador que ainda não possibilita distinguir o gênero e a orientação sexual da vítima, visto que a sigla abrange uma grande variedade de identidades. Vale ressaltar que os registros de vítimas de homicídios são feitos com base no RG da vítima, relatos de testemunhas ou de agentes, e muitas vezes, e isso pode trazer seu ponto



São Paulo é o único estado que já disponibiliza de forma ativa no site da Secretaria de Segurança Pública a maioria dos dados solicitados no pedido LAI

	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo
Acesso via	Ouvidoria	e-SIC	e-SIC	e-SIC
Cadastro	✓	✓	✓	Não respondeu
Protocolo	2023041781	1510 .000139/2023-61	31370	Não respondeu
Código de acesso	ZCaoCNnw	Não consta	Não consta	Não respondeu
Disponibilizado no formato	.xlsx	.xlsx	.xlsx	Não respondeu
Solicitado em	25/04/2023	10/05/2023	25/04/2023	Não respondeu
Respondido em	15/05/2023	29/05/2023	16/05/2023	Não respondeu

de vista diante do fato que nem sempre irá corresponder à orientação sexual e designação de gênero da vítima.

O Rio de Janeiro encaminhou uma planilha satisfatória, contemplando a maioria dos dados solicitados (exceto georreferenciamento e instrumento utilizado no crime), além de dados sobre a divisão territorial da segurança pública (CISP, RISP e AISP), data, mês e horário do fato. Sobre o perfil da vítima, os dados sobre raça são de bom preenchimento e, além disso, informou data de nascimento, escolaridade, município de residência e relação com o autor, constituindo esta última informação um diferencial relevante para análise da violência doméstica e baseada em gênero.



É importante detalhar o máximo possível o seu pedido, sem esquecer de incluir o período que deseja a informação e o formato de entrega dos dados. No caso de dados hiperlocais, é interessante identificar de quais Distritos Policiais você está buscando a informação, pois isso facilitará na hora de fazer a análise.

GISELE ALEXANDRE
repórter e fundadora do
podcast Manda Notícias

	ES	MG	RJ	SP
Sobre o fato				
Identificação do BO	✓	✓	✓	Disponível ativamente
Município	✓	✓	✓	Disponível ativamente
Delegacia de circunscrição	✗	✓	✓	Disponível ativamente
Data da ocorrência	✓	✓	✓	Disponível ativamente
Hora da ocorrência	✓	✓	✓	Disponível ativamente
Bairro da ocorrência	✓	✓	✓	Disponível ativamente
Georreferenciamento	✓	✗	✗	Disponível ativamente
Tipo de local da ocorrência	✓	✓	✓	Disponível ativamente
Natureza do crime	✓	✓	✓	Disponível ativamente
Instrumento utilizado	✓	✓	✗	Disponível ativamente
Sobre a vítima				
Idade	✓	✓	✓	Disponível ativamente
Sexo	✓	✓	✓	Disponível ativamente
Raça/cor	✓	✓	✓	Disponível ativamente
Bairro de residência	✓	✗	✓	Disponível ativamente
Profissão/ocupação	✓	✓	✓	Disponível ativamente

Sul

Os três estados responderam de modo satisfatório ao pedido, contemplando a maioria das informações solicitadas.

Das plataformas do Sul, nota-se que apenas o Rio Grande do Sul pede identificação via acesso do gov.br, no qual você deverá concordar em fornecer suas informações pessoais básicas para realizar o pedido. As Ouvidorias do Paraná e de Santa Catarina solicitam apenas informações como CNPJ/CPF, nome e e-mail no preenchimento do formulário. O Paraná deu retorno em apenas oito dias e os outros dois estados responderam obedecendo o prazo estabelecido pela LAI.

Análise da qualidade das respostas recebidas

O Paraná encaminhou uma planilha dividida em duas abas: uma base MVI (Mortes Violentas Intencionais, semelhante ao CVLI), ou seja, de homicídios, e outra de MDIP (Mortes Decorrentes de Intervenção Policial), ambas prontas para análises. Apesar de ter colunas de latitude e longitude, esses campos não têm preenchimento. Na base de MVI, há informações sobre a orientação sexual da vítima, dado importante para análises mais acuradas. Os dados de raça são muito bem preenchidos.



Os três estados respondem com preenchimento satisfatório

	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
Acesso via	Ouvidoria	e-SIC	Ouvidoria
Cadastro	✗	✓	✗
Protocolo	58328/2023	947981/0168	2023010948
Código de acesso	64607	Não consta	18898
Disponibilizado no formato	.xlsx	.xlsx	.xlsx
Solicitado em	25/04/2023	26/04/2023	25/04/2023
Respondido em	15/05/2023	18/05/2023	03/05/2023

Apesar de não responder a todos os dados solicitados (dados faltantes: identificação do BO, georreferenciamento, instrumento utilizado no crime, bairro e profissão da vítima), a planilha encaminhada pelo Rio Grande do Sul é satisfatória, necessitando de ajustes pontuais para análises. A base conta com a data de registro, além da data e faixa horária do fato. Um diferencial no preenchimento de raça - que

se apresenta muito bom - é a distinção de autodeclaração e a de registro. Não é especificado como é feito o preenchimento desta autodeclaração, visto que o registro trata de uma vítima fatal.

Santa Catarina encaminhou dois arquivos diferentes: um para MVI e outro para feminicídios, e os dados de raça têm bom preenchimento.

	PR	RS	SC
Sobre o fato			
Identificação do BO	✓	✗	✓
Município	✓	✓	✓
Delegacia de circunscrição	✗	✓	✗
Data da ocorrência	✓	✓	✓
Hora da ocorrência	✓	✓	✓
Bairro da ocorrência	✓	✓	✓
Georreferenciamento	✗	✗	✗
Tipo de local da ocorrência	✓	✓	✓
Natureza do crime	✓	✓	✓
Instrumento utilizado	✓	✗	✓
Sobre a vítima			
Idade	✓	✓	✓
Sexo	✓	✓	✓
Raça/cor	✓	✓	✓
Bairro de residência	✗	✗	✗
Profissão/ocupação	✗	✓	✗

A experiência de coletar informações junto aos estados por meio da LAI nos traz alguns aprendizados. O primeiro deles é que boa parte das unidades da federação respondeu o pedido e apresentou as informações de que dispunham. Considerando a diferença de desenvolvimento de seus sistemas de gestão da informação, aquelas que contam com sistemas pioneiros, ou seja, que começaram primeiro a implementar sistemas de coleta e produção de dados de segurança, tendem a oferecer um conjunto maior e mais desagregado de indicadores.

De todo modo, a transparência e a qualidade dos dados depende também da disposição política em investir no aprimoramento da gestão da informação e no aumento da transparência. Assim como alguns estados com menor experiência, que tardiamente desenvolveram seus sistemas de gestão da informação, podem avançar e inovar na produção de informações, outros com sistemas mais consolidados podem passar por retrocessos nesse sentido, a depender do maior ou menor compromisso da liderança política vigente.

A transparência e a qualidade dos dados depende também da disposição política em investir no aprimoramento da gestão da informação e no aumento da transparência

Outro aprendizado foi que as respostas podem apresentar falhas técnicas ou de processos, que resultam em informações incorretas, seja porque não correspondem ao mérito do que foi solicitado, seja porque estavam incompletas ou parciais. Assim, é preciso revisar atentamente as respostas e entender os limites das bases de dados oferecidas. Isso não significa almejar bases perfeitas, mas saber exatamente o que os dados podem nos dizer sobre o objeto da investigação. Para tanto, ao fazer o pedido, vale solicitar também a metodologia e o dicionário de dados (que informa sobre as variáveis disponíveis na base de dados).

Isso nos leva ao terceiro ponto: destacam-se as secretarias que apresentam claramente sua metodologia de produção das informações sobre segurança pública nos seus sites e/ou junto das respostas aos pedidos via LAI. A metodologia deve estar disponível e orientar os requisitos básicos para manuseio das bases e interpretação dos dados. Por exemplo, indicar qual é a unidade de análise (número de casos ou número de vítimas) ou informar as regras para tratamento da base, quando houver repetições, para evitar duplicidades. Um ponto relevante é atentar para os campos vazios, seja por falta de preenchimento seja porque a informação era ignorada quando do registro da ocorrência. Como a boa interpretação e a comparabilidade depende da consistência dos dados, é preciso identificar o grau de preenchimento das variáveis (por exemplo, qual é a proporção de

informação ignorada sobre a escolaridade ou a raça/cor da vítima).

Nesse sentido, destacam-se as inovações observadas em alguns estados, por exemplo, com a inserção de campo sobre orientação sexual e/ou identidade de gênero da vítima no boletim de ocorrência. Esses avanços resultam das demandas dos movimentos sociais para qualificar as vítimas e dar visibilidade às vulnerabilidades a que diferentes grupos sociais estão sujeitos. Como vimos, segue o desafio de qualificar essas informações assim como aprimorar o seu preenchimento nos registros primários, o que depende da sensibilização e capacitação dos gestores e operadores.

Ainda há muito a avançar no sentido de padronizar indicadores, aumentar o nível de desagregação por territórios e aprimorar a qualidade dos dados (em termos de preenchimento e de abrangência das variáveis). Desafio que se impõe às 27 unidades da federação tendo em vista garantir a consistência e a comparabilidade das informações. Paralelamente, a experiência nos mostra como a difusão dos pedidos LAI no campo da segurança pública vem contribuindo para o aprimoramento dos sistemas estaduais, tendo em vista o impulsionamento à capacidade de resposta dos órgãos competentes e à transparência ativa. Processo que merece continuar com a participação da sociedade na promoção do acesso à informação qualificada sobre segurança pública.



Foco sempre em pedir o que eu quero já formatado, especificando em colunas as informações que preciso. Evito solicitar informações em uma só demanda porque corre o risco de a solicitação ser negada por faltar um detalhe. Separo em temas e envio de forma separada, sempre adicionando ao final que enviem os dados disponíveis sobre aquele assunto mesmo que não sigam os critérios que solicitei.

CINDY DAMASCENO

repórter do O Estado de S. Paulo

Ainda há muito a avançar no sentido de padronizar indicadores, aumentar o nível de desagregação por territórios e aprimorar a qualidade dos dados

SEÇÃO

3.

**COMO
analisar os dados**

Boas reportagens nascem de uma boa análise de dados estatísticos

Por Cristina Neme, coordenadora de projetos do Instituto Sou da Paz

O uso de dados quantitativos se destaca como ferramenta de análise que permite apresentar de modo sintético onde, como, quando e quanto um determinado fenômeno incide em uma sociedade. No campo das políticas públicas, os indicadores construídos a partir dos dados da saúde, educação ou segurança ajudam a compreender como está uma determinada situação e a formular políticas adequadas para intervenção nestas realidades. São, portanto, essenciais para o planejamento, implementação e monitoramento das políticas públicas que procuram responder de modo eficaz às necessidades de cada área.

Aqui vale uma ressalva importante: as análises baseadas em dados quantita-

tivos, objeto deste Guia, nem sempre são suficientes e de modo algum esgotam as possibilidades de abordar uma questão. Outras abordagens, de caráter qualitativo, que envolvem instrumentos como entrevistas, observação e consulta a fontes documentais, evidentemente fazem parte do cotidiano do trabalho dos jornalistas e dos analistas da gestão pública, que podem, inclusive, utilizar as metodologias de modo complementar.

As estatísticas, por sua vez, possibilitam fazer um “retrato” mais abrangente de uma determinada situação em uma população, sociedade, território. Desde que, é claro, sejam elaboradas a partir de dados consistentes que permitam,

em jargão técnico, gerar indicadores relevantes, válidos, confiáveis, comparáveis, com boa cobertura e periodicidade, entre outras qualidades dos indicadores quantitativos.

No mundo da comunicação, apresentar os “números” ou “os dados novos” que informam sobre uma situação tende a causar impacto, na medida em que traz ao conhecimento público a dimensão ou gravidade de uma questão que muitas vezes é desconhecida ou não tem visibilidade. Em um país tão desigual como o Brasil, os indicadores de segurança, assim como de outras áreas, apresentam variações extremas, e podem ilustrar, de modo direto e sintético, os fossos sociais. Por exemplo, a comparação entre as taxas de homicídios evidenciam diferenças expressivas na vitimização de jo-

vens moradores de dois bairros de uma mesma capital, ou entre jovens brancos e jovens negros de uma mesma cidade ou estado. Se moradoras e moradores das periferias dos centros urbanos conhecem bem a realidade violenta do seu cotidiano, a divulgação dos indicadores da violência que as afeta contribui para pautar politicamente a demanda social por segurança pública.

O jornalismo de dados é um canal privilegiado para dar visibilidade aos problemas e cobrar respostas que enfrentem os desafios de nossa insegurança, um tema politicamente muito sensível. Nesse cenário, o cuidado para comunicar as informações de modo correto e compreensível é uma preocupação constante, de modo a evitar equívocos de interpretação sobre temas que geram grande repercussão. E, pior, podem resultar em distorções e na manipulação da opinião pública. Como sugere o título de um livro famoso, não é difícil mentir com estatísticas.

Nesta seção, elencamos algumas orientações básicas para apoiar o uso devido dos dados estatísticos, que, no mundo atual, ganham cada vez mais peso na orientação das decisões que afetam a vida e a segurança de todas as pessoas.

O jornalismo de dados é um canal privilegiado para dar visibilidade aos problemas e cobrar respostas que enfrentem os desafios de nossa insegurança, um tema politicamente muito sensível

CAPÍTULO

6

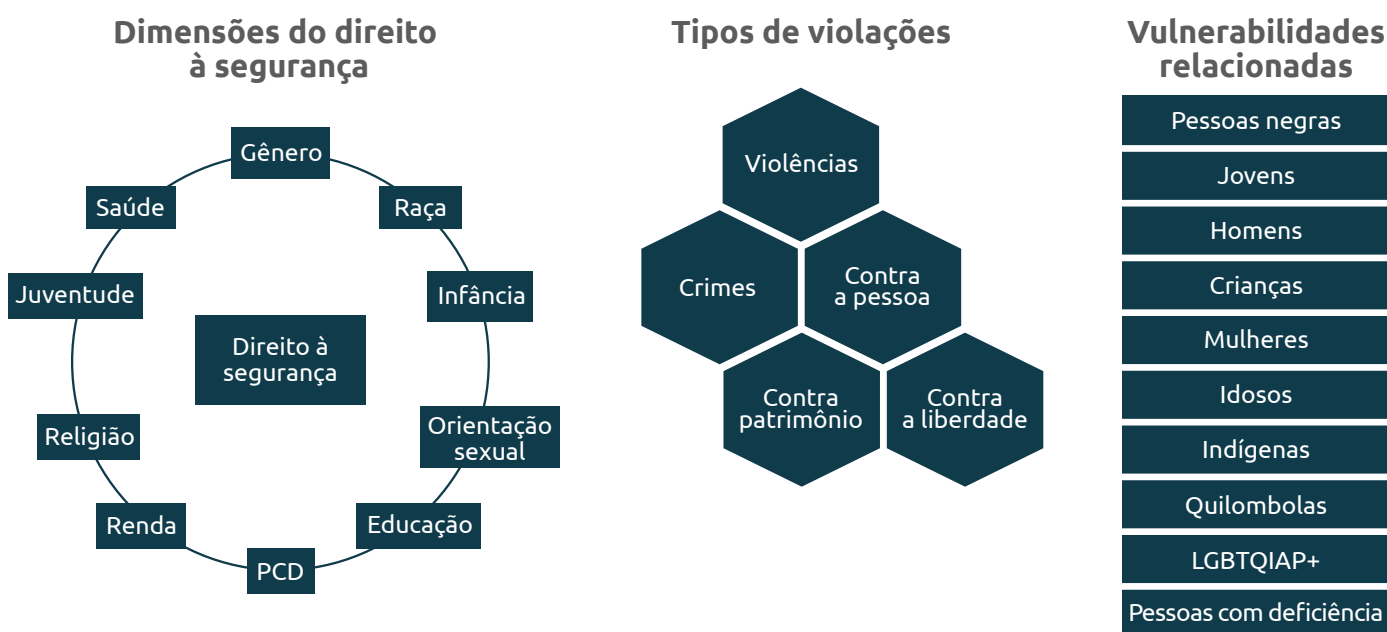
Os principais indicadores de segurança e como interpretá-los

Quando falamos em “**direito à segurança**”, estamos nos referindo também a uma série de características que podem tornar um cidadão mais - ou menos - vulnerável socialmente e, conseqüentemente, mais - ou menos - exposto à violência. Por isso, ao noticiar um homicídio, por exemplo, é importante ter acesso a informações como gênero, raça, renda, religião, idade, orientação sexual, escolaridade, entre outras, que permitirão conhecer o perfil das vítimas e o contexto em que esse crime ocorreu.

Essas características podem ajudar a identificar um cenário de violações e de exposição a fenômenos de violência, tais como crimes contra a pessoa, o patrimônio ou a liberdade, que afetam a população em diferentes graus de acordo com suas vulnerabilidades.

Portanto, dificilmente um único indicador pode explicar uma violação do direito de acesso à segurança.

Informações sobre segurança no país em dimensões relacionadas



Alguns conceitos que ajudam a investigar o acesso à segurança por meio de indicadores

Indicadores são medidas quantitativas ou qualitativas que permitem avaliar ou monitorar determinados aspectos de um fenômeno e que podem ser classificados de diferentes maneiras, de acordo com a área temática e o que se deseja aferir. No contexto da segurança pública, são ferramentas essenciais para avaliar o desempenho das políticas públicas, identificar problemas e definir prioridades de atuação. Em termos quantitativos, estas grandezas são geralmente apresentadas por meio das seguintes medidas¹¹:

Valores absolutos: Trata-se da quantidade (contagem) de um determinado evento localizado no tempo e no espaço, por exemplo, o número de habitantes de uma cidade, o número de vítimas de mortalidade violenta em determinada região ou o número total de ocorrências de roubo registradas no país no ano de 2022. A medida absoluta não considera o tamanho da população e, portanto, não permite comparar uma mesma situação em realidades diferentes. Por exemplo, o nível de violência no trânsito em uma capital e em uma cidade pequena do interior não pode ser aferido apenas a partir do número de acidentes fatais registrados em cada uma delas.

Valores relativos: Compostos a partir da relação entre dois ou mais dados, os valores relativos permitem medir e comparar um mesmo fenômeno em realidades diferentes. São compostos por meio de cálculos que expressam relações numéricas, tais como **proporções, taxas, razões e índices**, e são escolhidos de acordo com a pertinência ao objeto de análise. No campo das políticas públicas, as áreas desenvolvem seus próprios indicadores para monitorar e avaliar os eventos de interesse, por exemplo, os níveis de evasão escolar ou de mortalidade materna observados nas 27 unidades federativas do país. Em segurança pública, normalmente usamos a taxa por grupo de 100 mil habitantes para comparar os indicadores criminais, como roubos ou homicídios, de diferentes lugares, conforme mostraremos mais à frente no tópico “6.1 Cuidados na hora de interpretar dados de segurança”.

Proporção: Proporção representa duas quantidades relacionadas entre si, que podem ser iguais ou representativas de parte dessa quantidade, comparando-as. A proporção normalmente é expressa em números percentuais. De modo mais simples, a proporção expressa uma fatia da “pizza”, ou seja, uma parte destacada do conjunto de casos em análise. Por exemplo, a proporção de domicílios que não têm acesso a saneamento básico (em relação ao total de domicílios) ou a proporção

¹¹ Adaptação a partir de: JANNUZZI, P.M. (2005) Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 e MERCHAN-HAMANN, E., TAUIL, P. COSTA, M.P. (2000) Terminologia das medidas e indicadores em epidemiologia: subsídios para uma possível padronização da nomenclatura. Informe Epidemiológico o SUS 9 (4): 273-289.

de homicídios provocados por arma de fogo (em relação ao total de homicídios). A proporção normalmente é expressa em números percentuais.

Taxa: É uma medida de proporção que indica a frequência com que um determinado evento ocorre em relação a uma determinada população ou base em um período de tempo. Por exemplo, a taxa de natalidade é o número de nascidos vivos por 1.000 habitantes no período de um ano, enquanto a taxa de homicídios é calculada a partir do número de vítimas de homicídio por 100 mil habitantes, como vimos anteriormente. As taxas são frequentemente expressas em termos de uma unidade de tempo (por exemplo, por ano) e uma unidade de medida (por exemplo, por grupo de 1.000 habitantes ou de 100 mil habitantes, a depender do indicador).

Razão: É uma medida de proporção que indica a relação entre duas quantidades da mesma natureza mas que se referem a categorias de eventos excludentes (o numerador não está incluído no denominador). Por exemplo, a razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma determinada população é uma medida de proporção entre os gêneros que indica quantas vezes há homens em relação às mulheres. A razão entre o número de vítimas de homicídio homens em relação às vítimas mulheres de 10:1 indica que os homens morrem dez vezes mais por homicídio do que as mulheres. As razões podem ser expressas como uma fração ou como um número decimal.

Índice: É um termo amplamente utilizado, mas, estritamente, constitui um indicador complexo que agrega elementos de variadas dimensões em uma medida composta, de modo a sintetizar aspectos da realidade (econômica, social, de saúde, de educação etc.) que procuramos apreender. Por exemplo, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é um indicador que mede a variação dos preços de uma cesta de produtos e serviços em relação a um período-base, considerando os valores de diferentes tipos de produtos na sua composição (alimentação, transporte etc.). Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é composto por dados de 3 dimensões (renda, educação e longevidade) com vistas a aferir o grau de desenvolvimento humano de uma sociedade. Sua medida varia de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1 mais alto é o desenvolvimento humano, e vice-versa). Os índices são frequentemente expressos como uma porcentagem ou um número que representa uma variação em relação a uma base 100.

Exemplos de indicadores da segurança pública:

- **Proporção** de mulheres negras mortas por armas de fogo: dentro do total de mulheres mortas por armas, 70% das vítimas são negras.
- **Taxa** de roubos: o estado de São Paulo registrou a taxa de 544 roubos por grupo de 100 mil habitantes no ano de 2022.

- **Razão** de 1 policial para 300 cidadãos: indica o efetivo policial disponível por habitantes de uma cidade.
- **Índice** de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ): é um indicador composto a partir de dimensões relevantes para medir o maior ou menor grau de vulnerabilidade dos jovens à violência (nos estados e nos municípios com mais de 100 mil habitantes). O IVJ agrega variáveis (dados) de quatro dimensões: violência entre jovens, frequência escolar e situação de emprego, pobreza e desigualdade no município. Foi elaborado em apenas duas edições (2015 e 2017).¹²

PARA SABER MAIS:

O e-book “Que número é esse? Um Guia estatístico para jornalistas”, de Ricardo Garcia, Maria João Valente Rosa e Luísa Barbosa, aborda, em 22 tópicos, questões essenciais para o bom uso das estatísticas nas notícias, auxiliando na sua interpretação e comunicação destes dados. Um Guia prático, de fácil leitura e útil para o dia a dia dos jornalistas. Baixe gratuitamente: <https://bit.ly/que-numero-e-esse>.



Acompanhar a cobertura por meio do noticiário rende boas ideias de gancho e enquadramento. A melhor saída é sempre olhar para o dado como um sintoma, não como a resposta para um todo. Isso permite que o olhar seja direcionado na hora de lidar, por exemplo, com grandes bases de dados.

CINDY DAMASCENO
repórter do jornal
O Estado de S. Paulo

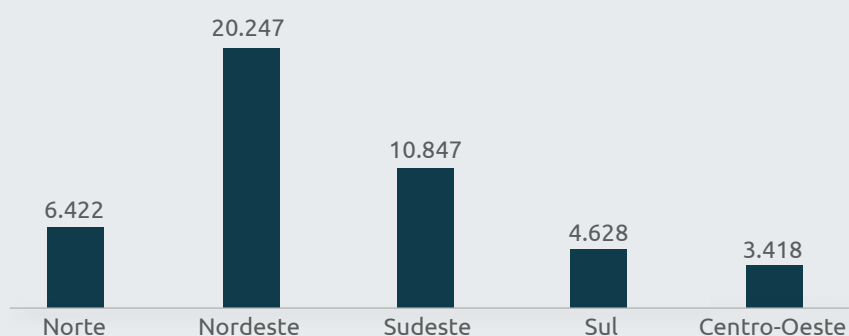
¹² Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017. Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

6.1 Cuidados na hora de interpretar dados de segurança

Entender como os dados são coletados, a que período de tempo eles se referem e sobre o que comunicam é essencial para noticiar sobre segurança pública sem induzir o leitor ao erro. O infográfico a seguir mostra o número de mortes por agressão

por região do país para o ano de 2021. Os dados são do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Vale ressaltar que aqui foram utilizados **números absolutos** de mortes por agressão. Desta forma, tratando-se do total, o gráfico nos mostra que **a região Nordeste contabiliza o maior número de vítimas, seguida da região Sudeste.**

Número de óbitos por agressão, por região, 2021

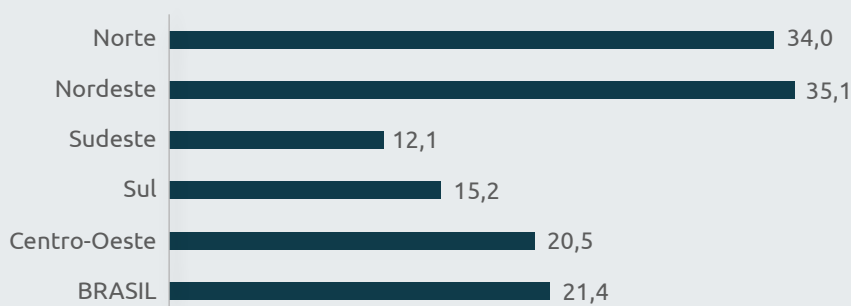


Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Agora olharemos a mesma informação com **valores relativos**. Neste outro gráfico, trazemos a taxa de mortalidade por agressão por grupo de 100 mil habitantes. O gráfico nos mostra que, de fato, a região Nordeste se apresenta como a mais violenta, visto que sua taxa é a mais alta. Mas, ocupando a segunda posição em termos de taxa, a região Norte

emerge como a segunda mais violenta, e não a Sudeste, que apresenta o segundo maior número de casos. Além disso, esse indicador permite comparar a situação regional em relação à nacional, evidenciando quais regiões apresentam taxas superiores à taxa média nacional. Ou seja, a comparação indica como a violência se manifesta desigualmente no país.

Taxa de óbitos por agressão, Brasil e regiões, 2021
(por 100 mil habitantes)

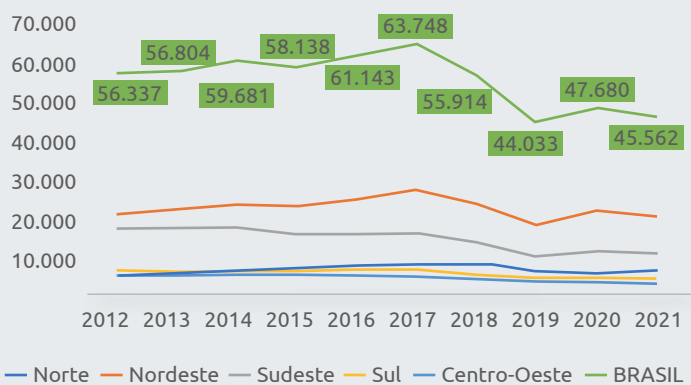


Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM; IBGE - Estimativas de população

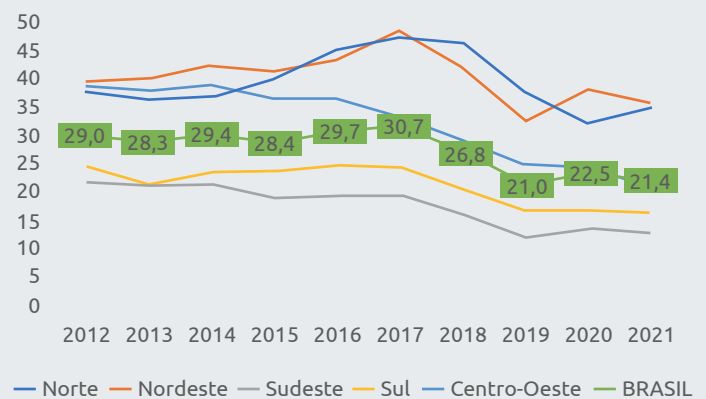
Quando analisamos uma série temporal, podemos utilizar valores absolutos ou relativos para observar a evolução dos casos, mas sempre atentando para a interpretação dos resultados. Conforme o exemplo a seguir, no primeiro gráfico, que apresenta a evolução em números absolutos de óbitos por agressão no Brasil (linha verde) e regiões, é possível notar as expressivas diferenças

em termos de volume de óbitos entre as regiões do país. Já no segundo gráfico, a taxa nacional é destacada na linha central, enquanto as taxas regionais variam em relação à média nacional, ficando evidentes as regiões que apresentam as mais altas taxas de mortalidade por agressão, considerando o tamanho de suas populações, e como essas taxas variaram ao longo do tempo.

Número de óbitos por agressão, por região, 2012-2021



Taxa de óbitos por agressão, por região, 2012-2021 (por 100 mil habitantes)



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM; IBGE - Estimativas de população

O mesmo cuidado deve-se ter com indicadores como o número de homicídios de mulheres ou população carcerária, por exemplo.

Temas como gastos - por exemplo, quanto se gastou com uma operação policial - são pedidos simples para uma LAI e engajam bastante. Mas é preciso colocá-los em contexto. Não é porque um número é alto que é exagerado. Pedir a série histórica, fazer comparações e consultar especialistas é sempre fundamental.

MARIA CAROLINA SANTOS
repórter do Marco Zero Conteúdo

6.2 Boas práticas para o trabalho com dados estatísticos

Para garantir a precisão das informações, é fundamental escolher o indicador estatístico correto para cada situação. Para isso, apresentamos algumas dicas:

1. Identifique a pergunta a ser respondida:

Antes de escolher um indicador estatístico, é importante identificar a pergunta que se quer responder. Por exemplo, se a pergunta é “Qual é o nível de violência em determinada região?” ou “Qual região é mais violenta?”, o indicador mais adequado é a **taxa de homicídios** ou a **taxa de crimes violentos**, ou seja, o objetivo é chegar a um valor relativo que permita comparações entre regiões diferentes.

2. Considere a metodologia de produção da informação:

o **tipo de dado**, a **unidade de análise** (o que está sendo contado), a **abrangência geográfica**, a **unidade de medida**, o **período de referência** (da coleta do dado). Por exemplo, a partir dos registros administrativos da polícia, temos geralmente o número de **vítimas** de homicídio, assim como o número de **casos** de estupro, roubos e furtos. A partir dos registros administrativos da saúde, temos o número de **óbitos** por agressão, assim como o número de **internações** hospitalares por agressão. Os indicadores gerados a partir dos dados podem ter

diferentes métricas, conforme o tema, por exemplo: taxa de homicídios calculada por grupo de 100 mil habitantes e taxa de leitos hospitalares por grupo de mil habitantes. O mesmo acontece se você deseja verificar se o efetivo policial disponível é o suficiente para cobrir determinada região geográfica: você vai relacionar quantidade de policiais ativos (em valores absolutos) com a população local e, assim, estabelecer a razão: uma cidade pode ter 1 policial para cada 500 habitantes enquanto outra, 1 para 950.

3. Considere o período de tempo:

Compare períodos iguais ao analisar tendências, tendo em vista a característica de sazonalidade de certos eventos. Por exemplo, pode haver aumento ou redução de ocorrências de roubos em determinados períodos do ano, como férias escolares, carnaval ou final de ano. Esta reportagem do G1¹³, por exemplo, a partir de dados levantados no [boletim Sou da Paz Analisa](#), comparou todos os trimestres **desde 1996**:

SP tem maior número de estupro da história em um trimestre

4. Considere a população em questão:

Se a pergunta é sobre a violência contra a mulher, o cálculo do indicador deve levar em conta a população feminina, como a taxa de feminicídios por grupo de 100 mil mulheres, e não a comparação com a população geral, por exemplo.

¹³ G1-SP. SP tem maior número de estupro da história em um trimestre; letalidade policial aumenta e latrocínios caem. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/25/sp-tem-maior-numero-de-estupro-da-historia-em-um-trimestre-letalidade-policial-aumenta-e-latrocínios-caem.ghtml>

5. Considere a natureza dos dados ao trabalhar com bases de microdados:

Dados podem ser classificados como quantitativos (numéricos) ou qualitativos (categóricos). Os dados qualitativos não são numéricos e podem subdivididos em dois grupos: os dados nominais, como as classificações de raça/cor (preta, parda, branca, amarela, indígena) ou de gênero (feminino, masculino); e os dados ordinais, que implicam uma hierarquia ou sequência (grau de escolaridade, grau de satisfação). Os dados quantitativos são subdivididos em números discretos, que são valores inteiros, como “quantidade de ocorrências de furto registradas no bimestre”, ou contínuos, que são valores que podem ser quebrados, como “quantidade de drogas apreendidas numa operação”.

IMPORTANTE:

Quando disponibilizados em arquivos de microdados, as bases podem dispor dos dados qualitativos em formato codificado: por exemplo, o sexo do indivíduo é codificado na planilha de dados como valor 1, se masculino, e 2, se feminino. O mesmo vale para as categorias da variável raça/cor (branca, preta, parda, amarela e indígena) e outras variáveis qualitativas. Nesses casos, é preciso contar com o dicionário de dados para interpretar os resultados (identificando os rótulos corretamente).

Ao escolher o indicador estatístico correto, é possível obter informações mais precisas e confiáveis sobre a segurança pública. **Lembre-se sempre de que a escolha do indicador deve estar de acordo com a pergunta a ser respondida, a unidade de medida, o período de tempo, a população em questão e a natureza dos dados.** Ao utilizar os indicadores de forma adequada, você poderá produzir reportagens e análises mais precisas e informativas para o seu público.

DICA

Ao trabalhar com bases de dados de diferentes fontes, é importante garantir que haja coerência e compatibilidade entre eles. Isso significa que os dados devem ser comparáveis e os usuários devem entender as diferenças entre as fontes. Também é uma boa prática **reconhecer e contar na reportagem** quais foram as limitações dos dados e as incertezas associadas às bases de dados utilizadas. Isso inclui explicar quaisquer restrições na coleta de dados, erros de medição conhecidos ou quaisquer outras fontes potenciais de imprecisão. Um exemplo desse compartilhamento de informação com o leitor é a reportagem da Revista AZmina, “Uma mulher é morta a cada 9 horas durante a pandemia no Brasil”, publicada em 2020. Ao longo do texto, há detalhes sobre a precariedade dos dados enviados por cada estado. Acesse em: <https://bit.ly/azmina1>.

Correlações equivocadas promovem desinformação

Escolher o indicador correto para noticiar um fenômeno de segurança pública é essencial para evitar informações equivocadas ou promover a desinformação por meio da distorção dos dados.

Entre os anos de 2019 e 2022, o então presidente Jair Bolsonaro e integrantes da extrema-direita passaram a fazer correlações indevidas usando dados reais porém fora de contexto para promover desinformação e conseguir engajamento de suas bases durante o período eleitoral.

Bolsonaro utilizou números reais, divulgados pelo [Monitor da Violência](#), parceria do G1 com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para propagar que a redução dos homicídios em 7% no Brasil em 2021, chegando ao menor patamar da série histórica desde 2007, estava associado ao aumento da circulação de armas de fogo. Mas não há qualquer evidência que comprove que os fenômenos estão relacionados, ou seja, que haja causalidade entre eles. Ao contrário, estudos científicos indicam que a maior disponibilidade de armas aumenta o risco de mortes violentas em uma sociedade.



¹⁴ Bolsonaro associa redução de homicídios com acesso a armas. Poder 360, São Paulo, 21/02/2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-associa-reducao-de-homicidios-com-acesso-a-armas>.

¹⁵ Bolsonaro faz correlação enganosa entre queda de mortes e aumento de armas. UOL, Uol Confere, 05/06/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/06/05/bolsonaro-circulacao-armas-de-fogo-homicidios-enganoso.htm>.

6.3 Crie seu próprio banco de dados

A história, a memória e os bancos de dados são ferramentas importantes para quem cobre segurança pública, principalmente no nível local. Como vimos nos capítulos anteriores, nem sempre os estados brasileiros disponibilizam dados em formato aberto. Vimos também que nem sempre os órgãos responsáveis pela produção e análise dos dados mantêm um histórico das informações. Por isso, é necessário que o jornalista que cobre segurança pública organize seus dados a fim de manter um histórico considerável para melhor contextualização de suas reportagens.

Um primeiro caminho pode ser a utilização de planilhas. Prefira trabalhar com arquivo em **formato CSV, e não proprietário**. Isso quer dizer que é possível ler esse tipo de arquivo de texto em programas como Microsoft Excel, Google Sheets, LibreOffice, entre outros, diferentes do formato .xls, que só abre se você tiver acesso ao Microsoft Excel, por exemplo, o que chamamos de “arquivo proprietário”.

Tim Berners-Lee, o inventor da Web, classificou esse formato com três estrelas no esquema de implantação de 5 estrelas para dados abertos.

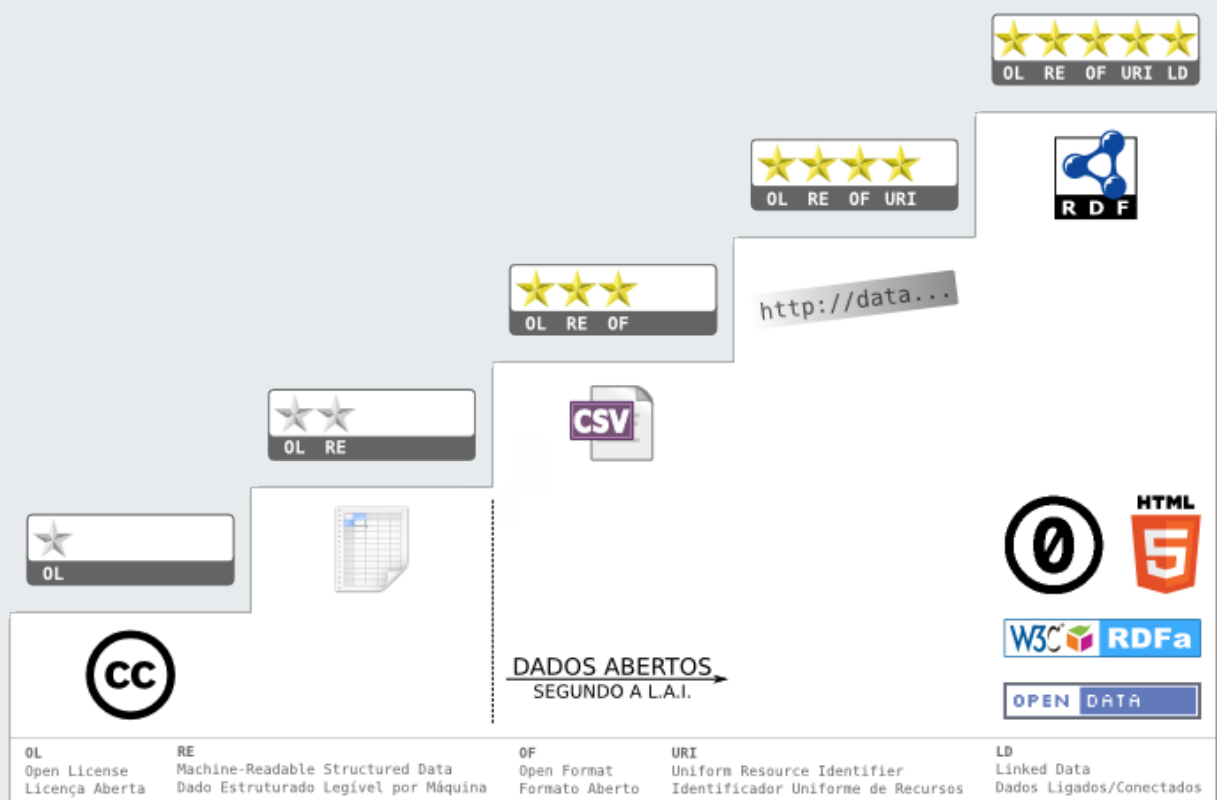


Figura do texto “Maturidade em Dados Abertos: Entenda as 5 Estrelas”¹⁶, publicado pela Open Knowledge Brasil.

¹⁶ <https://5stardata.info/en/>

Aqui vão algumas dicas básicas do trabalho com planilhas:

1. A primeira linha da planilha deve ser sempre um cabeçalho. Essa linha é a identificação sobre o conteúdo das células na coluna. Sem um cabeçalho não é possível filtrar as informações, ou aplicar uma tabela dinâmica. Evite nomes extensos ou repetidos. Se você precisar registrar o município onde a vítima mora e o município onde a ocorrência aconteceu, por exemplo, inclua essa informação na descrição: “mun_ocorrença” e “mun_vitima”, por exemplo.

	A	B	C	D
1	Natureza Ocorrencia	Municipio Fato	Ano Fato	Mes Fato
2	AMEAÇA	CUIABA	2020	01
3	AMEAÇA	CUIABA	2020	01
4	AMEAÇA	CUIABA	2020	01
5	AMEAÇA	CUIABA	2020	01

2. Inclua apenas uma informação por coluna e célula.

Não é incomum encontrar bases de dados que contêm duas informações distintas numa mesma célula, como data e hora.

C
Data_hora
19/01/2020 10:42
20/01/2020 20:30

Se a sua planilha estiver assim, você vai precisar “limpar” o dado, ou seja, padronizar a base para que cada informação ocupe uma coluna única. O Google Sheets separa as colunas de forma rápida para você. Basta selecionar a coluna que você deseja separar, clicar em “Dados” e depois “Dividir texto em colunas”. Você pode indicar qual é o separador que está sendo utilizado entre as duas informações que você quer e este será o seu ponto de corte. No exemplo anterior temos “data” [espaço] “hora”. Então nosso separador é o espaço.

	A	B
1	Data	Hora
2	19/01/2020	10:42
3	20/01/2020	20:30

Dessa forma, você consegue analisar cada indicador individualmente, sendo possível determinar em qual período houve mais registros de determinada ocorrência, por exemplo.

3. Padronize a escrita de itens que se repetem. Outro erro que pode comprometer a análise dos seus dados tem a ver com a padronização das informações que se repetem, como os dados sobre raça ou município. Isso porque a máquina lê espaços, vírgulas, pontos e letras maiúsculas e minúsculas como caracteres diferentes. Escrever “AMARELA” é diferente de escrever “amarela” ou “Amarela”, por exemplo. Nesses casos, a máquina vai entender que cada categoria é diferente da outra, quando, na verdade, sabemos que são a mesma coisa. Numa planilha “suja”, ao tentar agrupar os dados por raça, o resultado seria o seguinte, tornando difícil mensurar exatamente quantas pessoas amarelas foram vítimas da ocorrência analisada:

A	B
Raca	COUNTA de Raca
AMARELA	39
amarela	1
AMARELO	1
branca	1
branco	2224
NI	12062
PARDA	5311
PRETA	803
PRETA	2
Preto	1
VERMELHO	4
Total geral	20449

Já com os dados padronizados...

Raca	COUNTA de Faix
AMARELA	46
BRANCO	2223
NI	12062
PARDA	5311
PRETA	803
VERMELHO	4
Total geral	20449

4. Evite células em branco ou com dados inconsistentes. Muitas bases também apresentam células nas quais há valores vazios, traços, pontos de interrogação ou outros elementos que tornam a análise inconsistente. Em casos assim você também precisa tratar essas informações antes de seguir com a sua análise. O primeiro passo para fazer o tratamento desses dados é acessar a metodologia utilizada na coleta dos dados, que pode conter informações importantes sobre limitações e dados inconsistentes. Nem sempre podemos substituir um espaço vazio por “0”, por exemplo, porque isso pode distorcer a informação. Se você substituir o vazio por “0” numa coluna de quantidade de furtos na cidade X, pode ser uma informação equivocada, porque não quer dizer que naquela cidade não houve registro, e sim que a sua base, por algum motivo, não tinha essa informação. Simplesmente remover as células em branco também pode causar distorção. Cada caso deve ser analisado individualmente.

5. Crie uma aba de documentação. Nunca confie na memória. Descreva numa aba o que significa cada item do seu cabeçalho, como ele deve ser preenchido e quais são as fontes dos dados que você está armazenando. Por exemplo¹⁷:

	A	B	C	D	E
1	Código da Variável	Nome da Variável	Formato	Descrição	Inputs possíveis
2	data_ocorência	Data da ocorrência	Data (DD-MM-AAAA)	Data em que aconteceu a ocorrência	-
3	municipio	Município (Nome)	Texto	Nome do Município onde o caso foi registrado.	-
4	cor_raca	Cor/Raça	Texto	Descrição da cor/raça do paciente de acordo com os critérios de classificação do IBGE.	Branco; Preto; Pardo; Amarelo; Indígena

6. Evite mesclar células. Esse recurso funciona bem quando estamos trabalhando em um relatório que será lido por humanos. No entanto, células mescladas travam a planilha, impedindo a aplicação de filtros e tabela dinâmica. Para análise, a regra é sempre usar um único tipo de informação por coluna e um único dado por célula.

7. Ao começar uma análise de dados, trabalhe na cópia da base e mantenha backups regulares. Nunca faça análise de dados (utilizando filtros, fórmulas, novas colunas e afins) na sua base de dados original. Isso porque os arquivos de planilha não guardam o histórico do que foi feito (diferente de um código, por exemplo). Trabalhe sempre na cópia, assim você terá para onde voltar, caso algo dê errado (o que é muito comum em análise de dados).

8. Documente o passo a passo. Escreva todas as alterações que você fez na planilha durante a sua análise: Padronizou informações? Criou colunas novas? Aplicou fórmulas? Ordenou as informações? Excluiu algo? Assim você pode compartilhar a sua metodologia para que ela seja revisada ou replicada por outra pessoa.

DICA

Na página de tutoriais da Escola de Dados, um programa da Open Knowledge Brasil, você encontra recursos valiosos e aprofundados sobre análise de dados que podem ser explorados para obter mais orientações e práticas recomendadas. Acesse em: escoladedados.org/tutoriais/.

¹⁷ Relatório Publicação de microdados de casos de Covid-19. Open Knowledge Brasil, 2021. Disponível em: <https://transparenciacovid19.ok.org.br/toolkits.html>.

Liberte dados em PDF!

Muitas secretarias estaduais de segurança disponibilizam seus dados em relatórios no formato PDF. É possível “libertar” esses dados utilizando algumas ferramentas e até *script* em Python. Aqui vamos falar sobre duas possibilidades: o site **iLovePDF** e o **Tabula**.

iLovePDF

Nesse site é possível subir arquivos em PDF e realizar diferentes conversões, entre elas, a raspagem de planilhas. Acesse <https://www.ilovepdf.com/pt>. Você pode fazer um cadastro ou usar a ferramenta mesmo sem ter login.



IMPORTANTE:

Na versão gratuita, o site extrai apenas os dados que são selecionáveis dentro do PDF. No caso de informações em PDF escaneados não selecionáveis, é necessário utilizar o leitor de OCR, disponível na versão paga da ferramenta.

Tabula

O Tabula é uma ferramenta criada apenas para extração de dados de PDF. Você pode baixar a ferramenta no seu computador ou acessar sem fazer a instalação. O interessante é que ela permite delimitar o que é tabela e fazer seleções em várias páginas ao mesmo tempo.

Para ver em detalhes como explorar a ferramenta, acesse o tutorial “Libertando Dados com o Tabula”, da Escola de Dados, disponível no link escoladedados.org/tutoriais/libertando-dados-com-tabula-e-rows/.

Vantagem do PDF: acessar informações retiradas do ar

Nem sempre as secretarias de segurança deixam as informações divulgadas em meses e anos anteriores disponíveis em seus sites. Por isso, organizar essas informações em um arquivo próprio é essencial para as suas análises, principalmente se você precisa acompanhar determinado estado periodicamente. Se as informações foram publicadas em boletins em PDF, por exemplo, **é possível que você consiga recuperar edições já divulgadas, mas que não estão disponíveis no site**. Isso porque esses arquivos ficam armazenados, ainda que o atalho para ele tenha sido removido do site.

Veja o exemplo dos boletins da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão. Ao acessar a página ssp.ma.gov.br/estatisticas-da-grande-sao-luis/, clique em “relacao-nominal-vitimas-cvli”, que é sempre acompanhado do mês e ano vigente.



Ao clicar no link você será levado ao arquivo PDF com as informações do mês mais atual divulgado pela secretaria.

RELATÓRIO QUANTITATIVO DIÁRIO DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS L. 1 / 3

SECRETARIA DE SEGURANÇA GOVERNO DO MARANHÃO

RELATÓRIO QUANTITATIVO DIÁRIO DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI) E OUTRAS MORTES

Data e hora da atualização: 01/06/23 às 08h00min

1 - CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI

1.1 - Homicídios dolosos

DIÁRIO	DATA	HORA	SEXO DA VÍTIMA (S)	RAÇA	IDADE	ESTADO	MUNICÍPIO
01	01/06/23	17:48	Masculino	03	De São	Caridade dos Frades	São Luís
02	06/05/23	21:00	Masculino	23	De São	Bairro de Fátima	São Luís
03	07/05/23	02:30	Masculino	39	De São	Colinas	São Luís
04	07/05/23	21:00	Masculino	22	De São	Vila Ramiro	São Luís
05	08/05/23	23:05	Masculino	40	Branca	Planalto Aurora	São Luís
06	13/05/23	01:30	Masculino	29	De São	L. Lima	São Luís
07	13/05/23	07:52	Masculino	23	De São	Rodoviário Luís Brandão	São Luís
08	18/05/23	09:30	Feminino	25	De São	Vila dos Frades	São Luís
09	18/05/23	19:30	Masculino	23	De São	Vila dos Frades	São Luís
10	20/05/23	09:10	Masculino	39	De São	Conjunto São Ramundo	São Luís
11	21/05/23	22:20	Masculino	32	De São	Vila Calábria	Paço do Lumiar
12	21/05/23	02:40	Masculino	25	De São	Marquês Neves	São Luís
13	22/05/23	08:40	Masculino	23	De São	Vila Vitória	São Luís
14	23/05/23	19:14	Masculino	28	De São	Pimenta	São Luís
15	23/05/23	19:39	Masculino	24	Branca	Cidade Olímpica	São Luís
16	23/05/23	19:42	Masculino	41	De São	Barroca	São Luís

Repare no link deste arquivo em PDF. Ele tem um padrão que é o endereço do site da secretaria e uma divisão chamada “uploads”, que é o lugar no servidor onde os boletins são armazenados para publicação no site. Essa estrutura está organizada por ano, mês da publicação, seguida do nome do boletim e o mês a que os dados se referem:

ssp.ma.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/relacao-nominal-vitimas-cvli-maio-2023.pdf

mês da divulgação

mês a que os dados se referem

Ou seja, o boletim do exemplo foi publicado no mês de junho, mas os dados são referentes aos registros do mês de maio de 2023. Se mudarmos essas duas datas, é possível acessar os boletins anteriores, mesmo que o link para eles não esteja mais disponível no site da secretaria. Vejamos:

ssp.ma.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/relacao-nominal-vitimas-cvli-janeiro-2023.pdf

Ao trocar o “06” - referente a publicação de junho - por “02” e “maio” por “janeiro”, conseguimos acessar o boletim de janeiro de 2023:

RELATÓRIO QUANTITATIVO DIÁRIO DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS

1 / 3 100% +



RELATÓRIO QUANTITATIVO DIÁRIO DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI) E OUTRAS MORTES

Data e hora da atualização: 01/02/23 às 08h00min

1 – CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS – CVLI

1.1 – Homicídios dolosos

ORD	DATA	HORA	VITIMA (S) DO SEXO	ID	ARMAS	BARRIO	MUNICÍPIO
01	24/01/23	17:18	Masculino	49	Outras armas	Quilombo São Cristóvão	São Luís
02	25/01/23	20:30	Masculino	08	De fogo	Estimada	São Luís
03	26/01/23	09:07	Masculino	25	De fogo	Amil	São Luís
04	06/01/23	16:04	Masculino	30	De fogo	Vila Mauro Faccury I	São Luís
05	12/01/23	05:00	Masculino	38	Branca	Cidade Operária	São Luís
06	12/01/23	22:00	Masculino	37	De fogo	Vinhais	São Luís
07	12/01/23	19:00	Masculino	08	De fogo	Maracanã	São Luís
08	13/01/23	17:15	Masculino	45	De fogo	Vila Cambaia dos Prazeres	São Luís
09	14/01/23	21:00	Masculino	04	Branca	Cumbique	Raposa
10	16/01/23	21:50	Masculino	47	De fogo	Amor da Guarda	São Luís
11	20/01/23	16:00	Masculino	39	De fogo	Mata	São José de Ribamar
12	22/01/23	1:30	Masculino	39	De fogo	Androba	São Luís
13	22/01/23	18:40	Masculino	30	De fogo	Recanto dos Pinheiros	São Luís
14	23/01/23	-	Masculino	11	De fogo	Nova Jerusalém	Paço do Lumiar
15	28/01/23	22:06	Masculino	24	De fogo	Corumbinho	São Luís
16	29/01/23	12:34	Masculino	13	De fogo	Cidade Rêndia	São Luís

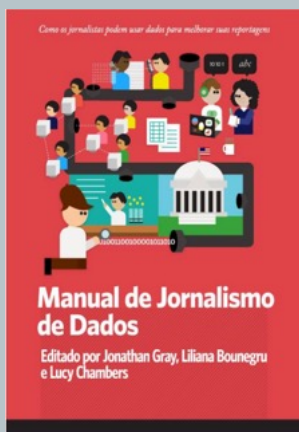
Agora basta libertar os dados utilizando as ferramentas que mostramos anteriormente e arquivar os dados de forma padronizada em sua própria planilha.

Para se aprofundar no Jornalismo de Dados

Se você quer se aprofundar mais nos conhecimentos sobre Jornalismo de Dados, aqui vão algumas dicas de leitura e iniciativas para você acompanhar.

The Data Journalism Handbook

Produzido pelo Centro Europeu de Jornalismo, o Data Journalism Handbook tem duas edições e se propõe a compartilhar conceitos, técnicas, ferramentas e casos do uso de dados no jornalismo. Esse é um dos materiais disponíveis no projeto DataJournalism.com, que disponibiliza recursos gratuitos, materiais, cursos em vídeo on-line e fóruns da comunidade aos jornalistas de dados. Acesse em: <https://datajournalism.com/>.

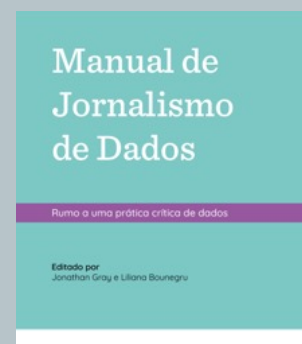


A primeira edição, lançada em 2012, foi traduzida para o português pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e publicada em 2014. Você pode ler o Manual de Jornalismo de Dados: Como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens em:

bit.ly/manual-de-jornalismo-de-dados.

Já a segunda edição, o Manual de Jornalismo de dados: rumo a uma prática crítica dos dados, foi lançada em português em

2021 numa ação colaborativa entre a Escola de Dados, programa da Open Knowledge Brasil, a Abraji e o Insper. Acesse em: bit.ly/manual-de-jornalismo-de-dados-2.

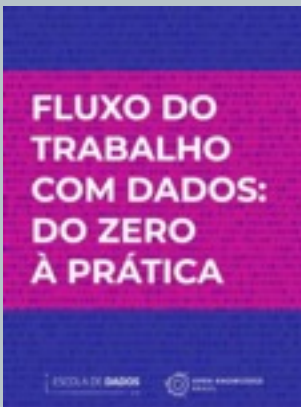


Escola de Dados

A Escola de Dados é um programa da Open Knowledge Brasil que tem como objetivo democratizar o conhecimento para o trabalho com dados. Essa iniciativa faz parte de uma rede global e o capítulo brasileiro foi lançado em 2013.

Desde então, a iniciativa oferece cursos,

tutoriais, *webinars* com especialistas, vídeo tutoriais, caixa de ferramentas, fórum e publicações, além de realizar a Conferência Brasileira de Jornalismo de Dados e Métodos Digitais, o maior evento do segmento na América Latina. Acesse em: escoladedados.org.



Também sugerimos a leitura do ebook *Fluxo do trabalho com dados: do zero à prática*, que contém dicas preciosas para quem está iniciando a jornada em análise de dados. Acesse em: escoladedados.org/ebook/fluxo-do-trabalho-com-dados-do-zero-a-pratica/.

Catálogo de bases de segurança pública

No começo de 2023 a Escola de Dados lançou o **Catálogo de bases de Segurança Pública**, um documento colaborativo que registra as principais bases de dados e relatórios de segurança pública no país. A planilha reúne os links de dados públicos nos níveis municipal, estadual e federal, além de dados de organizações da sociedade civil, entidades internacionais e outros. Os registros estão classificados em categorias como: direitos humanos, segurança pública, segurança, sistema prisional, orçamento, saúde, justiça e imprensa. Além de relatórios e levantamentos de dados, o catálogo também traz indicações de organizações especializadas que podem ser procuradas para entrevistas para qualificar os dados levantados por você. Várias delas citaremos no próximo capítulo.

O levantamento, **que segue disponível para preenchimento**, foi realizado a partir das contribuições iniciais de dezenas de pessoas participantes da primeira edição do curso “No Alvo: Dados e Segurança Pública”, produzido em parceria com o Instituto Fogo Cruzado, apoiado pela Open Society Foundation, Shuttleworth Foundation e Fundação Friedrich Ebert – Brasil e as contribuições iniciais de dezenas de pessoas participantes da primeira edição do curso ‘No alvo: Dados e Segurança Pública’, produzido em parceria com o Instituto Fogo Cruzado. Acesse em: go.ok.org.br/dados-segp.



Para obtenção de dados locais de segurança pública, planeje-se e solicite séries históricas via LAI. E assim construa e mantenha suas bases de dados juntamente com os dados mais atuais disponibilizados pelo governo na transparência ativa.

THAYS LAVOR

jornalista, pesquisadora,
coordenadora de Dados na
InfoAmazonia e diretora da Abraji

SEÇÃO

4.

COMO
comunicar

Não basta saber o que dizer, é preciso aprender a falar

Por Yuri Eiras, jornalista e redator do Instituto Fogo Cruzado e Marianna Araujo, diretora de comunicação e inovação do Instituto Fogo Cruzado

A linguagem é um dos maiores desafios de organizações e pessoas que trabalham com segurança pública no Brasil hoje. Pensando bem, a linguagem é um desafio para todos aqueles que desejam interferir no debate público atualmente. Estamos todos cansados de falar sobre isso: a estridência das redes sociais, o país polarizado e a selvageria algorítmica do tempo presente não facilitam o bom debate, seja sobre segurança, educação ou saúde.

No entanto, há dois fatores que diferenciam nosso campo. Vivemos em um país que convive com uma carência histórica na produção e difusão de dados sobre segurança. Por isso, nos acostumamos a produzir políticas públicas sem levar em conta dados e evidências. Daí que esta é uma

das nossas bandeiras mais valorosas: precisamos nos basear em números, estatísticas e no conhecimento acumulado para, de fato, conseguir mudar a realidade.

Por outro lado, tratamos de um tema que causa repulsa, medo e cuja experiência cotidiana tem um peso muito grande no julgamento da população. Como defender aquilo que num primeiro momento parece contraintuitivo? Por exemplo, como defender que operações policiais em favelas não resolverão o problema da violência nos grandes centros brasileiros - mesmo que os dados nos mostrem isso?

Em resumo, como se não bastasse a frieza dos números, lidamos com um tema áspero. Como chamar atenção para coi-

sas como o alto número de homicídios, o insensato encarceramento em massa ou o disparate que são as frequentes chacinhas policiais? E, pior, como fazer isso em um país onde o vocabulário associado aos direitos humanos anda tão desgastado e estigmatizado?

Apelar, certamente, é o modo mais fácil de sensibilizar o leitor, ou espectador. Basta sintonizar na TV aberta à tarde: emissoras, diariamente, usam as dores individuais para fisgar emocionalmente quem se coloca diante das telas. Mas este é um caminho que muitas vezes desumaniza vítimas, descontextualiza e frequentemente desinforma. Se o desejo real é transformar o estado das coisas, usar o sofrimento alheio não é o melhor caminho.

Ao mesmo tempo, não dá para prescindir do desejo de que os dados sobre segurança e violência causem impacto, provoquem reflexões no conjunto da população, não apenas em pesquisadores e militantes. Por isso, é fundamental lembrar que estatísticas são compilados de pessoas, lugares e situações. Os números são histórias.

Assusta demais pensar que 950 pessoas foram baleadas de janeiro a maio deste ano no Rio de Janeiro. Mas destrinchar algumas dessas histórias, explicar quem eram, onde estavam, o que faziam quando foram atingidas, o que a violência

armada interrompeu nessas vidas, não apenas assusta. Também entristece, revolta, emociona, aproxima; gera novos sentimentos. Nos faz comparar com a nossa própria história, ou a de alguém que gostamos. Humaniza.

No dia 29 de maio de 2023, o site da revista *Piauí* publicou a reportagem “Tiros a caminho da escola”. Baseada em dados do Fogo Cruzado, o material de Maria Júlia Vieira, Pedro Tavares e Renata Buono mostrou que, em apenas quatro meses, 14 crianças e adolescentes foram baleados quando iam às aulas. Mais do que o ano de 2022 inteiro. O texto dá aos números uma concretude do que acontece com milhares de estudantes. Este é um exemplo de um esforço que tentamos repetir à exaustão: detalhar as histórias desses meninos e meninas vítimas da violência armada, nas redes sociais, no jornalismo, em cada espaço de debate.

É um cálculo esquisito, veja só: quanto mais contextualizamos um caso, mais complexa parece a solução da violência. Ao mesmo tempo, quanto mais mostramos quão complexo são essas histórias, mais perto estamos do caminho para resolver o problema. Vivemos décadas de punitivismo e superficialidades na segurança pública. As mesmas políticas ineficientes repetidas por diferentes governos, baseadas apenas em cálculo eleitoral.

Décadas dessa lógica nos trouxeram até aqui. E, quem diria, nos últimos quatro anos a inovação que vimos foi para pior. A ideia de que a expansão do armamento civil seria algo positivo para a sociedade brasileira parecia enterrada no contexto do amplo debate promovido pelo Estatuto do Desarmamento há 20 anos. Parecia, mas não estava.

A facilidade de adquirir armas de fogo, alavancada pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, causou uma explosão de gente armada nas grandes cidades e no interior do país. Muitas delas ganharam o registro de CAC (Colecionador, Atirador e Caçador), certificado frágil que dava a possibilidade de adquirir dezenas de armas, mas não garantia a fiscalização do armamento que circula por aí. Homicidas e traficantes conseguiram tirar legalmente o registro de CAC.

Com o crescimento exponencial de cidadãos armados, com armas legalmente registradas ou não, começamos a perceber o aumento das notícias sobre tiros acidentais, assassinatos em ambiente doméstico, em bares, boates e casas de show. O caso de Leandro Lo, lutador de jiu-jitsu morto a tiros após uma discussão em uma casa noturna em São Paulo, motivou nossa equipe a monitorar casos semelhantes. Foram dezenas ao longo dos meses posteriores. Criamos um ma-

terial semanal reunindo casos parecidos e vimos uma oportunidade nessas histórias para mostrar que não é verdadeira a máxima de que o aumento da circulação de armas reduz os índices de violência. Os casos falaram por si.

Houve importantes mudanças recentemente na política de aquisição de armas de fogo. Mas os últimos quatro anos deixaram marcas profundas numa sociedade que já era muito violenta e onde a segurança pública já era um tremendo desafio. Aumentou e muito a necessidade de comunicarmos sobre violência armada no contrafluxo da narrativa. Entregar o desenrolar do fato - quem foi preso, quem morreu — não é mais importante do que voltar à etapa anterior a ele: questionar por que e como as situações aconteceram e o que elas implicam.

Nenhum disparo de arma de fogo no Brasil é um caso isolado. Nenhuma bala perdida. Nenhuma chacina. É preciso contar essas histórias para que a população se convença de que soluções simplistas não nos deixarão mais seguros. O Guia que você tem em mãos tem dicas preciosas sobre como fazer isso. Continuamos tendo os dados como nossa bandeira imprescindível, mas precisamos a cada dia renovar as estratégias de como falamos deles.

CAPÍTULO

7

Responsabilidade e empatia são o segredo para uma boa reportagem de segurança pública

Como pudemos ver ao longo deste Guia, há uma infinidade de fontes de dados sobre segurança pública, mas não podemos esquecer que, nessa área, **dados são sobre pessoas: mulheres, idosos, crianças, pessoas negras, jovens moradores de favelas, pessoas LGBTQIA+, população indígena, entre outros grupos.** Em geral, pessoas que tiveram seu próprio direito à

segurança, ou de alguém que conhecem e amam, desrespeitado. Neste sentido, é fundamental perseguir uma cobertura cidadã e democrática para que as narrativas não normalizem violações de direitos humanos quando deveriam combatê-las. Neste capítulo, você vai conferir dicas de como cobrir de forma mais empática, ética e responsável dados sobre o tema.



No Rio de Janeiro, o ISP [Instituto de Segurança Pública] ainda possui muitos dados abertos que qualquer pessoa pode acessar, mas do ponto de vista da investigação jornalística é complicado ficar dependente de um único órgão. Por isso é louvável a existência de organizações como o Instituto Fogo Cruzado e o Observatório da Cidadania.

FÁBIO LEON

jornalista independente e coordenador de comunicação no Fórum Grita Baixada

Contextualizar as informações de segurança pública, como já lemos nos primeiros capítulos, é um passo fundamental para conhecer melhor sobre quem estamos falando. Na cobertura local, por exemplo, o tipo de ocorrência registrada (contra pessoa ou contra patrimônio, comparada à localização geográfica de maior incidência) pode revelar o impacto das desigualdades sociais na área da segurança. O grande desafio imposto pela produção jornalística, no entanto, é superar a diferença entre o que consideramos de interesse público e o que a audiência considera relevante. Não à toa, coberturas sensacionalistas na área de segurança pública seguem mantendo audiência ao longo dos anos, apesar da cobertura rasa, erros de apuração e reforço de estereótipos discriminatórios em muitos casos. Com as redes sociais, a concorrência é ainda mais desleal, mas é urgente repensarmos a cobertura do tema no país.

Por outro lado, diversas são as boas práticas do jornalismo na construção de reportagens aprofundadas e humanizadas e diversas são as organizações dedicadas a um olhar cuidadoso sobre vítimas e seus familiares, que podem ter suas vozes ampliadas pela imprensa. E diversas são outras organizações, como o Instituto Sou da Paz, dedicadas à análise de fenômenos para influenciar mudanças em políticas públicas para gerar mais segurança. Falaremos delas mais adiante.

Reunimos aqui as seguintes recomendações para construir uma reporta-

gem capaz de mobilizar a audiência em torno de uma narrativa de segurança pública cidadã e democrática - e mais dicas de cobertura:

1. Um primeiro passo, nesse sentido, é **agregar informação e conhecimento à denúncia**. Tão importante quanto dizer que algo está errado é fazer com que as pessoas que leem e assistem aos produtos jornalísticos **entendam** o porquê daquilo ser errado. Sempre que possível, leve para o seu texto fundamentos descritos em leis, decretos, regulamentos oficiais sobre o papel de atuação daquele órgão.
2. Mais importante do que saber o que cada agente de segurança faz, **é fundamental saber o que não compete a ele fazer**. E isso **precisa ser compartilhado** com o seu público. A exposição de uma pessoa detida, muito comum em canais sensacionalistas ou perfis de redes sociais, por exemplo, é uma violação de direitos que hoje consideramos normal. Reportagens podem ajudar a expor a ilegalidade de ações como essas, principalmente quando perpetradas por agentes públicos ou pessoas com mandato parlamentar.
3. Leia e informe-se bem sobre a área de segurança. É seu dever **traduzir as ações de segurança pública para a realidade da sua audiência**. Muitas políticas são implementadas sem documentação oficial, metodologia e objetivos, por exemplo. Jornalistas

devem questionar: qual é o impacto de um projeto de lei na área de segurança pública e em outras áreas? A contratação de serviços de reconhecimento facial para combate ao crime é uma violação de direito? Quem gerencia os programas de segurança dos governos e qual é o seu objetivo? Quais são as boas práticas que devem ser continuadas (como o Sou da Paz tem defendido a respeito das câmeras em uniformes de policiais)?



É preciso saber humanizar a narrativa. É interessante que você traga fontes que estudam aqueles números, ou personagens que sejam vítimas desses números. É preciso que o jornalista tenha sensibilidade para cobrir segurança pública e, ao mesmo tempo, senso crítico para confrontar o que os governos dizem que estão fazendo, mas não estão fazendo.

FÁBIO LEON,
jornalista independente e
coordenador de comunicação no
Fórum Grita Baixada



4. Transforme uma informação isolada em conhecimento.

Uma postagem da Associação Oficial de Praças do Ceará no Instagram (@aspraceoficial) feita em 1º de junho de 2021 sobre a morte do coronel da Polícia Militar Carestiato em decorrência da Covid-19 baseou um estudo no blog Escrivanhina, do Ceará. Este estudo denunciou a subnotificação dos dados oficiais que a Secretaria de Segurança Pública do estado divulgava na imprensa sobre mortes de policiais causadas pela doença. Ao contabilizar quantas postagens de notas de pesar com menção à Covid-19 foram feitas no perfil da associação, os jornalistas se depararam com um número três vezes maior do que o divulgado pelas fontes oficiais aos jornais tradicionais. Enquanto no Monitor da Violência (que baseia-se em estatísticas oficiais) o número de policiais mortos por Covid no Ceará era 18, só nas menções da associação somavam-se 50. Os dados baseiam uma publicação do blog “Divergência nos dados dificulta registro de mortes de policiais militares no Ceará”¹⁸.

¹⁸ BORGES, Dayane e MOURA, Ricardo. Número de policiais militares mortos por Covid-19 no Ceará chega a 42. Disponível em: <https://escrivaninha.blog/2021/05/06/divergencia-nos-dados-dificulta-registro-de-mortes-de-policiais-militares-no-ceara/>

5. Não existe clínico geral em segurança pública. Muitas vezes os jornais procuram especialistas de grandes instituições para opinar sobre assuntos diversos da segurança pública, ainda que muitas vezes aquele tema não tenha relação direta com a atuação do entrevistado. No entanto, **o mais rico para a matéria é ouvir quem pode analisar de maneira mais aprofundada o assunto.** Entrevistar um estudante de graduação ou mestrado que realizou determinada pesquisa in loco é muito melhor do que entrevistar um professor de uma universidade renomada, mas que não tem acesso ou conhecimento mais profundo sobre determinado tema. Lembre-se que **o importante é a informação**, ela deve ter a maior qualidade no conteúdo que você está produzindo.

6. Inclua organizações e movimentos sociais de base locais, ainda que a cobertura seja de repercussão nacional. Ainda que você precise da análise de uma organização especializada no tema mais conhecida nacionalmente, busque incluir também a análise de organizações locais que lidam com segurança pública, seja da sociedade civil ou de grupos de pesquisa de universidades locais. É comum que o Instituto Sou da Paz receba e atenda pedidos de entrevista para comentar fatos que aconteceram no Nordeste, por exemplo, quando na região existe o Gajop (Gabinete Assessoria Jurídica Organizações Populares), que tam-

bém se dedica a analisar a segurança pública, o Instituto Fogo Cruzado, com atuação na Bahia, e o LEV (Laboratório de Estudo da Violência), da Universidade Federal do Ceará. Falaremos das organizações regionais mais adiante.

7. Evite generalizações. Todos nós carregamos vieses, porque vemos o mundo a partir das nossas próprias experiências de vida. E não é incomum transferirmos essas perspectivas de mundo para nossas apurações. É necessário, no entanto, fazermos um **esforço para evitarmos preconceitos e discursos baseados apenas no senso comum e em opiniões enviesadas.**

8. Inclua informações de prestação de serviços. É muito importante referenciar quais organizações podem ser acionadas de acordo com o tipo de crime que está sendo noticiado. Para denunciar casos de violência contra a mulher, maus-tratos ou informações sobre pessoas procuradas pela polícia ou qualquer outra denúncia anônima, por exemplo, indique o Disque-Denúncia (181). Sobre abordagens policiais violentas, abuso de poder ou corrupção, o caminho pode ser a corregedoria (da Polícia Civil ou Militar) ou o Ministério Público Estadual. Referenciar a Defensoria Pública do estado também pode ser importante, já que o objetivo desse serviço é prestar atendimento jurídico gratuito para quem não tem condições financeiras de contratar um advogado.

9. Evite considerar as fontes oficiais como única ou principal fonte e diversifique as vozes. Segurança pública é um tema complexo, que impacta de maneira desigual o conjunto da sociedade. E parte da população desconhece o cotidiano de conflitos violentos que

todos os dias acontecem nas grandes metrópoles e que acometem milhares de moradores. Diversificar fontes, ouvir vários lados e sempre trazer histórias de quem é afetado pelo que é revelado em levantamentos de dados pode ajudar, e muito, a transformar esse cenário.

7.1 - Para inspirar: iniciativas de comunicação e jornalismo com dados sobre segurança

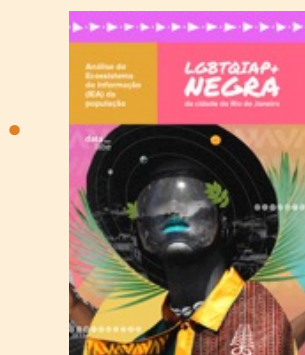
Analisar cuidadosamente os dados públicos já disponíveis, solicitar ou gerar dados que ainda não foram divulgados e trazer contexto para as informações foram etapas seguidas por todos os grandes trabalhos criados pela imprensa e projetos independentes de jornalismo a partir de dados de segurança pública no Brasil. Abaixo destacamos algumas iniciativas notáveis de investigações, projetos ou ferramentas desenvolvidas nos últimos anos que podem inspirar você. É possível consultar a metodologia de alguns desses trabalhos e até mesmo obter modelos para replicar o conteúdo em escala local:

- **data_labe** é um laboratório que promove a democratização do conhecimento por meio da geração, análise e divulgação de dados com foco em raça, gênero e território a partir do Complexo da Maré. A organização produz relatórios sob a ótica de diferentes problemáticas sociais, entre elas a segurança pública.



Na série **“Por que eu?”** o objetivo é contribuir para dar maior visibilidade aos problemas legais que cercam as abordagens policiais no Brasil e ao enfrentamento das discriminações que têm produzido distorções no cumprimento das atribuições das polícias, reconhecendo a complexidade que cerca as abordagens policiais e os desafios da produção de diagnósticos a respeito da discriminação racial e de gênero, dadas as maneiras por trás das quais o racismo se manifesta ou se oculta na sociedade brasileira. É possível acessar o formulário da pesquisa, os dados coletados, metodologias e a análise.

Acesse em: datalabe.org/relatorio-por-que-eu/.



Outro trabalho de destaque do data_labe é o **Análise do Ecosistema de Informação (IEA) sobre população negra LGBTQIAP+**, que mostra que 8 a cada 10 pessoas negras e LGBTQIAP+ já foram vítimas de discurso de ódio na internet. Acesse em: datalabe.org/iea_negres_lgbtqiap/.



- Vencedor em 2019 do Prêmio Cláudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados, na categoria “investigação guiada por dados”, e do Data Journalism Awards, na categoria “escolha do público” no mesmo ano, o **Monitor da Violência** é um projeto do **G1 - Portal de Notícias da Globo** em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O estudo traz indicadores e análises mensais de homicídios por estado brasileiro, além de desdobramentos por raça, gênero e andamento das investigações deste tipo de crime no Brasil. Acesse em: g1.globo.com/monitor-da-violencia/.



- **Revista AZmina**. Com uma editoria dedicada à violência contra a mulher, a iniciativa produz séries de reportagens, investigações e relatórios guiados por dados sobre o tema. O destaque é para a série “Um vírus e duas guerras”, que se propôs a investigar os impactos da pandemia nos casos de violência doméstica no país. Ao fim da série, a iniciativa publicou um relatório relatando as dificuldades encontradas durante a apuração dos dados sobre violência contra a mulher nos estados e sugerindo melhorias na coleta e divulgação das informações. Acesse em: azmina.com.br/editoria/violencia/.

- **Gênero e Número** é uma associação que produz e distribui jornalismo e informação orientados por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade. Acesse em: generonumero.media/.



- **Cova Medida** é uma série de reportagens especiais produzidas pelo **Repórter Brasil** que conta a história de trabalhadores sem-terra, indígenas e ambientalistas silenciados pela violência e pela impunidade em conflitos de terra no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro. Acesse em: reporterbrasil.org.br/covamedida/.

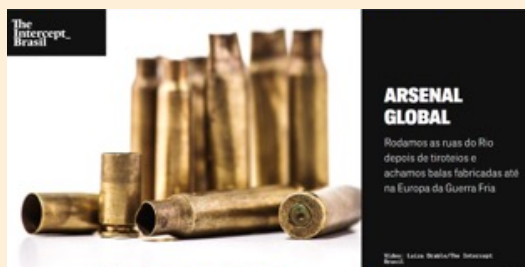


- **Mapa dos Conflitos** é um projeto da **Agência Pública de Jornalismo Investigativo** em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, por meio de análise inédita de dados, investiga as ocorrências de conflitos no campo na Amazônia Legal na última década (2011-2020). Traz dados sobre internações por agressões e mortos. Acesse em: mapadosconflitos.apublica.org.

- **Rota+Segura** Ferramenta que permite traçar os trajetos com menos casos de roubo de veículos na cidade de São Paulo. O acesso é restrito para assinantes. Acesse em: estadao.com.br/sao-paulo/rota-segura-ferramenta-permite-tracar-os-trajetos-com-menos-roubos-de-veiculos/.
- **A Cor da Dor** é um levantamento de dados exclusivo. A Central de Jornalismo de Dados do O POVO - DATADOC mostra como o Ceará ignora a raça das mulheres vítimas de violência doméstica, comprometendo políticas públicas. O acesso é restrito para assinantes. Acesse em: mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/violencia-contra-mulher-dados.
- **O Lucrativo Exército de Segurança Privada Comandada por Militares, Milicianos e Amigos de Eduardo Cunha no Rio** é um levantamento inédito do The Intercept Brasil que mostra que 25% das empresas de segurança e vigilância do Rio pertencem a agentes de segurança – quase metade na ativa. Acesse em: intercept.com.br/2018/07/16/o-lucrativo-exercito-de-seguranca-privada-comandado-por-militares-milicianos-e-amigos-de-eduardo-cunha-no-rio/.



- **Uma por Uma** é uma série de reportagens publicada no Jornal do Comércio, de Pernambuco, com apoio do Instituto Maria da Penha, que se dispõe a contar a história de cada uma das 84 mulheres vítimas de feminicídio em Pernambuco em 2018. Acesse em: ne10.uol.com.br/umaporuma.



- Na reportagem **Arsenal Global**, publicada no The Intercept, Cecília Oliveira e Leandro Demori coletaram, ao longo de 100 dias, 137 cápsulas em 27 bairros do Rio de Janeiro para entender a origem das balas disparadas pela cidade. Conheça: intercept.com.br/2019/12/16/rio-municoes-balas-eua-bosnia-russia-guerra-fria/.

- **Prêmio Cláudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados.** Realizado desde 2019 pela Escola de Dados, é o primeiro prêmio brasileiro dedicado a publicações jornalísticas baseadas em dados. Vale visitar todas as edições e consultar a galeria de projetos inscritos e vencedores para ter boas inspirações de pautas na área de segurança pública que concorreram e ganharam o prêmio. Acesse em premio.jornalismodedados.org/.
- **Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.** O maior e mais respeitado prêmio de jornalismo do país também disponibiliza uma galeria com trabalhos jornalísticos inscritos e vencedores. É possível filtrar a busca por temas e por categorias, que, além das tradicionais, incluem artes, fotografias, programas de rádio e livro-reportagem. Acesse em: premiovladimirherzog.org/.

7.2 - Para aprofundar análises, encontrar histórias e amplificar vozes

Instituições governamentais são as principais fontes de dados sobre segurança pública, como vimos ao longo do Guia, seja por meio da publicação por iniciativa própria, seja porque são obrigadas a respeitar a Lei de Acesso à Informação. Mas, para além do grande volume possível de levantamentos de dados, a contextualização e a produção de informação e análises capazes de preencher lacunas não respondidas pelas fontes oficiais é o que tem trazido maior profundidade nas discussões sobre o tema no país. Também sabemos que os dados provenientes de governos ou serviços públicos estão sujeitos a subnotificações e agendas políticas específicas, cuja produção e disponibilidade podem avançar ou recuar, dependendo do contexto.

Desta forma, universidades, organizações não governamentais, associações, centros de pesquisas, iniciativas jornalísticas e outros arranjos independentes possuem um papel fundamental no aprimoramento dessas discussões.

Por isso, elencamos algumas organizações que estão produzindo conhecimento a partir de dados de segurança no Brasil - seja na análise de correlações dos casos com fenômenos socioeconômicos e étnicos, ou coletando e disponibilizando bases de dados inéditas.

Várias foram citadas no **Guia de Fontes do Fundo Brasil de Direitos Humanos**, importante iniciativa que reúne informações sobre o trabalho realizado por grupos de defesa dos direitos humanos atuantes em todo o país e informações sobre como contatá-los (acesse em: brasildedireitos.org.br/atualidades/guia-de-fontes). Nele, também é possível encontrar fontes especializadas no debate de segurança pública que, assim como o **Instituto Sou da Paz** e o **Instituto Fogo Cruzado**, podem conceder entrevistas sobre os diversos assuntos que perpassam a cobertura de segurança, como controle de armas, violência institucional, política de drogas e violência de gênero, entre outros. Além da leitura sobre o cenário atual, essas iniciativas podem ser preciosas fontes para reportagens, uma vez que procuram se especializar e se aprofundar em temas específicos dentro das possibilidades disponíveis na área.

Várias das organizações listadas atuam junto a familiares de vítimas amplificando, dessa forma, as vozes de quem transforma a violação de direitos na segurança em luta.

Elencamos aqui algumas organizações e iniciativas de destaque para você consultar. Vale destacar que várias delas possuem atuação em mais de um ou vários temas da segurança pública, mas destacamos a seguir a partir de sua atuação principal:



REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS (VÁRIOS TEMAS DA SEGURANÇA PÚBLICA)

Fórum Grita Baixada: Rede de organizações e pessoas articuladas em prol de iniciativas voltadas aos direitos humanos, à justiça e a uma política de segurança pública cidadã para a Baixada Fluminense (RJ). Conheça: forumgritabaixada.org.br.

Redes da Maré: Organização localizada na comunidade da Maré, no Rio de Janeiro, que trabalha para promover o desenvolvimento social, cultural e econômico da região por meio de projetos e ações voltadas para educação, cultura, segurança e cidadania. Conheça: redesdamare.org.br/.

Rede Observatórios de Segurança: A Rede de Observatórios da Segurança é uma iniciativa de instituições acadêmicas e da sociedade civil da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo dedicada a acompanhar políticas públicas de segurança, fenômenos de violência e criminalidade nesses estados. Conheça: observatorioseguranca.com.br/.

Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI): Programa da Secretaria da Justiça e Cidadania de São Paulo, oferece atendimento público e gratuito às vítimas e seus familiares que lidam com o trauma de situações de violência de crime contra a vida (homicídio, feminicídio e latrocínio). Conheça: bit.ly/sobreoCRAVI.



MOVIMENTO NEGRO

Criola: Organização voltada para a promoção e defesa dos direitos das mulheres negras, combatendo o racismo, o sexismo e outras formas de discriminação. Realiza projetos, campanhas e ações que visam fortalecer a identidade e autonomia das mulheres negras, além de buscar a equidade de gênero e raça. Conheça em: criola.org.br/.

Geledés: Organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e pessoas negras por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira. Conheça em: geledes.org.br/.

Coalização Negra Por Direitos: Articulação de organizações, iniciativas, entidades, coletivos e movimentos negros na luta por direitos humanos, civis e enfrentamento do racismo. Acesse em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br>.

Instituto Odara: Organização negra feminista, centrada no legado africano, sediada em Salvador, na Bahia. O Instituto surgiu em 2010 com o compromisso de atuar pelo fortalecimento da autonomia e garantia de direitos das mulheres negras e pelo enfrentamento às violências raciais e de gênero. Conheça em: institutoodara.org.br/.

Anistia Internacional: Presente em mais de países, é um movimento global com mais de 10 milhões de pessoas que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos. Conheça em: anistia.org.br/.

Coletivos negros regionais: Além dos coletivos listados anteriormente, existem vários movimentos negros atuando em diferentes regiões do país e também territorialmente. Você pode pesquisar coletivos negros específicos em sua localidade para obter mais informações.



MOVIMENTO LGBTQIA+

Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTQIA+: Organização não governamental pautada pela promoção da cidadania, direitos humanos e melhoria da qualidade de vida das populações lésbicas, gays, bissexuais, travestis, de mulheres transexuais, homens trans e pessoas intersexo. Conheça em: arco-iris.org.br/.

CasaNem (RJ): Sediada no Rio de Janeiro, é uma casa de acolhimento LGBTIA+ que promove inclusão e oportunidades de trabalho por meio de oficinas. Conheça em: [facebook.com/casanemriodejaneiro](https://www.facebook.com/casanemriodejaneiro).

Casa 1 (SP): Projeto fundado e mantido pela sociedade civil, é uma república de acolhida, centro cultural e clínica social para a comunidade LGBTQIAPN+ localizada em São Paulo. Conheça em: casaum.org/.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais: Rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de pessoas travestis e transexuais. Produz estudos sobre mortalidade da comunidade travesti e trans no país. Conheça em: antrabrasil.org/.

Grupo Gay da Bahia (GGB): Fundado em 1980 por Luiz Mott, o GGB é uma organização não governamental que atua em prol da defesa e dos direitos humanos da população homossexual do Brasil. Acesse em: <https://www.instagram.com/grupogaydabahia/>



MULHERES

Instituto Patrícia Galvão: É uma organização social sem fins lucrativos que produz e divulga estudos e dados sobre violações de direitos da mulher. Conheça em: agencia-patriciagalvao.org.br/.

Instituto Maria da Penha: Desenvolve diversos projetos que buscam gerar a reflexão e promover mudanças nas atitudes dos cidadãos no que diz respeito à violência doméstica praticada contra mulheres. Conheça em: institutomariadapenha.org.br/.

Casa da Mulher Brasileira: É um dos eixos do programa Mulher, Viver sem Violência, do governo federal. Propõe-se a ser um espaço integrado de apoio jurídico, psicológico, de saúde e social a mulheres e filhos vítimas de violência doméstica. Não há um link oficial unificado, pois existem várias unidades atuando em diferentes regiões do país.

Mapa do Acolhimento: Uma iniciativa da ONG Nossas, o site dispõe de serviço de acolhimento a mulheres cis e trans residentes no Brasil, maiores de 18 anos, que não podem arcar financeiramente com o atendimento psicológico ou jurídico necessário. Conheça em: mapadoacolhimento.org/.

SOS Mulher e Família: É focado no apoio à mulher em situação de vulnerabilidade e tem como base três pilares: segurança, saúde e independência financeira. A plataforma é uma ampliação do projeto que foi iniciado em março de 2019 pelo Governo do Estado de São Paulo. Conheça em: sosmulher.sp.gov.br.

Movimento de mulheres do campo e da cidade (PA): Organização que surgiu no período da ditadura militar com suas primeiras expressões de articulação de mulheres da área rural e urbana. Trabalha com diferentes temáticas sociais. Acesse em: mmcc.org.br/.



CONTROLE DE ARMAS

Instituto Fogo Cruzado: Organização parceira do Instituto Sou da Paz neste Guia, estruturada para cobrir uma lacuna identificada pela jornalista Cecília Oliveira, a Fogo Cruzado é uma organização da sociedade civil que produz dados sobre a violência armada de forma ativa e colaborativa e informa às populações do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Além disso, também oferece cursos de jornalismo e formação para ativistas e comunicadores de temas relacionados à violência armada. Acesse em: fogocruzado.org.br.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Citada no capítulo 1, é responsável pelo Anuário Brasileiro da Segurança Pública, importante publicação para a formulação de políticas de segurança e para a cobertura jornalística. É uma instituição que produz dados, estatísticas e análises sobre as múltiplas facetas do fenômeno da violência no Brasil e é formada por pesquisadores, sociedade civil, policiais e outros operadores da segurança pública e gestores públicos. Conheça em: forumseguranca.org.br

Instituto Igarapé: Organização independente que desenvolve pesquisas, parcerias e soluções baseadas em dados para impactar políticas e práticas públicas e corporativas para a superação dos principais desafios globais nas áreas de segurança pública, climática e digital. Conheça em: igarape.org.br/. Criaram o ranking de transparência de dados sobre armas de fogo nos estados: quearmaeessa.igarape.org.br/.

Conhecido pela sua forte atuação no controle responsável de armas de fogo, o **Instituto Sou da Paz** busca desenvolver ações eficazes para reduzir a violência no Brasil e produz pesquisas aplicadas para identificar dinâmicas criminais. A partir dos diagnósticos gerados, faz incidência para promover mudanças em políticas públicas de segurança. Entre as principais pesquisas atuais da organização, estão o estudo sobre esclarecimento de homicídios “Onde Mora a Impunidade”, citado no capítulo 1, e as pesquisas focadas em analisar o impacto da arma de fogo considerando gênero e raça e no sistema de saúde. É a única organização que analisa o perfil das armas retiradas do crime, pesquisas que evidenciam as transferências entre mercado legal e ilegal de armas.

O Papel da Arma de Fogo na Violência contra a Mulher

Acesse: soudapaz.org/armasmulheres2022.

O Papel da Arma de Fogo na Desigualdade Racial

Acesse: soudapaz.org/armasraça2022.

Custos da Violência Armada: Estimação e análise dos gastos com vítimas de armas de fogo atendidas na rede hospitalar do SUS

Acesse: soudapaz.org/armascusto2022.

Além do controle responsável de armas de fogo e políticas de redução de homicídios, a organização também monitora e analisa dados criminais no estado de SP, por meio do boletim SDP Analisa, que destaca as variações de homicídios, roubos, estupros, feminicídios e outros índices estaduais. Também analisa e produz conhecimento em temas como: atuação policial, gestão da segurança pública, violência contra a mulher, sistema carcerário e sistema socioeducativo.

Acesse: soudapaz.org.



SISTEMA PENITENCIÁRIO

Frente do Desencarceramento: Organização de grupos, coletivos e indivíduos que militam no enfrentamento ao encarceramento e na defesa dos direitos humanos. Conheça em: desencarceramento.org.br/.

Pastoral Carcerária: Ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Pastoral luta pelo direito à dignidade de pessoas privadas de liberdade, assim como o direito à liberdade religiosa. Produz relatórios sobre condições dos presídios no país e dados sobre denúncias de violações aos direitos humanos. Conheça em: carceraria.org.br/.

Associação de amigos e familiares de presos (Amparar): Organização de defesa intransigente dos direitos humanos de adolescentes e adultos encarcerados e egressos do sistema penal e de seus familiares e de articulação destes enquanto grupo de solidariedade e de referência ao exercício da cidadania. Conheça em: [instagram.com/amparar.assoc/](https://www.instagram.com/amparar.assoc/).

Resposta: Organização sem fins lucrativos cujo objetivo é inserir, manter e melhorar o processo de contratação de pessoas egressas do sistema prisional. Conheça em: resposta.pro/.

Rede Justiça Criminal: Resultado da união de nove organizações que trabalham para reverter a lógica do encarceramento em massa, a organização contribui para a qualificação do debate público e incide na tomada de decisões políticas para assegurar a existência de um sistema de justiça criminal que não viole os direitos e garantias dos cidadãos brasileiros. Conheça: redejusticacriminal.org/.

Justa: Projeto de pesquisa que se propõe a facilitar o entendimento e a visualização de dados do financiamento e da gestão do Sistema de Justiça de maneira acessível e inovadora. Acesse em: justa.org.br/o-justa/.

Instituto de Estudos da Religião (ISER): Organização laica, produz estudos, pesquisas e ações de intervenção sociais em duas frentes: Religião e Espaço Público, Direitos e Sistema de Justiça. Conheça: iser.org.br/.



CONFLITOS TERRITORIAIS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Conselho Indigenista Missionário: Organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que atua na defesa e articulação de povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça. Conheça em: cimi.org.br/.

Comissão Pastoral da Terra: Fundada em plena ditadura militar como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, é uma organização ligada à CNBB que produz dados sobre conflitos no campo. Conheça em: cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico.

Articulação dos Povos Indígenas (Apib): Criada pelo movimento indígena, é a mobilização nacional, realizada anualmente desde 2004, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações. Centraliza iniciativas de todas as regiões do país e produz o Observatório da Justiça Criminal e Povos Indígenas. Conheça em: apiboficial.org/.



VIOLÊNCIA DE ESTADO

Coletivo Mães de Maio (SP): Formado a partir dos chamados Crimes de Maio, de 2006, o grupo tem como missão lutar pela memória e por justiça para todas as vítimas da violência discriminatória, institucional e policial contra a população pobre, negra e os movimentos sociais brasileiros. Conheça em: fundobrasil.org.br/.

Rede Nenhuma Vida a Menos (PR): Movimento fundado na cidade de Curitiba em 2019 que se organiza na luta contra a violência policial, as violações de direitos e os crescentes ataques das forças de segurança do Estado à população pobre que atinge especialmente jovens negros e periféricos. Conheça em: instagram.com/redenenhumavidaamenos/.

Observatório Estadual da População em Situação de Rua (PR): Criado a partir de denúncias de violências contra a população de rua, é um espaço de estudo, pesquisa e incidência política que pretende produzir dados sobre as violações sofridas por essa população. Conheça em: observatoriopopruapr.org/.

Ideas Assessoria Popular (BA): Organização da sociedade civil que promove assessoria popular para pessoas de territórios negros e às suas organizações, sejam grupos, coletivos, associações ou movimentos sociais. Produz o Banco de Dados Sobre Letalidade Policial, a partir de casos noticiados na imprensa, com o objetivo de preencher a lacuna da falta de dados disponíveis pelo governo da Bahia. Conheça em: ideasap.org.br/publicacoes



POLÍTICA DE DROGAS

Plataforma Brasileira de Política de Drogas: Rede nacional com mais de 50 organizações que busca debater e promover políticas de drogas fundamentadas na garantia dos direitos humanos e em evidências científicas, na redução dos danos produzidos pelo uso problemático de drogas e pela violência associada à ilegalidade de sua circulação, bem como na promoção da educação e da saúde pública.

Iniciativa Negra por Uma Nova Política de Drogas: Organização da sociedade civil que atua, desde 2015, pela construção de uma agenda de justiça racial e econômica promovendo ações de *advocacy* em direitos humanos e propondo reformas na atual política de combate às drogas. Conheça em: <https://iniciativanegra.org.br/>.

DICA

Centros de pesquisas e universidades produzem um material muito rico de análise em segurança pública. Se você não sabe por onde começar ou qual tema quer procurar, um caminho pode ser uma pesquisa no Google Acadêmico. A plataforma permite buscar por palavras-chave ("crime" + "local", por exemplo) e traz resultados de estudos publicados e disponíveis em repositórios gratuitos. Além disso, é possível guardar os resultados mais satisfatórios na sua própria biblioteca, criar um alerta para receber e-mails automáticos de publicações a partir de um tema e fazer outros filtros de pesquisa, como data de publicação e idioma.

Acesse em: scholar.google.com.br

Centros, grupos e organizações que se dedicam a estudar a segurança pública com um olhar prioritário sobre as cinco regiões

Muitos estados possuem universidades com tradicionais centros de pesquisa acadêmica na área das ciências sociais dedicados especificamente aos estudos da segurança pública e violência. Isso não significa que as pesquisas acadêmicas sejam desenvolvidas somente no interior destes grupos: muitas vezes outras instituições ou áreas de pesquisa (como a psicologia, pedagogia ou mesmo saúde pública) produzem estudos muito relevantes sobre as causas da violência, seus efeitos e dinâmicas nos territórios. Estas pesquisas podem utilizar tanto dados oficiais, levantar seus próprios dados (por meio de entrevistas, questionários etc.), outras fontes (jornais, documentos) ou uma mescla de dados de diversas fontes.

SUDESTE

Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP)

Sediado em São Paulo e vinculado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), desenvolve, há mais de 35 anos, pesquisas interdisciplinares relacionadas à violência, democracia e direitos humanos. Acesse em: nev.prp.usp.br/.

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

O CRISP é vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pelo Departamento de Sociologia e atua com criminalidade, violência e segurança pública desde 1980. Acesse em: crisp.ufmg.br/index.html.

Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU)

O NECVU, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como o próprio nome diz, se debruça sobre os temas de violência urbana, políticas públicas e ações práticas de segurança desde 1999. Acesse em: necvu.com.br/.

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

O CESeC é um notável núcleo de estudos fundado em 2000 vinculado à Universidade Candido Mendes à época, que vem realizando estudos e debates acurados sobre os diferentes temas que giram em torno da segurança: criminalidade, violência, polícia, justiça, drogas, prisões e sistema socioeducativo. Acesse em: cesecseguranca.com.br/.

NORDESTE

Laboratório de Estudos da Violência (LEV)

O LEV é um núcleo de pesquisa, atrelado à Universidade Federal do Ceará (UFC), no Departamento de Ciências Sociais, que desde 1994 atua como um centro de estudos sobre violência, crimes, segurança pública e justiça. Acesse em: <https://lev.ufc.br/>.

Laboratório de Estudos sobre Crime e Sociedade (LASSOS)

O LASSOS é uma rede de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que atua com temáticas de crime e sociedade, vitimização, estudos prisionais, controle social, policiamento e segurança. Acesse em: <https://www.las-sos.ffch.ufba.br/>

Pernambuco

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)

O GAJOP é uma organização da sociedade civil que, além de prestar assessoria jurídica para pessoas e grupos socialmente vulneráveis, desde 1981, atua com temáticas de educação em direitos humanos, controle social e monitoramento de políticas públicas. Acesse em: <https://gajop.org/>.

Ceará

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA)

Atrelado ao governo estadual do Ceará, o CCPHA atua desde 2016 com temáticas relacionadas à morte de adolescentes e redução da letalidade da juventude. Acesse em: <https://cadavidaimporta.com.br/>.

Paraíba

Observatório do Feminicídio da Paraíba

Estruturado pelo Conselho Universitário da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), o Observatório do Feminicídio é um espaço acadêmico de reflexão e ações interdisciplinares que articula o enfrentamento ao feminicídio com ações educativas buscando promover o empoderamento feminino e o fortalecimento de políticas públicas. Acesse em: <https://observatoriodofeminicidio.uepb.edu.br/>.

Rio Grande do Norte

Óbvio - Rede e Instituto Observatório da Violência

Vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Óbvio trata de temas relacionados ao enfrentamento de violências e violência institucional. Acesse em: <https://www.facebook.com/ObvioRN/>.

NORDESTE

Maranhão

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

A SMDDH é uma entidade da sociedade civil de natureza pública, de atuação direcionada às políticas de segurança pública e justiça, visando à garantia de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das pessoas tanto da zona urbana quanto da zona rural. Acesse: <http://smdh.org.br/>.

CENTRO-OESTE

Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (NEVIS)

O NEVIS, vinculado à Universidade de Brasília (UnB), busca a compreensão e controle das diversas formas de violência, da insegurança relacionada às instituições públicas, da violência interpessoal e demais situações concretas que produzem insegurança. Acesse em: <http://nevis.unb.br/>.

NORTE

Não foram mapeados grupos de pesquisa de universidades sobre segurança pública específicos da região Norte, mas na região atuam organizações já citadas acima: Rede de Observatórios de Segurança, que possui atuação no Pará; Movimento de mulheres do campo e da cidade (Belém) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

SUL

Grupo Violência e Saúde

O grupo de Violência e Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estuda temas acerca da violência na comunidade científica, buscando constante melhoria nos serviços de saúde e na prevenção. Acesse em: violenciaesaude.ufsc.br/.

SUL**Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança (LEGS)**

Vinculado à Universidade Estadual de Londrina (UEL), o LEGS se dedica a estudos relacionados à privatização e pluralização da segurança, privatização da guerra, justiça criminal, prisões, desvio e crime e controle social, entre outros temas. Acesse em: uel.br/laboratorios/legs/.

Instituto Cidade Segura (ICS)

O ICS é uma organização da sociedade civil que atua com temáticas relacionadas à segurança pública e prevenção da violência. Acesse em: institutocidade-segura.com.br/.



É importante conversar com as pessoas sobre os fenômenos de destaque em pesquisas e índices criminais e estar aberto para articular outros olhares sobre os dados para que eles apresentem um novo entendimento. Há muitos profissionais de segurança que estão na academia fazendo mestrado e doutorado. Em geral, são pessoas questionadoras e com perspectivas interessantes e sugestões de melhoria que seus comandos não veem. Para isso, é importante construir relações e interações face a face.

RICARDO MOURA

jornalista, pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), articulador regional da Rede de Observatórios da Segurança e editor do escrivantina.blog

7.3 Produções jornalísticas locais para inspirar

Segundo o Atlas da Notícia¹⁹, 47% dos municípios brasileiros possuem pelo menos um veículo de jornalismo em funcionamento. Essa cobertura pode impactar 182 milhões de pessoas, segundo o estudo. Em muitos municípios, comunicadores locais assumem voluntariamente, e mesmo sem grande estrutura, o papel de produtores de informações de interesse público em suas comunidades e bairros.

Com o objetivo de proporcionar a mesma capacidade técnica e analítica a jornalistas

e comunicadores que não pertencem a grandes grupos de mídia, o Instituto Sou da Paz realizou ciclos de formação para jornalistas no “Programa de Jornalismo de Dados e Segurança Pública” em todas as regiões do país. Participaram do programa 89 comunicadores, nos ciclos realizados entre 2021 e 2022 com foco nas cinco regiões do país.

A seguir você confere as produções jornalísticas publicadas por participantes das oficinas.

CENTRO-OESTE

Autoria	Veículo	UF	Tema	Principal forma de acesso ao dado	Principais fontes	Acesse a reportagem
Keyla Reis de Oliveira	Portal Pelo Mundo DF	DF	Violência contra a mulher	LAI	Polícia Civil do Distrito Federal	Com população jovem, Sol Nascente registra alta nas ocorrências por violência doméstica no pico da pandemia
Yolanda da Silva Pires	Agência Pública	DF	Controle de armas	Dado aberto		Armamentistas incentivam aumento das armas de fogo e clubes de tiro no campo
Michael Esquer	Olhar Direto	MT	Homicídios	LAI	Secretaria de Estado de Seg. Pública (Sesp - MT)	MT não informou a raça de dois terços dos assassinatos registrados em 2021
Carla Gavilan Carvalho Nantes	Cufa MS - Central única das favelas	MS	Violência contra a mulher	LAI	Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (Sejusp)	Mulheres da periferia são as que mais sofrem violência doméstica

¹⁹ Levantamento Atlas V 5.0 (2022) - Acesse em: https://docs.google.com/presentation/d/e/2PACX-1vR-f5lMNo-MDPTZtQGLe-mienJCFfkAxmqrRuL6lpq5o_g6vE9WnMuEu94wn0DeDspft7BGQNPxlvToC/pub?start=false&loop=false&delayms=3000&ref=atlas.jor.br&slide=id.p15

NORDESTE

Autoria	Veículo	UF	Tema	Principal forma de acesso ao dado	Principais fontes	Acesse a reportagem
Maria Luíza Rodrigues Ávila	Agência Tatu	AL	Violência contra a mulher	Dado aberto	SSP/AL	72% das mulheres vítimas de assassinato em Alagoas são negras
Lucilene Conceição Alves Ferreira	Alma Preta Jornalismo	PE	Vítimas de atropelamentos	Dado aberto	Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU)	Com sequelas irreversíveis, pedestres são as principais vítimas de acidentes provocados por ônibus
Jussara Aparecida	ANF - Agência de Notícias das Favelas	BA	Crianças desaparecidas	LAI	SSP/BA	Todo segundo é crucial na busca por desaparecimento de crianças e adolescentes
Priscila Cardoso	ANF - Agência de Notícias das Favelas	PB	Violência de gênero (LGBTQIA+)	LAI	SESDS/PA	Brasil é o país que mais mata pessoas da comunidade LGBTQIA+ no mundo
Dayanne Lopes Borges	Blog Escrivanhina	CE	Letalidade policial	LAI	SSPDS/CE	Série "Números da letalidade policial em Fortaleza"
Dyego Duarte Rocha Jean James de Albuquerque Gomes	Coletivo O Que Os Olhos Não Veem	AL	Política de drogas/encarceramento	LAI	ASSTEAC/AL	Negros presos com drogas são mais enquadrados por tráfico do que brancos em Alagoas
Aldenora Cavalcante	Malamanhadas Podcast	PI	Violência contra a mulher	LAI	SSP/PI	Violência contra a mulher no Piauí
Maria Carolina Santos	Marco Zero Conteúdo	PE	Política de armas	LAI	Comissão de Controle Urbanístico da Prefeitura do Recife (CCU)	Sob pressão do lobby da bala prefeitura aprova lojas de armas até na vizinhança de escolas

NORTE

Autoria	Veículo	UF	Tema	Principal forma de acesso ao dado	Principais fontes	Acesse a reportagem
Cássio Renan Barata Miranda	TV Periferia em Foco (PA)	PA	Homicídios	LAI	Sistema de Informação de Seg. Pública - (SISP - PA); Exército	No Pará, 79% dos homicídios entre 2021 a 2022 foram por arma de fogo
Waleson Matheus Mourão de Abreu	TV Norte Tocantins	TO	Controle de armas	Dado aberto	Polícia Federal e Exército	Armas no Tocantins: pedidos de porte crescem e processos de homicídios formam extensa fila no Judiciário
Jéssica Sá	Jornal do Tocantins	TO	Violência contra a mulher	Dado aberto	Tribunal de Justiça e SSP-TO	A cada sete medidas protetivas concedidas uma é descumprida e total passa de 300 até julho
Bernardo Lemos e Fialho	De Olho nos Ruralistas	AM	Violência no campo	LAI	Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar de Roraima	Em RR, fazendeiro cobra “pedágio” da equipe da Funai durante a pandemia
Gabriel Veras	Manaus 360	AM	Controle de armas	LAI	Polícia Federal	Deputados aprovam venda de armamento a policiais do Amazonas

SUDESTE

Autoria	Veículo	UF	Tema	Principal forma de acesso ao dado	Principais fontes	Acesse a reportagem
Aluizio Marino Gabriel Feitosa Karoline Aparecida	Jornal Heliópolis e Região	SP	Letalidade policial	Dado aberto	SSP/SP	Ação midiática taxa Heliópolis como uma das favelas mais perigosas do Brasil
Camila Araujo	Jornal Dois	SP	Letalidade policial	LAI	SSP/SP	"A gente não merece ser torturado pela Polícia", diz vítima de violência no Jardim Vitória
Douglas Figueiredo	Correio de Franco	SP	Violência contra a mulher	LAI	SSP/SP	Franco da Rocha registra por dia duas ocorrências de crimes violentos contra mulheres
Viviane Lima	Mulherias/ Favela em Pauta	SP	Violência contra a mulher	Dado aberto	Anuário Brasileiro de Segurança Pública	Vida e arte para enfrentamento da violência contra a mulher negra
Renato Barbosa	Favela em Pauta	RJ	Violência contra a mulher	LAI	ISP-RJ	Isolamento social e a insegurança para mulheres da Baixada Fluminense
Fábio Leon	Fórum Grita Baixada	RJ	Crianças desaparecidas	Dado aberto	ISP-RJ	Belford Roxo, uma triste recordista
Gisele Alexandre Muller Silva	Manda Notícias	SP	Violência contra a mulher	LAI	SSP/SP	6 das 10 delegacias de São Paulo que mais registram crimes contra a mulher estão na zona sul
Thaynara Santos	Movimentos/ Perifa Connection	SP	Política de drogas/ encarceramento	Dado aberto	Sisdepen (Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional)	Na guerra às drogas, entre mortos e feridos, salvam-se os brancos e ricos
Raquel Pinto	Pega a Visão Jornalismo	SP	Letalidade policial	Dado aberto	SSP/SP	O que há por trás da atuação intimidadora da polícia paulista nas periferias
Igor Rodrigues	Notícia Preta	MG	Letalidade policial	LAI	Sejusp/MG	Secretaria de Segurança de Minas não divulga dados sobre letalidade policial: especialista cobra transparência

SUL

Autoria	Veículo	UF	Tema	Principal forma de acesso ao dado	Principais fontes	Acesse a reportagem
Jess Carvalho	Catarinas	SC	Violência de gênero	Dado aberto	DataSUS	Nove horas de viagem para fazer aborto legal em Santa Catarina
Aline Giacomelli Paim Meyer	Clevelândia Online	PR	Controle de armas	Dado aberto	SSP-PR	Ocorrências envolvendo posse ou porte ilegal de arma de fogo caem em 46% com relação ao mesmo período no ano passado
Joana Berwanger	Sul 21	RS	Controle de armas	LAI	SSP-RS	7 em cada 10 armas roubadas no RS desde 2015 foram tiradas de dentro de residências
Luciano Welleda	Sul 21	RS	Controle de armas	LAI	SSP-RS	Número de pistolas apreendidas pela polícia no RS cresce 557% em apenas um ano
José Pires	Parágrafo 2	PR	Controle de armas	LAI	SESP-PR	Mais de 2,3 mil armas foram furtadas ou roubadas no Paraná desde 2019

